

Da História da População e de Naufrágios...

Antonio Otaviano Vieira Junior*

Daniel Barroso**

Em 1754, o navio São Francisco de Paula naufraga na costa do Grão-Pará, sobrevivendo apenas 36 pessoas. A embarcação vinha dos Açores trazendo famílias para fundarem vilas as margens dos rios Guamá e Caeté. O episódio trágico é mais um evento associado à dinâmica da população que marca a História da Amazônia. Os deslocamentos e extermínios de povos indígenas, a chegada de escravos africanos, o movimento de tropas portuguesas, a migração de italianos, espanhóis, marroquinos, cearenses e gaúchos, deixam marcas profundas no cotidiano amazônico. Gente que não significava apenas números, mas que traziam diversificadas experiências e formas de pensar o mundo. Migrantes que, muitas vezes, aportaram com o incentivo de diferentes governos e de diferentes períodos. Desde a política do Marquês de Pombal que apostava em açorianos para ocuparem regiões específicas do Estado do Grão-Pará e Maranhão até os governos militares do século XX, com a política do Programa de Integração Nacional; que insistia no lema “terra sem gente para gente sem terra”.

A Revista Estudos Amazônicos inicia uma nova fase, agora com dossiês temáticos. E o primeiro dossiê tem como foco a História da População. A relevância historiográfica do tema vem sendo alvo de uma política orquestrada pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, que compreende: organização de eventos acadêmicos nacionais e internacionais acerca da História da População, formação de Grupos de Pesquisa na área, intercâmbio com professores de outras instituições, fomento de monografias, dissertações e teses, bolsas de iniciação científica, levantamento e sistematização de acervos

documentais e produção bibliográfica – que agora também inclui a revista.

Os artigos que compõem o dossiê se completam e são inspiradores. Temos artigos que versam acerca da metodologia de pesquisa em História da População criada pelo Grupo de Cambridge (Ana Scott), da trajetória da Demografia Histórica no Brasil (Iraci Costa), e do uso de fontes de pesquisa: especificamente as Listas Nominativas (Carlos Barcellar) e as Habilitações do Santo Ofício (Marília Santos). Entre os autores temos pesquisadores experientes, que figuram entre expoentes da produção nacional da História da População e uma jovem pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. A inspiração dos artigos é para se pensar nas múltiplas possibilidades do tema em questão.

O dossiê se esforça para não nos deixar náufragos da memória, apresentando mais um “buraco de fechadura” de onde podemos espiar o passado. Um esforço que nos convida a não deixar em vão o sofrimento e as experiências de tantas pessoas que pisaram em solo amazônico – ou morreram tentando. Assim, a História da Amazônia pode ter mais uma faceta revelada.

* Professor da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará.

** Mestre em História Social pela Universidade Federal do Pará (2012).

A Historiografia do *Cambridge Group*: contribuições ao estudo da população, da família e do grupo doméstico

Ana Silvia Volpi Scott*

Resumo: A propósito do aniversário de 50 anos da fundação do *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure*, o artigo faz um balanço sobre a contribuição dada ao estudo da população, da família e do grupo doméstico no Brasil. Pelo menos, desde os finais da década de 1970 historiadores brasileiros tem usado e se inspirado na produção do grupo, capitaneado por Peter Laslett, que foi também seu fundador. Além de discutir a influência desses trabalhos, procura-se chamar a atenção para outros aportes que foram menos explorados pelos pesquisadores brasileiros.

Palavras-chave: População; Família; Grupo doméstico.

Abstract: The 50th anniversary of the founding of the Cambridge Group for the History of Population and Social Structure motivated the article, which analyzes their contribution to the study of population, family and domestic group in Brazil. At least since the late 1970s Brazilian historians have used the production of the group, led by Peter Laslett, who was also its founder. In addition, the article discusses other contributions of the group, which have received little attention of Brazilian researchers.

Keywords: Population; Family; Household.

Nas últimas décadas houve uma profunda renovação da História, alavancada a partir de novas problemáticas, novas fontes e novas metodologias. Nesse contexto da chamada Nova História é que podemos entender o crescente interesse em torno do estudo da população e da família em perspectiva histórica que, pelo menos desde os meados do século XX, tem recebido uma contribuição fundamental da Demografia Histórica. É a partir dessa perspectiva que me interessa discutir os avanços que a história da população e da família teve nas últimas décadas tendo como fio condutor a contribuição inspirada nos estudos do *Cambridge Group*.

*

A contribuição da Demografia Histórica para o estudo da população e da família no passado nasceu a partir do estímulo ao emprego de fontes originalmente não destinadas a estudos de carácter demográfico (essencialmente originadas a partir de registros religiosos e civis), que passaram a ser exploradas por meio de metodologias apropriadas. A partir daí, foi possível extrair conhecimentos sobre os comportamentos das populações e das famílias do passado, com um nível de precisão, até então, desconhecido e impensado. A década de 1950 é que assinala o nascimento desta disciplina, em França.

Os avanços da História da Família estão, portanto, intimamente ligados aos avanços de uma disciplina que se ocupava com o estudo da população numa perspectiva diacrônica, fornecendo muitas respostas e, sobretudo, inúmeras novas interrogações e problemáticas a serem analisadas.

Fontes como os Registros Paroquiais (assentos de batizado, casamento e óbito), Róis de Confessados, Testamentos, Livros de Visitas Pastorais, Listas de Habitantes, Listas de Impostos, antigos Recenseamentos,

Inventários *Post Mortem* etc, passaram a ser fazer parte do conjunto de fontes para uma história da família de outro tipo, na qual os recursos a métodos quantitativos se aliavam a preocupações com a representatividade e com os comportamentos diferenciados de distintos grupos sociais, inclusive daqueles que normalmente não se encontravam representados em fontes de tipo tradicional. Assim, a partir desta nova abordagem, a demografia histórica forneceu os elementos básicos para uma nova história da família, que por sua vez possibilitou uma série de ramificações que frutificaram e firmaram-se como campos de pesquisa dos mais ricos, como a história da criança, a história da mulher, história da vida privada, etc. que acabaram por contribuir para que ficasse explícita a complexidade e a diversidade dos sistemas familiares que caracterizaram as sociedades do passado e que estava muito longe daquela mítica “idade de ouro”, onde a família seria uma instituição coesa e monolítica, como afirmou a socióloga francesa Martine Segalen, em livro publicado originalmente nos anos 1980 e que teve sucessivas reedições¹.

Mais ainda, ficou claro que embora a família fosse uma instituição praticamente universal e imediata, sua definição como objeto de pesquisa não era uma questão simples. Hoje muitos historiadores admitem que a família, dentre todas as instituições sociais, é a que menos poderá ser estudada isoladamente. Não há sentido em propor o desenvolvimento da história da família como campo autônomo de investigação histórica. Para ser viável e metodologicamente defensável, a história da família teria que ser simultaneamente uma história demográfica e uma história social, uma história cujo objeto se define não em termos das suas aparências imediatas, mas das suas funções sociológicas: uma história multifacetada da organização social da reprodução, aberta à demografia à antropologia e a outros campos do saber, como afirmou Robert Rowland já há alguns anos passados².

Tendo em mente este ponto essencial, encaminharemos essas reflexões para a discussão sobre o conhecimento produzido a partir da década de 1960, dando ênfase à contribuição de Peter Laslett e do Grupo de Cambridge ao estudo da família e da população em perspectiva histórica.

O Cambridge Group for the History of Population and Social Structure

A Demografia Histórica nasceu a partir da metodologia “Reconstituição de Famílias”, que organizava os atos de batizado, casamento e óbito através de determinados parâmetros, com suas informações recolhidas em fichas padronizadas, idealizadas pelo demógrafo francês Louis Henry e pelo historiador e arquivista Michel Fleury³.

A partir daí passava-se a uma segunda etapa, organizando-se todos os dados pertinentes em “fichas de família”, nas quais seriam reunidas todas as informações colhidas sobre os indivíduos pertencentes a uma mesma “família”.

Esta metodologia possibilitava a análise empírica das variáveis demográficas como fecundidade, mortalidade, nupcialidade, mobilidade das populações que viveram nos séculos passados. Permitiu um avanço enorme no estudo da fecundidade e da nupcialidade trazendo a público resultados excepcionais e, em menor medida, ao estudo da mortalidade e mobilidade. Utilizava-se então, como fonte básica, os registros paroquiais, e uma abordagem microanalítica. Isto significava um custo muito elevado, pois havia uma alta demanda de tempo para reconstituir famílias de pequenas freguesias (a maior parte delas rurais), através de um método totalmente manual.

As principais limitações desta metodologia estavam ligadas problemas sobrevivendo a partir dos movimentos das populações, e seus melhores resultados eram produzidos quando aplicado ao estudo das “populações

mais estáveis”, uma vez que esses movimentos implicavam na perda daqueles indivíduos que tinham uma mobilidade maior e que saíam do campo de observação do pesquisador. Em duas palavras, podemos dizer que a metodologia tinha seu foco e limite na “família biológica” aqui identificada como aquelas que tinham sua união “legitimada” e reconhecida socialmente através da realização de um casamento sacramentado na igreja. Estudava-se a nupcialidade e a reprodução legítima e, portanto, deixava de fora parcelas significativas da população (quem não se casava legitimamente, e vivia em uniões consensuais – estáveis ou não, assim como os outros “parentes” que compunham a família, em um sentido mais amplo). Afora essas questões, outra limitação importante, para os críticos dessa abordagem metodológica é que sua aplicação, principalmente a pequenas paróquias rurais, trazia dificuldades quanto à generalização dos resultados.

Procurou-se contornar estes entraves através da inclusão de outras fontes, como os antigos recenseamentos, as listas de impostos, as listas de eleitores, bem como, os róis de confessados (listas anuais elaboradas pela Igreja Católica para o controle do preceito de confissão e comunhão, também conhecidos como *libri status animarum*, ou róis da desobriga) entre outras, para ampliar o espectro de abordagem e, dessa forma, incluir a análise do “grupo doméstico” ou “grupo de co-residentes”, anteriormente circunscrita à família biológica.

O uso destas fontes, através de metodologias apropriadas, permitiu o estudo dos “padrões de residência” e dos “sistemas familiares”. A disseminação do uso dessas fontes teve um impacto enorme no estudo das populações, em perspectiva histórica, uma vez que muitos dos resultados encontrados colocavam em xeque a noção de que a família extensa havia predominado no passado, mostrando a importância da família nuclear, ainda em períodos anteriores à industrialização.

Inicialmente este enfoque de pesquisa teve desenvolvimento na Inglaterra, especialmente devido aos estudos desenvolvidos no âmbito do *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure*, influenciando decisivamente os caminhos trilhados pela história da população e da família, sobretudo a partir dos finais da década de 1960 e início da década de 1970. Ao longo das décadas sucessivas esse tipo de pesquisa se expandiu por diferentes continentes e países, aportando inclusive no Brasil. O *Cambridge Group* foi fundado em 1964 por Peter Laslett (Thomas Peter Ruffell Laslett, 1915-2001) e por Edward Antony Wrigley, mais conhecido como Tony Wrigley.

O “Grupo de Cambridge”, como é conhecido entre nós, reuniu a partir daquele período especialistas interessados no estudo da população e da família no passado, tendo como ponto de partida central a análise, em perspectiva histórica, da população inglesa⁴.

Devemos sublinhar, entretanto, que no caso específico da Inglaterra, houve no curso dos anos de 1940, mas principalmente nos decênios sucessivos, numerosas contribuições qualitativamente importantes para o avanço dos estudos relativos à história das populações, que provocaram debates em torno do tema, e que propiciaram o “ambiente” propício para formação e consolidação do grupo fundado por Laslett e Wrigley.

Os trabalhos de David Victor Glass, D. E. C. Eversley, H. J. Habbakuk e Thomas H. Hollingsworth são exemplos da discussão que começava a tomar corpo naquela época. No ano de 1940, D.V. Glass publicou a obra *Population Policies and Movements in Europe*. Posteriormente, a revista *Population Studies* publicou *The population controversy in Eighteenth-Century England* (Population Studies, 6, 1952-1953). T.S. Hollingsworth, *A demographic study of the British Ducal families* (Population Studies, 9, 1957) e *Historical Demography*. (1969). D.E.C. Eversley publicou, em 1965, *Population, Economy and Society*.

Na década de 1970 podemos lembrar ainda: D. V. Glass & R. Revelle (eds) *Population and Social Change*. London, 1972 e H.J. Habbakuk, *Population Growth and Economic Development since 1750* (1971).

Obra fundamental, além dos trabalhos citados, foi o volume coletivo publicado em Londres, no ano de 1965, organizado por Glass e Eversley, intitulado *Population in History: essays in Historical Demography*, juntaram-se, além dos autores citados, pesquisadores como Jean Meuvret, Pierre Goubert e Louis Henry, autores franceses que vinham dando uma contribuição decisiva sobre os temas caros ao *Cambridge Group*. Para avaliarmos a importância deste livro clássico basta lembrar, em particular o artigo de John Hajnal, *European Marriage Patterns in Perspective*, texto que lançou as primeiras luzes sobre a elevada idade matrimonial específica da Europa (ocidental) durante o Antigo Regime.

Nesse trabalho seminal, Hajnal ligava essa característica específica de idade de acesso elevada ao primeiro casamento para a população da Europa Ocidental a uma particular evolução socioeconômica, que permitia que apenas os indivíduos que atingiam uma posição econômica suficientemente estável para a manutenção de mulher e filhos estariam numa posição favorável para poder contrair matrimônio.

Na Inglaterra, portanto, a faísca já existia e o terreno já estava preparado para que, no ano sucessivo, o recém-constituído *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure* publicasse uma introdução à demografia histórica inglesa do século XVI ao século XIX. O livro intitulado *An Introduction to English Demography from the sixteenth to Nineteenth Century* foi publicado sob a direção de E. A. Wrigley (London, 1966) e reunia artigos do próprio Wrigley, assim como de Louis Henry, Peter Laslett e de D.E.C. Eversley. Trazia também uma exaustiva bibliografia dos trabalhos mais antigos sobre aquelas temáticas, que haviam circulado na Inglaterra, bem como uma introdução à pesquisa

histórico-demográfica em escala microrregional, que se orientava a partir dos métodos franceses de reconstituição de família.

Mais importante ainda era o fato do livro trazer uma série de hipóteses de trabalho e uma clara linha de investigação. Colocavam-se em evidência as vantagens de tratar as fontes através da metodologia de Reconstituição de Famílias, ao invés da contagem meramente agregada dos Registros Paroquiais. Os dados de Wrigley, sobre *Colynton* publicados entre 1966 e 1968, fizeram com que depressa essa localidade se tornasse tão conhecida como *Crulai*, localidade francesa que havia servido de ensaio-estudo para Louis Henry.

Para uma introdução a esta vertente faz-se necessário assinalar outros dois livros seminais: *The world we have lost. England before the Industrial Age*, de Peter Laslett (1965) e *Population and History*, de E. A. Wrigley (1968). Para estes dois livros existem traduções. O livro de Tony Wrigley, numa versão em espanhol, foi publicado já em 1969, sob o título *Historia y Población. Introducción a la demografía histórica*. Já o livro de Peter Laslett conta com uma tradução portuguesa, de 1975, intitulada “O mundo que nós perdemos”.

Estes dois importantes estudiosos da população no passado ainda são responsáveis por outros trabalhos que hoje são considerados clássicos entre os pesquisadores interessados pela Demografia Histórica e/ou História da População. Destacam-se, entre eles, os seguintes trabalhos de E. A. Wrigley (ed.) *Nineteenth-Century Society. Essays in the use of Quantitative Methods for the study of Social Data*, Cambridge, 1972 e a obra, que considero fundamental : *Identifying People in the Past*, editada em Londres, no ano de 1973.

Peter Laslett, juntamente com Richard Wall, organizou o também clássico volume *Household and Family in Past Time. Comparative studies in the size and structure of the domestic group over the last three centuries in England, France, Serbia, Japan, and Colonial North America, with further materials from Western Europe*, Cambridge, 1972. Este livro conta, na sua introdução, com a

discussão das definições, métodos e esquemas de análise propostos por Laslett e seus companheiros de Cambridge para o estudo do grupo doméstico. Esta proposta ampliava a abordagem limitada à família biológica, recuperada através da metodologia francesa da Reconstituição de Famílias. Propunha o estudo do grupo de co-residentes, que dividiriam o mesmo espaço e teriam atividades comuns, compartilhando, eventualmente, relações de parentesco, através da utilização de listas nominativas de habitantes de 100 comunidades inglesas.

No que concerne às investigações sobre a organização das famílias, a demografia histórica pôde, a partir de então, basear-se na tipologia elaborada por Peter Laslett e pelo *Cambridge Group*.

Esta contribuição foi fundamental para o desenvolvimento dos estudos relativos às famílias e aos indivíduos que viviam sob o mesmo teto, mesmo que não fossem aparentados. Laslett e seu grupo propuseram uma tipologia e desenvolveram uma terminologia e um esquema de análise próprio para o estudo do grupo doméstico ou grupo de co-residentes, que ainda hoje continua a ser largamente utilizado pelos pesquisadores.

Esta tipologia dividia a estrutura do grupo doméstico em várias categorias e cada categoria, por sua vez, estava subdividida em diferentes classes⁵. Além desta tipologia Peter Laslett e Eugene Hammel propuseram também uma representação ideográfica para os grupos domésticos, que também se tornou uma ferramenta muito utilizada pelos pesquisadores, continuando assim ainda hoje.

Para Peter Laslett o uso das listas de habitantes constituía um privilegiado instrumento para os historiadores, pois agrupava os indivíduos co-residentes a partir de três critérios básicos: um critério geográfico, pois os indivíduos dormiam sob o mesmo teto; um critério funcional, já que os indivíduos partilhavam certas atividades; e um critério de parentesco, ao reunir indivíduos com laços de sangue e/ou aliança. Ressalte-se que este último critério nem sempre era verificado.

Os resultados baseados na análise destas listas de habitantes das comunidades inglesas colocaram em xeque importantes noções aceitas pela Sociologia, principalmente no que se referia à idéia de que a família nuclear moderna havia sido precedida por famílias com estruturas muito mais complexas, como a família troncal (*Stem Family* ou *Famille-Souché*), relacionadas à definição dada, no século XIX, pelo sociólogo francês Frédéric Le Play.

Laslett não só criticou esta teoria evolucionista, mas acreditava que nesta definição haveria uma confusão entre o conceito de família troncal - um tipo de estrutura de domicílio - e um sistema de herança específico. Laslett acreditava que seria possível encontrar este sistema de herança sem que houvesse uma grande proporção de domicílios do tipo extenso ou de famílias de tipo troncal.

Essa discussão em torno da família e do domicílio se tornou ainda mais acirrada a partir dos resultados que vieram a luz através do *Cambridge Group*, especialmente através dos trabalhos de Laslett sobre a estrutura familiar na Inglaterra pré-industrial. Além de mostrar o predomínio da família nuclear, que agrupava marido, mulher e filhos, sendo raras as famílias de tipo extenso, revelou ainda que a adição ao grupo doméstico se fazia, na verdade, pela presença de criados. Suas pesquisas indicavam que o tamanho médio do domicílio inglês na época pré-industrial estava em torno de 4,7 pessoas, e que nas 100 comunidades examinadas apenas 5.8% apresentavam a convivência de três gerações, sendo, portanto rara a extensão vertical do domicílio.

O Colóquio de Cambridge marcou uma ruptura no estudo da família e do grupo doméstico. Até os finais da década de 1960 aceitava-se a ideia da família extensa e numerosa que, progressivamente, contraía-se até alcançar sua forma nuclear. Tal teoria, da contração progressiva, foi desenvolvida por Émile Durkheim, e propunha que os clãs haviam diminuído continuamente até chegar à família conjugal⁶.

No entanto, o golpe que a imagem tradicional da família sofreu levou a uma forte reação de alguns estudiosos, radicalizando as posições em termos de família extensa *versus* família nuclear. É importante sublinhar que a tipologia desenvolvida pelo Grupo de Cambridge contribuiu para que diversas regiões fossem comparadas, revelando-se, desde esta época um potente instrumento de pesquisa.

Ocorre que, com a possibilidade de comparação aberta pela tipologia criada, na década de 1970 foram publicados inúmeros estudos, de caráter regional, que em aspectos importantes diferiam dos resultados obtidos para as comunidades inglesas.

Isso gerou um conjunto de críticas às conclusões emitidas pelo Grupo de Cambridge, na sua maioria proveniente de pesquisadores franceses, destacando-se entre eles Jean-Louis Flandrin, François Lebrun, Alain Collomp, J. C. Peyronnet, Agnes Fine-Souriac. Entretanto, uma das críticas mais contundentes veio através de Lutz K. Berkner em dois artigos clássicos, publicados entre 1972 e 1975⁷.

As críticas mais comuns feitas por esses autores diziam respeito à utilização generalizada de médias, que muitas vezes simplificam as realidades tratadas e deixam escapar diferenças importantes, especialmente ao nível qualitativo ligados, por exemplo aos tipos de agricultura predominante, aos costumes relacionadas à distribuição e redistribuição da terra, às leis e tradições de herança, dando-se uma ênfase exagerada à comparação quantitativa.

Alain Collomp, por exemplo, afirmava que Laslett havia descartado propositadamente aspectos econômicos e sociais, fazendo com que seus estudos mostrassem o domicílio apenas na forma de instantâneos isolados entre si. Acrescentava ainda Collomp que as diversidades regionais – áreas rurais ou urbanas, densamente povoadas ou não – deixavam de existir quando os dados eram reduzidos a simples taxas ou números médios⁸.

J. L. Flandrin também se mostrava cético quanto a esta demasiada utilização de médias para análises sociais e questionava:

(...) mas é conveniente para a análise social estudar assim as médias paroquiais? Será que no seio das paróquias a margem da variação de tamanho das famílias reais é tão insignificante como a variação do tamanho médio dos domicílios de uma paróquia a outra e de um país a outro? Estas questões parecem não ter sido colocadas durante o Colóquio de Cambridge e, nada, nas 600 páginas do livro que dele saiu permite respondê-las (...)⁹.

Além desta crítica, que é consenso entre os autores citados, Alain Collomp acrescentou duas restrições básicas e de ordem demográfica às conclusões de Laslett e de seu grupo. A primeira referia-se ao “tamanho do domicílio”, ao afirmar que esta informação nada indicava sobre a sua “estrutura”. Um domicílio de grandes dimensões necessariamente não tem estruturas complexas ou múltiplas. Em sociedades onde o casamento é precoce, poderíamos encontrar famílias nucleares entre seis e oito elementos, e onde o casamento é tardio e a limitação dos nascimentos é maior, domicílios com um pequeno número médio de componentes seriam compatíveis com estruturas familiares mais complexas.

Collomp sublinhava então, que as diferentes classificações do domicílio, de acordo com a tipologia proposta por Laslett, estariam sujeitas a variações importantes, se pudéssemos compará-las com listas de anos diferentes, procurando acompanhar a evolução das estruturas domiciliares. Tais variações estariam ligadas ao ciclo de desenvolvimento familiar.

O conceito de ciclo de desenvolvimento familiar foi elaborado por Lutz Berkner, e foi explorado em um artigo já citado, publicado em 1972, que analisava uma região da Áustria, durante o século XVIII¹⁰. Ao longo da década de 1970 este autor publicou inúmeros artigos onde aprofundou as críticas às conclusões de Laslett e do Grupo de Cambridge¹¹.

No artigo publicado em 1972 o autor parte das conclusões apresentadas por Laslett no livro *The world we have lost*, especialmente nos pontos em que o estudioso inglês afirmava que na Inglaterra a família nuclear havia predominado, enquanto que ali a família troncal aparecia com escassa evidência. Berkner criticava dois aspectos em relação a esta afirmativa, esclarecendo que a família troncal não havia existido como parte importante da estrutura social em muitos países da Europa Ocidental, e que a família troncal não emergiria, necessariamente de estudos estatísticos empíricos de demografia, a menos que o ciclo de desenvolvimento da família fosse considerado. Berkner sublinhou claramente que o termo família troncal estaria vinculado a uma estratégia específica de transmissão do patrimônio através da herança.

Para Lutz Berkner o estudo da família e do domicílio deveria ser realizado com base na análise do ciclo de vida do chefe do domicílio, apontando os estágios diferenciados do domicílio camponês:

(...) havia três estágios importantes no ciclo de vida do domicílio camponês: filho e herdeiro, chefe do domicílio e 'pai aposentado' (...). Sugeriu ainda que a análise do domicílio teria mais sentido se os estudiosos examinassem primeiro o ciclo de vida do camponês como um chefe individual, depois a família mais extensamente e, finalmente, a composição do domicílio completo, incluindo então os servos e outros dependentes (...)¹².

O ponto crucial reside no fato de que Berkner acreditava que as famílias atravessavam ciclos de desenvolvimento como indivíduos que compunham e interligavam seus ciclos de vida. O censo ou a lista de habitantes apresentaria apenas um corte transversal no tempo, dando um quadro estático dos domicílios e das famílias. Na sua concepção, o domicílio deveria ser tomado como uma unidade em transformação, de acordo com a dinâmica de movimento da família que o compunha, por isso o censo não mostraria, por si só, o ciclo que o domicílio atravessava. Concluía que era necessário acompanhar-se o domicílio em suas diferentes fases ao longo do tempo.

Neste artigo Berkner defendia que a baixa frequência da família troncal não testemunharia sua pouca importância, ou que a sociedade não fosse fundada neste tipo de estrutura familiar. Mostraria apenas que a fase nuclear era a fase predominante. E isso, argumentava, ligava-se a fatores de ordem demográfica, que limitariam o número de famílias com estruturas mais complexas, pois a alta mortalidade diminuiria as suas chances de existência.

Além deste fator de ordem demográfica, existiria ainda o aspecto econômico que funcionaria como inibidor deste tipo de estrutura, visto que haveria pouca possibilidade do domicílio camponês poder produzir o suficiente para sustentar três gerações ao mesmo tempo. Sua análise sobre uma comunidade austríaca indicou que a estrutura familiar variava segundo critérios econômicos. Entre os mais abastados encontrou porcentagens maiores de famílias extensas do que entre os domicílios menos favorecidos.

Finalmente afirmava que Laslett negou a existência da família troncal na Inglaterra, baseando-se em estatísticas demográficas agregadas. O fato de que apenas 10% de domicílios extensos tinham sido observados o fez concluir que este tipo de estrutura teria pouca importância na sociedade

inglesa. Para Berkner este dado não seria uma prova convincente, sendo necessário para a sua comprovação a avaliação da estrutura de idade da população e a distribuição de riqueza, variáveis que poderiam modificar os resultados¹³. Também, outros investigadores entraram na polêmica como Tamara Hareven e Edward Shorter¹⁴.

Portanto, a publicação da obra *Household and Family in Past Time* com as discussões sobre as propostas para a análise comparada do grupo doméstico e das estruturas familiares, suscitou fortes reações de diversos estudiosos. E, do nosso ponto de vista, todo este debate em torno das conclusões de Laslett e seu grupo serviu para dar um grande impulso ao desenvolvimento da Demografia Histórica e da História da Família e a todas as áreas afins.

De qualquer modo, e apesar das críticas, os resultados das pesquisas desenvolvidas pelo grupo revelaram que havia muitas discrepâncias entre as descobertas efetuadas, baseadas nas metodologias que então se desenvolviam, e entre muitos dos pontos de vista tradicionais que eram defendidos em relação ao grupo doméstico e à família no passado. Estes resultados forneceram, na opinião de Michael Anderson uma base de dados sólida na qual todos os historiadores da família poderiam confiar, compondo, desta forma, um quadro onde poderiam inserir as suas análises¹⁵.

Indicações relativas a um modelo de casamento tardio, com uma percentagem significativa de indivíduos que não se casavam jamais (isto é, celibato definitivo em torno de 10%), assim como índices de fecundidade matrimonial abaixo do que se esperava, bem como a distribuição uniforme dos nascimentos ao longo do ciclo de vida conjugal, estão entre os comportamentos evidenciados através destes estudos. Por outro lado, os nascimentos fora do quadro do casamento, no mundo ocidental, apresentaram um constante aumento durante o século XVIII e início do XIX, incluindo-se neste caso tanto os filhos ilegítimos quanto as crianças

concebidas em relações pré-nupciais. Durante o século XIX, o aumento geral da ilegitimidade começou a deter-se, verificando-se, a partir de então, uma tendência contrária registrando-se a queda da ilegitimidade que, contudo, ocorreu em ritmos diferentes, variando de país para país, persistindo até a Segunda Guerra Mundial.

Na tentativa de viabilizar estudos de populações maiores, também se optou pela adoção de métodos “agregativos”, baseados na análise de massas de dados, procurando obter, por exemplo, as dimensões médias da unidade doméstica, ou proporções das unidades domésticas em cada comunidade. Havia uma nítida preocupação por desvendar o comportamento geral, a média.

Embora Laslett chamasse a atenção que este procedimento devia-se às peculiaridades das listagens inglesas (onde havia lacuna nos dados referentes à idade, ocupação e mesmo no tocante às relações com o chefe do domicílio), os resultados receberam severas críticas, como vimos, levantando assim a questão do *mal des moyennes*, ou o problema das médias.

Ainda no final da década de 1970, veio a público outro conjunto de reflexões e críticas a partir do trabalho do *Cambridge Group*, provenientes da Áustria, através da obra *Vom Patriarchat zum Partnerschaft: Zum strukturwandel der familie*, escrito por dois pesquisadores vienenses: Michael Mitteruer e Reinhard Sieder.

Essa obra tem especial interesse, não apenas pelas críticas formuladas, mas pelo fato de que, a primeira edição em língua inglesa, que ocorreu na Inglaterra em 1982, com o título *The European Family*, publicado em Oxford, pela *Basil Blackwell Publisher Ltd*, tinha o prefácio assinado por Peter Laslett.

Talvez a crítica mais instigante à tipologia proposta por Laslett e seu grupo feita pelos autores vienenses tenha sido a ideia de que os conceitos que fundamentavam a mesma eram datados e se referiam mais ao presente do que ao passado, uma vez que o método de Laslett elegia como relevante

no agrupamento familiar apenas a relação de parentesco. Esquecia-se dessa forma, do significado mais abrangente da palavra família em sociedades pré-industriais. Nessa perspectiva, fazia-se necessário também trazer ao centro da discussão as outras funções próprias desse agrupamento de indivíduos que foram se perdendo na esteira dos acontecimentos constitutivos do processo de modernização, que por sua vez envolvia industrialização, a urbanização, e a substituição dos modos de produção. Mais tarde Laslett incorporou essa crítica, admitindo que a natureza dual dos domicílios e famílias (por serem ao mesmo tempo unidades produtoras e procriadoras) esteve presente nas diversas sociedades não industrializadas. Tais reflexões apareceram originalmente no livro editado por Richard Wall, *Family forms in historic Europe*, 1983, no capítulo intitulado *Family and household as work group and kin group: areas of traditional Europe compared* (texto também publicado no Brasil, no ano de 1984, em livro organizado por Maria Luiza Marcílio¹⁶).

Aliás, esse volume sobre as formas de família na Europa reúne outros artigos importantes para os temas que nos interessam. A começar pelo trabalho apresentado por John Hajnal, que é considerado como uma continuidade ao seu clássico artigo de 1965, onde aborda os diferentes tipos de sistema de formação do grupo doméstico na Europa pré-industrial, confrontando a região ocidental europeia em outras sociedades pré-modernas tanto da Europa Oriental, como de outras partes do mundo, incluindo Índia e China.

Digno de nota também é o fato de que o volume incluía um trabalho de Reinhard Sieder e Michael Mitterauer, sobre a questão do *life course*, isto é ciclo ou curso de vida, que o leitor não deve esquecer, teceram críticas importantes ao trabalho desenvolvido por Laslett e seu grupo. De fato, isso tudo foi sublinhado para chamar a atenção para o fato de que as contribuições do Grupo de Cambridge não têm importância apenas por si. Pelo contrário, não se pode deixar de pensar no enorme aporte dado

pelas críticas e reflexões feitas a partir das propostas do grupo inglês que foram lançadas aos demais pesquisadores, não só da Europa, como de outras partes do mundo.

Nesse sentido, são muito pertinentes as palavras de Pier Paolo Viazzo, historiador italiano, que escreveu a introdução à edição italiana do livro *Family Forms...*, publicada em Bolonha, no ano de 1984, pela editora Il Mulino. Viazzo lembrava que, no prefácio de *Household and Family*, Laslett dizia que diante do estágio dos estudos de família estavam (1972), seria não apenas inevitável, mas desejável, que o livro suscitasse controvérsias. Como vimos, não faltaram críticas e discussões. Assim, o desenvolvimento subsequente da história da família veio, não apenas das propostas inglesas, mas em igual medida, das críticas e debates originados a partir de sua publicação¹⁷.

O Grupo de Cambridge corou o estudo específico da população inglesa em perspectiva histórica publicando, em 1981, a obra *The Population History of England 1541-1871*, editada por E.A. Wrigley e Roger Schofield.

Para mais, o vínculo indissolúvel entre Peter Laslett e o Grupo de Cambridge ficou consubstanciando em livro editado em 1986, que foi uma homenagem prestada a Laslett para a comemoração de seus setenta anos¹⁸. Esse tributo dos colegas à Peter Laslett nos dá a medida do valor de sua contribuição aos estudos da população e da estrutura social das sociedades do passado. O volume sintomaticamente intitulado *The word we have gained*, é um jogo de palavras em alusão ao importante trabalho publicado por Laslett em 1965, *The word we have lost*, referido anteriormente.

Tudo somado, contribuições e críticas às metodologias propostas, seja a reconstituição de famílias *à la* Henry, seja o estudo do grupo doméstico e da família, à moda de Laslett e do Grupo de Cambridge, o que importa é que a partir dali, esse conjunto de fontes e metodologias abriu o caminho para um diálogo maior entre a história e outras disciplinas. Destaca-se então a contribuição da antropologia, da sociologia, do direito, da

medicina à demografia histórica e à história da família, possibilitando uma visão mais aprofundada das temáticas que interessavam à análise das populações do passado, ao mesmo tempo, que se valorizava a micro-análise.

A vulgarização da informática e o acesso cada vez mais amplo aos benefícios da introdução do computador nas pesquisas históricas acabaram por dar uma nova dimensão às massas de dados que antes eram impossíveis de ser analisadas.

Verificou-se a crescente importância dos conceitos demográficos em contextos históricos, a sofisticação na aplicação da estatística, o uso universal dos computadores, a preocupação com a inovação das questões propostas, uma abordagem renovada em relação às fontes tradicionalmente utilizadas em Demografia Histórica, bem como um esforço para revelar novas fontes (ou revisitar as antigas) e encontrar os meios apropriados para sua análise.

Contribuições do Grupo de Cambridge para o estudo da ilegitimidade e do envelhecimento no passado

Por outro lado, o *Cambridge Group*, capitaneado por Peter Laslett, editou não apenas obras fundamentais para o estudo da organização e estrutura da família e do grupo doméstico¹⁹. Embora essas obras e esse aporte tenham sido os mais disseminados entre os pesquisadores brasileiros, Laslett e seu grupo publicaram trabalhos fundamentais sobre temas que ainda hoje ocupam lugar privilegiado na agenda de pesquisas dos historiadores, tanto no exterior quanto no Brasil.

Entre esses temas sobressai aquele relativo à fecundidade ilegítima, isto é, os nascimentos ocorridos fora do casamento legitimado pela igreja e pela sociedade, assim como o tema do envelhecimento no passado. A meu

ver essas contribuições, até o presente, não foram devidamente explorados por estudiosos da história da população e da família no Brasil.

Em relação ao tema da ilegitimidade, os subsídios do Grupo de Cambridge podem ser extremamente interessantes por oferecer uma oportunidade para discutir as hipóteses relacionadas às “sociedades com propensão à bastardia”, conceito que pode fornecer elementos importantes para o estudo da sociedade colonial ibero-americana, especialmente a que se fundou e estruturou na área de colonização portuguesa na América do Sul.

Tradicionalmente a questão da natalidade extraconjugal sempre foi encarada como um problema marginal para os demógrafos-historiadores europeus. Desde os primórdios da demografia histórica o núcleo central de interesses estava praticamente centrado na questão da fecundidade legítima, porque partia-se da hipótese de que a fecundidade extra-matrimonial nas sociedades europeias não contribuiria para mudanças na fecundidade geral, como defendeu Michael Flinn ao estudar o sistema demográfico europeu entre o século XVI e os inícios do século XIX²⁰. A própria metodologia de Reconstituição de Famílias, que se baseava no assento paorquial de casamento para a elaboração de sua célebre “ficha de família”, dava pouca oportunidade para que os frutos de amores clandestinos e/ou gerados fora do matrimônio consagrado pela igreja fossem revelados.

Os resultados das inumeráveis reconstituições de famílias francesas não deixavam lugar para dúvidas. Numa obra editada em 1970 demógrafos franceses sintetizando os resultados até então alcançados, dedicavam escassas linhas à fecundidade ilegítima pois na maior parte dos casos, no mundo rural francês as concepções pré-nupciais e os nascimentos ilegítimos eram pouco numerosos, pelo menos até o final do século XVIII²¹.

Tomando por base os resultados franceses e outros estudos pontuais sobre outras áreas da Europa, destacavam-se duas constantes: baixo volume de nascimentos fora do matrimônio legítimo e um regime de acesso ao casamento com idades elevadas.

Privilegiar então, o estudo da fecundidade ilegítima, de acordo com os demógrafos-historiadores que desenvolveram a hipótese de um “modelo demográfico europeu” na Idade Moderna²², seria uma questão de somenos importância, podendo ser tratada tangencialmente, uma vez que o peso da fecundidade fora do casamento seria irrelevante para o cálculo da fecundidade geral.

Um dos argumentos mais fortes que poderiam justificar este baixo índice de nascimentos fora do matrimônio, estava no fato de que a fecundidade fora de controle poderia colocar em perigo o delicado equilíbrio existente no sistema demográfico vigente, como sublinhou Michael Flinn, no referido trabalho sobre o sistema demográfico europeu:

A more powerful, and possibly more humane, reason for discouraging extramarital fertility was, however, that it could so easily disturb the precarious demographic balance locally. Runaway fertility would destroy the delicate balance between man and nature... If extramarital fertility go out of hand, the annual number of births could rise enormously, and the economies of early modern Europe simply could not cope with uncontrolled demographic growth²³.

Na esteira dos resultados que vieram à luz, nos anos de 1960 e 1970 principalmente, reforçaram-se então as hipóteses que defendiam a unidade do modelo demográfico europeu onde a reprodução biológica dava-se, em quase cem

por cento dos casos, sob as bênçãos da igreja, na forma de uma fecundidade que se realizava na vigência do matrimônio.

Ainda assim, mesmo sendo admitida como um fenômeno marginal, que não traria perturbações à fecundidade geral, o tema da ilegitimidade foi abordado em trabalhos que se tornaram clássicos. Aqui, mais uma vez, observa-se a intervenção fundamental dos estudos desenvolvidos na Inglaterra, sob a batuta de Peter Laslett. Entre os estudos mais importantes, salientamos o artigo conjunto de Peter Laslett e Karla Oosterveen, publicado na revista *Population Studies*, intitulado *Long-Term trends in bastardy in England, a study of illegitimacy figures in the parish registers and in the reports of the Register General 1561-1960*, de 1973, bem como o livro editado por Laslett em 1977, *Family Life and Illicit Love in Earlier Generations*, de 1977. Na mesma linha, viria a público o livro editado em 1980, que Laslett editou em parceria com Karla Oosterveen e Richard Smith, *Bastardy and its Comparative History*.

Este último volume abordava a questão da bastardia numa perspectiva comparada, em áreas tão distintas como a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, a Suécia, a América do Norte, a Jamaica e o Japão e reuniu artigos fundamentais para o estudo desta problemática. Entre as contribuições mais importantes destacava-se a hipótese da existência de “sub-sociedades com propensão à bastardia”. Laslett aventava a possibilidade de um subgrupo de mulheres gerar mais de um filho bastardo, condição que seria passada para as gerações seguintes, conceito este que procuramos aplicar tanto na sociedade metropolitana, quanto na sociedade colonial (Scott, 1999, 2000). A sub-sociedade com propensão à bastardia definia-se, nas palavras de Peter Laslett, como:

(...) the bastardy prone sub-society, or sub-community, was a fairly simple in its supposed composition. It consisted in a series of bastard-producing women, living in the same locality, whose activities persisted over several generations, and who tended to be related by kinship or marriage.

Many of these women were credited not with one illegitimate birth only, but with several²⁴.

Laslett e seu grupo, mais uma vez inovaram e lançaram as sementes que acabaram por relativizar a pouca importância dos nascimentos ocorridos fora do matrimônio legítimo em algumas áreas da Europa Ocidental, que incluíam Portugal, e que mereceriam uma atenção maior dos pesquisadores brasileiros²⁵.

O tema do envelhecimento, por sua vez, que ainda hoje continua na pauta de interesse de demógrafos e historiadores também recebeu atenção especial de Peter Laslett. Em parceria com David Kertzer, Laslett publicou, em 1995, o livro *Aging in the Past: Demography, Society, and Old Age*²⁶.

Ainda merecem um lugar de destaque os métodos que procuraram trabalhar com cruzamento de fontes e a reconstrução de comunidades históricas, que também receberam uma contribuição fundamental do *Cambridge Group*. Neste caso, destacam-se especialmente os trabalhos de Tony Wrigley e Alan MacFarlane.

Duas obras em especial merecem a atenção dos pesquisadores que pretendam utilizar o cruzamento nominativo de fontes aplicado a comunidades históricas, porque sintetizaram as questões fundamentais. Destacam-se os livros *Identifying People in the Past*, organizado por E.A. Wrigley²⁷, e *Reconstructing Historical Communities*, de Alan MacFarlane²⁸.

Ora, se por um lado a utilização e o cruzamento de fontes basicamente nominativas enriquece a perspectiva de análise em termos da globalidade do estudo, de outro coloca um problema fundamental para o historiador, que é o da identificação dos indivíduos. A relevância desta questão é que nos leva ao trabalho organizado por Tony Wrigley, que nasceu a partir da realização de uma conferência em Princeton, no ano de 1970. Mais tarde

deu origem à coletânea que hoje é um clássico da historiografia internacional, referida acima.

O livro organizado por Wrigley, *Identifying People in the Past*, é constituído por uma série de artigos, que tratam do uso do método de cruzamento nominativo de fontes históricas. Embora os registros paroquiais sejam a fonte mais citada, as referências e reflexões sobre o cruzamento nominativo podem ser aplicadas a qualquer outra fonte onde os indivíduos sejam distinguidos por nome, e é, exatamente por isso, que o livro continua sendo útil ao pesquisador mesmo depois de três décadas de sua publicação.

A introdução de Wrigley²⁹ é fundamental para a discussão do método do cruzamento nominativo. O autor lembra que a importância deste método reside exatamente no fato de que ele é capaz de *tirar do anonimato* os indivíduos comuns:

(...) record linkage techniques can be used to take us closer to the grassroots of history, bringing to light for ordinary men and women something of the detail previously known only for the literate and well-born... nominal record linkage, for all its technical trappings, is a mean of discovering things about the lives of ordinary men which otherwise remain obscure.

O problema geral que se coloca é como, num trabalho histórico, no qual um indivíduo pode ser citado diversas vezes, em diversos documentos e em diferentes momentos temporais, o investigador pode estar certo de que quando um indivíduo é mencionado num registro é realmente o mesmo indivíduo citado noutro registro³⁰.

Wrigley insiste sobre a necessidade de se definirem certos parâmetros básicos para que o cruzamento nominativo de fontes tenha êxito. De acordo com a sua perspectiva, em primeiro lugar é necessário distinguir satisfatoriamente entre verdadeiros e falsos elos de ligação entre os indivíduos, através do nome e das outras informações de que se dispõe (idade, residência, estado matrimonial, ocupação, nome do cônjuge etc.). Em segundo lugar o conjunto de informações sobre um indivíduo, reunido através do cruzamento de fontes deve revelar algo de novo, que de outra forma permaneceria obscuro. Caso contrário o cruzamento nominativo perde a sua razão de ser. Se o cruzamento de fontes revela dados antes desconhecidos, verifica-se assim, um aumento crescente das informações de que disporá o pesquisador³¹.

A partir da metodologia do cruzamento nominativo de fontes, Alan MacFarlane desenvolveu um projeto de reconstruir globalmente comunidades do passado, utilizando para tanto material histórico e conceitos provenientes da sociologia e antropologia. *Reconstructing Historical Communities* é também um livro fundamental para aqueles que se interessam em aplicar esta metodologia.

MacFarlane usa o conceito de comunidade como método de trabalho³², pois o estudo da comunidade funcionará como um meio de coligir e organizar os dados, como forma de "reconstruir" toda a rede de relações humanas no interior da mesma.

Ter como objetivo primordial a reconstrução de uma comunidade, sugere que a metodologia mais indicada seja aquela que permita o cruzamento nominativo das informações reunidas nas diferentes fontes.

O cruzamento nominativo de fontes, como ferramenta essencial disponível ao investigador, pressupõe, como é óbvio, a identificação de cada indivíduo e o conseqüente *linkage* do mesmo em todas as fontes nominativas recolhidas, nas diversas ocasiões em que tal pessoa foi referida na documentação.

A correta identificação dos indivíduos passa, dessa forma, a ser a *pedra de toque*, o cerne da investigação. Por conseguinte, é indispensável saber como superar as dificuldades inerentes à utilização de fontes nominativas elaboradas num contexto histórico-temporal onde alguns atributos identificadores como o nome, o nome de família, a idade, não detinham a importância que desfrutam nas sociedades atuais. E, neste sentido, os trabalhos de Wrigley e MacFarlane constituem marcos teórico-metodológicos fundamentais. Integram-se na mais pura tradição do *Cambridge Group*, isto é, a produção de artigos e livros que mudaram os rumos e enriqueceram o estudo da família e da população no passado.

Considerações finais

Por fim, no que diz respeito ao estudo da composição e da estrutura dos domicílios no passado brasileiro há um conjunto de trabalhos que se valeram, sobretudo da tipologia classificatória de Laslett, ou inspirada nela. Como foi verificado em diferentes partes da Europa e da América, os estudos sobre áreas do sudeste brasileiro (onde as fontes para o estudo do grupo doméstico são mais abundantes) o peso dos domicílios compostos por famílias simples foi muito significativo, podendo ultrapassar os 60%. Os resultados recentes apresentados por Mário M. de Sampaio Rodarte, para Minas Gerais³³, confirmam o elevado percentual de domicílios compostos por famílias nucleares (ou simples – pais e filhos solteiros, ou viúvos/ viúvas e filhos solteiros). Em estudo que desenvolvi sobre as famílias da elite paulista de duas regiões da Capitania-Província de São Paulo, esse número poderia chegar a 70%. Mas, temos que considerar que a maioria dos estudos limitou-se à análise de listas individuais, o que inviabiliza o estudo do ciclo de desenvolvimento da família e do domicílio, como já apontaram os críticos dessa tipologia.

De fato, ainda estão por serem feitos estudos que acompanhem longitudinalmente os domicílios, a partir das listas nominativas, apesar da existência, pelo menos para São Paulo, de um conjunto homogêneo, anual e completo de listas que abrange quase a totalidade das vilas entre 1765 e 1836³⁴. Obviamente demandariam o trabalho conjunto de equipes de pesquisadores.

Paralelamente, o estudo das listas nominativas ou antigos censos coloniais revelou percentuais elevados de domicílios chefiados por mulheres. Embora nos casos dos domicílios compostos por famílias nucleares a chefia estivesse, em quase 100% dos casos, entre os homens, as mulheres chefes estavam à frente dos domicílios monoparentais, nos solitários e naqueles sem família. Também aqui os dados de Rodarte, para Minas Gerais, vieram a corroborar estes parâmetros gerais. Mais um exemplo pontual, desta vez para a região meridional do Brasil, no século XVIII, dado pela Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre, no ano de 1782, quando o rol de confessados daquele ano apontou que perto de 19% dos domicílios eram chefiados por mulheres.

Contudo, um dos grandes desafios para os demógrafos historiadores é aprofundar o estudo do “cenário” complexo sobre as diferentes famílias que compunham a sociedade colonial e do Brasil independente, pelo menos até os meados do século XIX, refinando a análise do “significado mais abrangente da família” nas sociedades do passado pré-industrial, como propôs Mitterauer. Afinal, as funções que a família desempenhava nas sociedades tradicionais eram largamente diferentes daquelas que a caracterizariam nos tempos contemporâneos. E esse me parece o momento propício para estimular tais reflexões, por conta dos caminhos que estão sendo trilhados pela recente produção historiográfica luso-brasileira.

Para finalizar essas reflexões, fica o convite para a exploração dessas e das outras contribuições dos pesquisadores vinculados ao Grupo de

Cambridge, assim como alguns trabalhos mais recentes que dialogam com a proposta de estudo dos domicílios através da tipologia do *Cambridge Group*, ao mesmo tempo em que lançam caminhos metodológicos alternativos para o estudo da estrutura e organização do grupo doméstico, destacando-se aqui a utilização do método de GoM (*Grade of Membership*), que foi utilizado para o estudo da Província de Minas Gerais³⁵.

Artigo recebido em fevereiro de 2014

Aprovado em março de 2014

NOTAS

* Professora do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, Pesquisadora do CNPq, Membro do Grupo de Pesquisa CNPq Demografia & História e Secretária Geral da Associação Brasileira de Estudos Populacionais ABEP (Gestão 2012-2014). Email: asilvia@unisinios.br

¹ SEGALLEN, Martine. *Sociologie de la Famille*. 4 ed, Collection U. Paris: Armand Colin, 1996.

² ROWLAND, Robert. *População, Família, Sociedade. Portugal, Séculos XIX-XX*. Oeiras: Celta Editora, 1997.

³ FLEURY, Michel & Louis HENRY. *Nouveau Manuel de Dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*. 2 ed. Paris: INED, 1976; HENRY, Louis. *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.

⁴ Link para a página do *Cambridge Group*: <http://www.geog.cam.ac.uk/research/centres/campop/>. Aqui o leitor encontrará informações atualizadas sobre os integrantes atuais do grupo, assim como os temas e projetos em andamento.

⁵ LASLETT, P. & WALL, R. *Household and Family in Past Time*. Comparative studies in the size and structure of the domestic group over the last three centuries in England,

France, Serbia, Japan, and Colonial North America, with further materials from Western Europe. Cambridge: U. Press, 1972, p. 31.

⁶ LEBRUN, F. *La vie conjugale sous l'Ancien Régime*. Paris: Armand-Colin, 1975.

⁷ BERKNER, L. K. "The stem family and the developmental cycle of the household: an eighteenth-century austrian example". *American Historical Review*, 77(2), 1972, p. 398-418; "The Use and Misuse os Census Data for the Historical Analysis of Family Structure". *Journal of Interdisciplinary History*, 5, 1975, p. 721-738.

⁸ COLLOMP, A. "Ménage et famille. Études comparatives sur la dimension et la structure du groupe domestique". In *Annales E.S.C.*, 1974, p. 777-786. Ou a versão digital acessada em janeiro de 2014, em <http://www.jstor.org/discover/10.2307/27579333?uid=2&uid=4&sid=21103269788127>.

⁹ FLANDRIN, Jean Louis. *Familles. Parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*. Paris: Hachette, 1976.

¹⁰ BERKNER, L. K. The stem family and the developmental cycle of the household: an eighteenth-century austrian example. *American Historical Review*, 77(2), 1972, p. 398-418.

¹¹ Veja-se o conjunto de artigos publicados na década de 1970, a maioria deles acessível através de busca a partir de http://scholar.google.com.br/scholar?q=lutz+k+berkner&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5

¹² BERKNER, L. K. Op. Cit., 400-405.

¹³ Para uma discussão mais aprofundada desta polêmica veja-se SCOTT, A. S. V. *Dinâmica familiar da Elite paulista (1765-1836)*. Dissertação de Mestrado. USP, 1987:66-79.

¹⁴ Vejam-se as resenhas feitas por Hareven e Shorter sobre o livro *Household and Family in past time*. HAREVEN, T. History and Theory, 14, 1975, p.242-251; SHORTER, E. History of Childhood Quarterly, 1, 1973, p. 342-347

¹⁵ ANDERSON, Michael. *Elementos para a História da Família Ocidental 1500-1914*. Lisboa: Editorial Quercus, 1984, p. 14.

¹⁶ Marcílio, Maria Luiza. *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984.

¹⁷ Viazzo, P. P. "Il Cambridge Group e la ricerca storica sulla famiglia. Introduzione all'edizione italiana". Wall, R.; Robin, J. & Laslett, P. *Forme di famiglie nella storia europea*. Bologna: Il Mulino, 1984, p.9-27.

¹⁸ *The World We Have Gained*. Histories of Population and Social Structure. Essays Presented to Peter Laslett on his Seventieth Birthday. Lloyd Bonfield, Richard M. Smith, & Keith Wrightson (eds.). Oxford: Basil Blackwell, 1986.

¹⁹ Além de *Household and Family* (1972) com Richard Wall, e *O mundo que nós perdemos* (1975, ed. portuguesa do livro *The world we have lost*), veja-se o artigo “Characteristics of the Western Family considered over time”. In: *Journal of Family History*, II, n.2, p. 89-115.

²⁰ FLINN, M. *The European demographic system, 1500-1820*. Brighton (Sussex): The Harvester Press Ltd., 1981.

²¹ Se considerarmos que os estudos pioneiros de demografia histórica e mais tarde de história da família concentravam-se nas sociedades da Europa norte-ocidental podemos compreender a falta de interesse em estudar-se os comportamentos fora do universo familiar concebido como modelar. Afinal, taxas de fecundidade ilegítima que raramente ultrapassavam os 5%, levavam a crer que este comportamento seria generalizado, uma vez que um dos pilares de sustentação daquele modelo demográfico era o casamento tardio, que funcionaria como um eficiente moderador do crescimento da população.

²² Vejam-se os célebres trabalhos de Pierre Chaunu que defendem a existência deste modelo demográfico único para a Europa.

²³ FLINN, M. *The European demographic system, 1500-1820*. Brighton (Sussex): The Harvester Press Ltd., 1981, p. 25-26.

²⁴ LASLETT, P., OOSTERVEEN, K., and SMITH, R. (eds.). *Bastardy and its Comparative History*. London: Edward Arnold, 1980, p. 217.

²⁵ Para algumas incursões nesta área veja-se, por exemplo, SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste Português*. São Leopoldo: OIKOS/ Editora UNISINOS, 2012; SCOTT, Ana Silvia Volpi. “O pecado na margem de lá: fecundidade ilegítima na metrópole portuguesa (séculos XVII-XIX)”. *População e Família* (São Paulo), n° 03, 2000, p.41-70.

²⁶ David I. KERTZER & Peter LASLETT, *Aging in the Past: Demography, Society, and Old Age*. Studies in Demography, no. 7. Berkeley/ Los Angeles: University of California Press, 1995.

²⁷ WRIGLEY, E.A. (ed.) - *Identifying People in the Past*. London, Edward Arnold. 1973.

²⁸ MACFARLANE, A. (1977) - *Reconstructing Historical Communities*, Cambridge, Cambridge University Press.

²⁹ WRIGLEY, E. A. Op. Cit., pp. 2-3.

³⁰ Idem.

³¹ Na verdade não só a parte introdutória da obra é de enorme interesse, mas também os artigos que a compõem, notadamente os de WRIGLEY e SCHOFIELD (1973), p. 64 a 101; WINCHESTER (1973) p. 17 a 40 e 128 a 150.

³² MACFARLANE, 1977, especialmente p. 4 e seguintes.

³³ RODARTE, M. M. S. *O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*, UFMG, 2008. Versão da tese em PDF através do link <http://pct.capes.gov.br/teses/2008/32001010034P2/TES.pdf>. O livro foi publicado em 2012 pela Editora da UFMG.

³⁴ Para um exemplo de análise de listas de habitantes sucessivas, veja-se SCOTT, A.S. V. – Dinâmica familiar da elite paulista 1765-1836. Dissertação de Mestrado, USP, 1987. Nesse estudo acompanhei longitudinalmente os domicílios dos grandes proprietários de escravarias, procurando analisar o ciclo de desenvolvimento dos mesmos. Para uma síntese dos resultados dessas análises veja-se SCOTT, A. S. V. “Família, Casa e Fortuna: Os Grandes Proprietários de Escravos em São Paulo (1765-1836)”. *Boletín de La Asociación de Demografía Histórica*, Madrid, v. XIII, n.2, p. 93-139, 1995, ou através do link <https://www.adeh.org/?q=es/node/6754>

³⁵ RODARTE, M. M. S. *O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista*, UFMG, 2008.

Para conhecer os súditos d'El Rey: as listas nominativas de habitantes nas terras do Brasil

Carlos de Almeida Prado Bacellar¹

Resumo: As listas nominativas de habitantes são fontes seriais de grande importância, mas são conhecidas apenas para São Paulo, Minas Gerais e Pará, sendo importante indagar das razões para não haverem sido elaboradas para outras capitanias da América portuguesa. É fundamental, também, discutir a qualidade e a veracidade de suas informações a partir de análises detalhadas das listas produzidas ao longo de setenta anos.

Palavras-chave: Listas de habitantes; População; Administração Colonial.

Abstract: The nominative lists of inhabitants are serial sources of great importance, but are known only to São Paulo, Minas Gerais and Pará, being important to investigate the reasons for not having been prepared for other captaincies of Portuguese America. It is also essential to discuss the quality and veracity of their information from detailed analyses of the lists produced over seventy years.

Keywords: Lists of inhabitants; Population; Colonial Administration.

A posse do Governador e Capitão General D. Luis Antonio Botelho de Souza Mourão, o Morgado de Mateus, em 1764, representou uma nova fase na administração portuguesa da Capitania de São Paulo. Esta capitania, que fora extinta em 1748, quando do auge da mineração aurífera, era agora recriada, justamente quando se vislumbravam os primeiros indícios de decadência dessa mesma mineração. A partir de então, o território de São Paulo passaria a ser tratado com atenção mais detida, no contexto das políticas ilustradas estabelecidas pelo Marquês de Pombal. O novo governador chegava com Instruções de Governo bastante detalhadas, elaboradas com o intuito de reformar a economia e a sociedade de uma área periférica do Império português².

Dentre as inúmeras propostas alinhavadas nessas Instruções, e reforçadas por extensa correspondência mantida entre o Morgado e Lisboa, chama a atenção toda uma preocupação com a organização da população. Heloisa Belloto, em seu famoso estudo sobre o governo do Morgado de Mateus, apresenta-nos os contínuos esforços no sentido de povoar o território, através da ereção de diversas novas vilas, bem como as tentativas de combater o que era chamado de “vadiagem”, reunindo os moradores dispersos pelo sertão nos novos núcleos urbanos. Somente assim, argumentava-se, seria alcançado o crescimento econômico, a organização das milícias, a defesa do território contra os castelhanos, eliminando-se o estado de pobreza e decadência que imperaria na capitania³.

Logo ao desembarcar, em 1765, o Capitão General providencia, em obediência às ordens superiores, a confecção de uma primeira lista dos moradores. Em correspondência datada de 30 de julho desse ano, dirigida aos capitães mores da capitania, o recém-chegado governador alertava:

Vossa Mercê logo que receber esta sem perda de tempo na conformidade que dispõe o capítulo 9º do Regimento dos Capitães Mores fará uma lista de toda a gente de sua Companhia com os nomes das Cabeças de Casais, e sua idade, os nomes de suas mulheres, o valor de seus bens, distinguindo seus filhos cada um pelo seu nome, e idade, tudo na forma do exemplar que remeto, da qual lista Vossa Mercê remeterá uma cópia a esta Secretaria⁴.

Embora a regulamentação do citado Regimento date do século XVI, não há qualquer notícia de levantamentos de listas de habitantes promovidos na América portuguesa até princípios do século XVIII. Em São Paulo, o então governador Rodrigo Cezar de Menezes fazia registrar, em fevereiro de 1722, o citado Regimento das Ordenanças, que em seu capítulo 8º afirmava que

Tem obrigação o Capitão mor de saber exatamente toda a gente, que há na sua Companhia para o que pedirá lista de seis em seis meses, a todos os Sargentos mores da ordenança, as listas serão feitas na forma seguinte, declarando o nome do Cabeça da família, o nome e idade de todos os filhos⁵ (DI 12, p. 32/33).

Para a Capitania de São Paulo, as únicas listas nominativas conhecidas para a primeira metade do século XVIII referem-se ao imposto do dote de Dona Mariana de Áustria, de 1728, onde são listados nominalmente os moradores possuidores de cativos e os valores que pagaram⁶.

Mas é somente com o início do governo do Morgado de Mateus que as listas dos moradores passaram a ser confeccionadas de maneira regular, a intervalos anuais, e seguindo um modelo pré-estabelecido. Estas listas, a partir de 1765, informavam sobre a população livre, mas restringiam-se a somente contabilizar o número de cativos existentes de cada domicílio, sem nomeá-los.

Ao longo das décadas subsequentes, estas listas continuaram a ser elaboradas, com a introdução de novos formatos de levantamento dos dados. Já na década de 1770, uma primeira melhoria no conteúdo das listas foi solicitada. Por razões não claras até o presente, foram produzidas listas de excelente qualidade para os anos de 1772 e 1773, em que a atividade econômica e a condição de eventual posse da terra eram informadas.

Em circular encaminhada aos capitães mores da capitania, o Morgado lembrava que para elaborar a lista “basta só escrever [...] todos os Casais, filhos, agregados, forros, e escravos que tiverem de um, e outro sexo, com os seus próprios nomes, e idades, dividindo-se com distinção todos os Bairros, em Esquadra, etc”⁷.

Estas melhorias não se conservaram, e os anos restantes da década de 70 e durante toda a década de 80 as listagens se mantiveram enxutas, sem o rol dos escravos e sem especificação da atividade econômica do fogo. Sem dúvida, este período foi o de listas de pior qualidade, mas, mesmo assim, importantes por registrarem toda a população livre por anos a fio. Novas e importantes alterações voltaram a ser implementadas em princípios dos anos 90. A partir de 1792, o rol nominal dos escravos retorna; a partir de 1798, a descrição pormenorizada das atividades do domicílio igualmente volta a ser declarada. Sob este novo formato, as listas são feitas com certa regularidade até as vésperas da Independência, em 1822, para progressivamente sumirem. A última tentativa de lista de habitantes, em São Paulo, deu-se em 1836, com o famoso censo de Daniel Pedro Müller (1978).

A historiografia já conta com análises interessantes sobre as motivações políticas, militares e econômicas para a confecção destas listas. Se no princípio o projeto moveu-se por conta de preocupações militares, graças aos conflitos com os castelhanos em torno da posse dos territórios da Bacia do Prata, nos anos de 1790 a motivação econômica sobrepujou, embora não eliminou, essa preocupação. A necessidade de dar outro sentido econômico à colônia, que perdera de vez a capacidade de verter grandes remessas de ouro no rumo da Metrópole, move os burocratas régios a cobrar esforços de mapear a atividade econômica, simultaneamente à continuidade do conhecimento do perfil da população. Mais do que mapear os homens válidos para a guerra, agora se buscava desvendar os homens aptos para produzir riquezas⁸.

Uma das grandes questões que se colocou, quando da “descoberta” das potencialidades investigativas das séries de listas nominativas paulistas foi da existência ou não de listas similares para outras partes da América portuguesa. Afinal de contas, supunha-se, o empenho do Marquês de Pombal em empreender reformas estruturais na colônia não poderia estar restrito tão somente à periférica, embora estratégica, Capitania de São Paulo. Do mesmo modo, as reformas do reino de D. Maria I igualmente não podiam ter sido concebidas exclusivamente para aquela capitania.

Ora, se as listas nominativas de habitantes eram ferramenta estratégica no processo de elaboração de políticas mais amplas no âmbito do Império, somos obrigados a considerar que teriam sido produzidas, ou ao menos encomendadas, nas capitanias em geral, e não apenas em São Paulo. A realidade dos Arquivos Públicos, contudo, contesta a princípio esta possibilidade. De Norte a Sul, encontramos, além da extensa série documental preservada no Arquivo Público do Estado de São Paulo, e que abrange as vilas dos atuais estados de São Paulo e Paraná, dois conjuntos de listas para Minas Gerais, referentes aos anos de 1831/32 e 1838 a 1841⁹.

Mais recentemente, uma profusão de listas, das mais variadas qualidades, foi descoberta no Estado do Pará. Algumas poucas com características idênticas às de uma lista nominativa de habitantes; outras, constituindo-se de róis de indígenas de certos povoados e de indígenas descidos para áreas controladas por europeus, ou mesmo listas de tropas militares. De qualquer maneira, uma riquíssima coleção de documentos nominativos, que permitem explorações bastante inovadoras sobre a História da População nos confins amazônicos da América Portuguesa¹⁰.

A pergunta que permanece, teimosamente: onde estão as listas de habitantes das demais capitanias de América portuguesa? Foram ao menos produzidas, e perdidas pela incúria ou desinteresse das administrações e arquivos? Ou nunca existiram, jamais tendo sido solicitadas, ou, quem sabe, realmente não foram elaboradas, em descumprimento das ordens emanadas da Coroa? Haveria, assim, um viés direcionado nos pedidos de listas, subentendendo uma estratégia de solicitá-las com mais vigor onde havia real necessidade de Estado em tê-las como auxiliares de políticas estabelecidas?

A existência de séries de listas nominativas para áreas extremas da América portuguesa, áreas de participação periférica na economia atlântica, mas, ao mesmo, tempo, cruciais enquanto linha-de-frente no embate contra o inimigo castelhano, seria a motivação para se desejar mapear as comunidades locais? São Paulo seria, assim, vista como um território tampão contra as ambições castelhanas, uma barreira militar contra uma hipotética invasão rumo às riquezas das Minas Gerais. E o Pará, por seu turno, seria o território-base para as pretensões lusas pela consolidação de seu domínio sobre a extensa Bacia Amazônica? Justificativas conhecidas pela historiografia, ventiladas nas correspondências coevas.

Não obstante, uma investigação sobre as séries de correspondência entre autoridades metropolitanas e seus representantes na América revela,

sem sombra de dúvida, que a solicitação de tais levantamentos de dados não ficara restrita às duas capitanias em questão. Pelo contrário, as ordens para mapear as populações por toda a América lusa foram reiteradas.

Em 1776, Martinho de Mello e Castro escrevia ao Governador Joaquim de Mello e Póvoas, da capitania do Maranhão, cobrando “relações exatas de todas as famílias dos seus respectivos Distritos” (AHU, cx. 44, Maranhão). Em 1782, o Capitão General José Pires de Carvalho e Albuquerque, Governador da Capitania da Bahia, escrevia aos capitães mores frisando a necessidade da “remessa que me deve fazer anualmente das Listas dos povos existentes no distrito da sua jurisdição” (AHU, BA, cod. 11139).

Embora a busca de tais solicitações não tenha sido exaustiva, localizamos, invariavelmente, reclamações pelo não envio das listas de habitantes desejadas. Na mencionada carta expedida pelo Capitão General da Bahia, seguia uma advertência, em que o mesmo justificava estar cobrando a produção das listas devido à

(...) grande demora que tem havido na dita remessa, o que certamente me causa grande admiração, e por esta razão sou obrigado terceira vez a ordenar a Vossa Mercê que logo [que] receber esta me remeterá as listas dos ditos povos [...], porque do contrário me verá na obrigação de proceder contra Vossa Mercê pela omissão que houver na pronta execução desta minha ordem. (AHU, BA, cod. 11139).

Aparentemente, a má vontade ou a falta de condições locais para proceder ao levantamento devem ter sido significativas.

Mas o fato é que os indícios são consistentes no sentido de demonstrar que as solicitações de feitura das listas de habitantes foram generalizadas. Em 1776, escrevendo ao Bispo de São Paulo, o Capitão General Martinho de Mello e Castro informava que

Sua Majestade tem incumbido aos governadores e Capitães gerais dos seus Domínios Ultramarinos de lhe mandarem todos os anos uma Relação do Número dos Habitantes compreendidos nos Distritos dos seus diferentes governos¹¹.

Vinte anos mais tarde, em 1796, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, escrevendo ao Capitão General de São Paulo, Bernardo José de Lorena, novamente solicitava a confecção das listas, informando que

Sua Majestade é servida ordenar a Vossa Senhoria que para o fim de que haja nesta Secretaria de Estado melhor informação do estado Físico, e Político dos Domínios Ultramarinos, e para que as Providências necessárias a promover o bem dos seus vassallos sejam dadas com todo o conhecimento de causa¹².

Portanto, parece óbvio terem sido muito largamente expedidas as ordens para que todos os capitães gerais governadores seguissem as diretrizes fixadas pela Corte no mapeamento dos moradores de suas capitanias. Estas listas, se feitas, não subsistiram, lamentavelmente. A troca de correspondências aponta, de uma maneira bastante repetitiva, as justificativas para não se promoverem as listagens, ou pelo menos para a má qualidade daquelas que teriam sido entregues.

Desde que as primeiras listas nominativas foram solicitadas, houve uma tendência muito consistente, por parte da população, em relacionar esse levantamento com a temida recruta. Em São Paulo, tropas eram arregimentadas para serem encaminhadas para o Sul, rumo à instável fronteira do Prata. No Norte, a recruta visava garantir o processo de ocupação da Amazônia. Fosse como fosse, a reação mais usual dos moradores do sexo masculino, alvo preferencial de qualquer recruta, era a tendência a se internar pelos matos, fugir para os sertões ou passar para a capitania vizinha. Em 1776, o governador do Maranhão, Joaquim de Mello e Póvoas, relatava a Martinho de Mello e Castro que pelas relações de habitantes “verei os homens que há e completarei o Regimento dos Distritos que provam melhor os soldados, porque na verdade os do sertão são sumamente fujões, e bem difíceis de recrutar” (AHU, MA, cx. 44).

Em carta ao capitão mor da vila de Pindamonhangaba, o Morgado de Mateus alerta:

Pelo que toca aos rebeldes do mesmo Povo, que por má inteligência se passaram ao Distrito de Minas para fugirem desta averiguação com desobediência às ordens de Sua Majestade —mandará Vossa Mercê fazer uma lista de todos, declarando nelas as Famílias, e bens, que possuam, e os lugares, em que se acharem da Capitania a que passaram¹³.

Três dias mais tarde, em carta similar encaminhada ao capitão mor da vila de Jundiá, reafirma com mais virulência sua indignação:

Consta-me que desse Distrito para outras Capitánias se tem passado várias pessoas desamparando sem causa os próprios domicílios;

como desertores, querendo antes andar vadios por terras estranhas que sujeitem-se a uma vida civil, e útil ao seu aumento nas mesmas terras, em que nasceram¹⁴.

Quase quarenta anos mais tarde, a questão permanecia corriqueira. Em carta dirigida ao capitão general, a Câmara da vila de Campinas pedia um “perdão geral” pela fuga dos moradores, que “ainda que pareçam covardes contudo alguma compaixão merecem pelo repentino medo com que obraram”¹⁵.

Aos olhos da população, a justificativa de que as listas nominativas serviriam para a implantação de boas políticas se contradizia diante de seu uso para promover recrutas. A Câmara da vila de Parnaíba, em longa missiva, busca demonstrar que a recruta era perniciosa ao bem-estar da sociedade local:

Tem existido esta Vila na maior necessidade de homens, não só para o Serviço de Sua Majestade nos Cargos da República, e Tropas Auxiliares, como também para os desposórios da gente branca, e qualidade, chegando ao ponto de se casarem alguns de baixa Condição com Mulheres, que não mereciam em Razão de Seu Sangue: E muito maior será a Sua decadência e necessidade se V. Ex^a Senão dignar na presente ocasião, de lançar vistas benignas sobre a Recruta, que se está aprontando por Ordem de V. Ex^a, na qual se acham listados quase todos os moços, que poderiam Causar utilidade à terra, e Seus pais: Humildes nos prostramos aos pés de V. Ex^a Suplicando a Sua natural Comiseração para que

haja de moderar a Ordem... (Parnaíba, 29/10/1797, AESP, Ofícios das Câmaras, nº de ordem C00235).

Às vésperas da Independência, a Câmara da vila de Bragança tinha suas reclamações sobre a mesma velha questão:

(...) por indômitos, e ignorantes qualquer novidade os assusta assim como agora acontece terem-se transportado para a Província de Minas um número de mais de trezentos Casais, deixando suas Casas e situações desertos, e assim uns seguiram os passos dos outros...¹⁶.

Por conta dessas fugas de homens, podemos detectar, em algumas listas, anotações feitas a lápis em cada fogo, com a informação “confere” ou “não confere” – no caso, conferia-se a presença ou ausência de jovens recrutáveis através da comparação com listas de habitantes de anos anteriores. Ciente das dificuldades, o mesmo Morgado de Mateus escrevera, alguns meses antes das cartas acima, para os mesmos capitães mores da capitania, recomendando que se produzisse as listas “com muita prudência sem estrondos nem tumultos”. De preferência, sem vaziar as notícias de sua realização, tentando, talvez, pegar de surpresa os possíveis alvos de recruta (2/4/1772, DI 64, p. 11-16).

Além das fugas, as dimensões do território igualmente dificultavam a tarefa de levantar os domicílios de cada município. Cobrando continuamente a realização da tarefa administrativa, os capitães gerais repetiam as ordens para capitães mores insubordinados ou desinteressados no levantamento, que certamente deviam temer a envergadura do trabalho. Ao escrever aos capitães mores da capitania, o Morgado de Mateus alertava que “tudo isso ficará Vossa Mercê advertido para repetir

no princípio de cada ano, [sob] pena de maior castigo, e perda do posto” (2/4/1772, DI, vol 64, p. 11-16). Ou seja, era questão de fazer, e repetir nos anos subsequentes, de maneira atualizada.

Cobrado pelo não envio da uma lista de moradores, o capitão general de Mato Grosso lamentava que

(...) me não tem sido possível dirigir a V. Ex^a pela suma dificuldade e até mesmo incerteza com que apenas se conseguem semelhantes notícias em um País não só vastíssimo às vezes quase meio incomunicável, mas onde são costumes as mudanças, ou emigrações de uns para outros Estabelecimentos ainda interiores, sem que verdadeiramente se possa ver em tal conhecimento senão passados largos períodos de tempo (...) ¹⁷.

Outras reclamações são detalhadas no esforço de justificar uma lista malfeita, ou não entregue no prazo. Populações inteiras não eram alfabetizadas, e tinham, assim, dificuldades para reportar os quantitativos que lhes era solicitado. Segundo o capitão mor da vila de Porto Feliz, isso ocorria por “haverem muitas pessoas, que não sabem, e nem se lembram para responder com individuação aos Comandantes das Companhias quando se lhes faz as perguntas” ¹⁸.

Se os moradores tinham dificuldades em responder às questões que lhes eram colocadas, podemos imaginar que os próprios responsáveis pela coleta dos dados podiam incorrer em erros, mal-entendidos e até mesmo desleixo no cumprir de suas tarefas. E muitas vezes as advertências em prol da qualidade do levantamento eram encaminhadas para as autoridades responsáveis pela coleta dos dados:

(...) sua clareza é a regra invariável estabelecida para a sua formação em cada ano, fazem inúteis outras recomendações que não sejam o da mais escrupulosa exatidão, assim no número, e nas classes, como em não alterar jamais o método estabelecido, por ser tão fácil, que sem outra explicação não há mais do que encher as colunas que vão descritas nos módulos¹⁹.

Em carta dirigida aos capitães mores da capitania, o Morgado de Mateus advertia sobre a confecção dos mapas estatísticos que acompanhavam as listas nominativas: “este cálculo não há de ser aéreo, como até agora se fazia: deve ser muito ajustado, conforme a verdade [...], e de qualquer falha, ou erro considerável, que se achar, ficará responsável, Vossa Mercê, e os Oficiais de sua dependência...”²⁰.

Apesar de todas as advertências e ameaças, os erros e falhas eram recorrentes. A simples consulta à longa série de listas nominativas da capitania de São Paulo permite detectar os problemas. Uma das deficiências mais facilmente observáveis é a diferença de qualidade entre as listas de cada companhia de ordenança de uma mesma vila. Embora levantadas sob a supervisão do capitão mor, as discrepâncias são notáveis. Após 1801, por exemplo, quando se torna obrigatória a informação da atividade econômica dos fogos, encontramos companhias em que tal descrição é muito minuciosa, acompanhada de outras companhias da mesma vila onde apenas a ocupação do chefe de família é informada, sem maiores detalhamentos. Juntadas num mesmo volume, correspondendo ao total dos moradores de uma dada vila, propiciavam uma fácil comparação e detecção da discrepância na qualidade. Não obstante, os anos passavam e essa diferença se mantinha, sinal de que a vigilância da Secretaria de Governo não deve ter sido suficiente.

Em outras situações, percebemos claras tentativas de falsificar as listas. Em um evidente esforço de se evitar o trabalho de levantamento, espertalhões produziam listas novas simplesmente aumentando em um ano a idade de cada indivíduo. Ao historiador, a farsa é facilmente visível: em uma época onde a informação sobre a idade era notoriamente precária, variando de ano-a-ano para mais ou para menos, num esforço para informar que alguém tinha tal idade, “um pouco mais ou menos”, a descoberta de séries de idade precisas é preocupante. Detectamos um impressionante caso, por suas dimensões, na vila de São Luiz do Paraitinga, capitania de São Paulo. Na década de 1810, diversas listas indicam com extrema precisão a evolução das idades, como se cada morador soubesse dar tal informação com total segurança.

Se idades evoluindo em séries precisas já denota a má fé, podemos observar outro sintoma dessa farsa: ao longo desses anos, nenhum morador falecia, e nenhuma criança nascia; escravos não eram comprados ou vendidos. Em suma, os fogos permaneciam “congelados” em todas essas listas consecutivas, pois não se ia a campo conferir as mudanças. Repentinamente, em dado ano, a lista voltava a ser elaborada de forma honesta. O resultado é evidente: inúmeras pessoas desaparecem em comparação com a lista anterior, devido ao acúmulo de óbitos ou de movimentos de migração, e outras tantas crianças aparecem, como que por mágica, já contando com um, dois, três anos de idade – o número de anos em que as listas foram sorrateiramente falsificadas. Ao se tentar construir uma simples pirâmide de idades, o desvio torna-se claro: as classes de idade que compreendem os primeiros anos de vida vão encolhendo a cada nova lista assim deturpada.

Por fim, o último sintoma do problema: as produções de cada domicílio permaneciam congeladas: o mesmo volume de açúcar, ou feijão, ou qualquer outro gênero, era indicado sem alterações a cada ano, como

se o domicílio tivesse uma estabilidade produtiva absolutamente inusitada e, digamos, inverossímil.

Cabe também ressaltar outro problema corriqueiro das listas: sua abrangência. Facilmente encontramos casos de fogos que desaparecem de um ano para outro, como se houvesse se extinguido. O que se constata, no entanto, é que deixaram de ser levantados pelo responsável, talvez por seus moradores estarem ausentes, ou, mais provavelmente, pelo esquecimento de se deslocar até certas localidades para coletar os dados.

Estas considerações nos levam a indagar acerca dos procedimentos de levantamento dos dados para compor as listas nominativas de habitantes. Quem eram, antes de mais nada, os responsáveis pela tarefa?

Desde a chegada do Morgado de Mateus à governança da Capitania de São Paulo percebe-se que a estrutura previamente estabelecida das Companhias de Ordenanças deveria ser a base para o trabalho de conhecer a população América portuguesa. O próprio Morgado tratava de esclarecer a questão para os capitães mores da capitania, em carta circular:

(...) mandará formar a Lista geral de todos os habitantes do seu Distrito, como é obrigado, na forma das ordens, o qual, depois de ser formado pelos Bairros, segundo a disposição, em que estão arranchados os moradores, (...) para serem divididos em Esquadras pelos Bairros da sua habitação, para se saber melhor o aumento e diminuição, que nelas ouver (...) ²¹.

Se o modelo era formatado a partir da estrutura das ordenanças, outras autoridades locais deveriam se empenhar no esforço em prol dos interesses políticos da Coroa. Em carta dirigida a Martinho de Mello e

Castro, o bispo de Pernambuco D. Thomaz da Encarnação de Costa e Lima informa que

Recebi a ordem de Sua Majestade com cópia inclusa da Relação que se deve fazer todos os anos de todos os habitantes desta Diocese. Já principiei a mandar a todos os Párocos a mesma Cópia para se dar à execução as ordens Régias; e de comum acordo com o Governador Capitão General desta Capitania se fará o mapa com a devida clareza e exatidão (...) ²².

A colaboração entre a Igreja e as ordenanças, afirmada pelo bispo, não é clara, embora seja mencionado o “mapa”, que talvez seja o de resumo do movimento do registro paroquial, com seus nascimentos e óbitos, sempre solicitado. No mesmo ano, Mello e Castro envia carta para o bispo de São Paulo, informando que o capitão general na mesma capitania teria que preparar a

Relação do Número dos Habitantes [...] servindo-se para este efeito do benefício dos Párocos e mandando-os auxiliar pelos seus Ministros de Justiça, que é o meio de se poderem conseguir estas Relações com a maior prontidão e facilidade.

Duas décadas mais tarde, o capitão general de São Paulo lembra ao bispo que ele deveria dar as “providências necessárias afim de que todos os Párocos daqui em diante regulem por eles os Assentos de Casamentos, Mortos, e Nascidos, para darem aos Capitães Mores em tempo oportuno as competentes clarezas” ²³. Na verdade, cobra-se as informações que, até aquela data, os párocos haviam se furtado a fornecer: ao menos é o que

transparece nas listas remanescentes anteriores a essa data, onde os registros vitais permaneciam ausentes.

A colaboração da Igreja e dos representantes da Justiça Régia não transparece no corpo das listas existentes. Nelas, pelo contrário, o que se percebe é a ação evidente dos homens da Ordenança, observada a hierarquia: cada cabo de esquadra responde pelo levantamento dos domicílios sob sua responsabilidade, e leva os dados para o capitão da respectiva companhia de ordenanças. O capitão, ou alguém sob sua ordem, reúne estes dados e organiza a lista nominativa dos habitantes de sua companhia, e prepara os mapas de resumo; a seguir, envia, juntamente com os demais capitães de companhia, sua lista e seus mapas ao capitão mor. Este, por sua vez, apenas reúne as diversas listas, prepara os mapas gerais da vila e tudo envia ao capitão general governador da capitania. Assim, a lista de cada vila era composta de vários conjuntos, facilmente identificáveis pela diferença no tipo de papel e de tinta, na caligrafia e, conforme já comentamos, na qualidade das informações prestadas. Por fim, cabia ao capitão general providenciar os mapas gerais de todas as capitanias, e enviá-los para a Corte; os originais das listas e mapas de cada vila foram arquivados, pelo menos no caso de São Paulo, no arquivo da Secretaria de Governo, que resultou no acervo matriz do atual Arquivo Público do Estado de São Paulo. Nas demais capitanias, conforme já comentado, resta a dúvida sobre quantas listas chegaram a ser preparadas, e qual o destino que tiveram, posto que raramente encontradas na atualidade.

Ao que tudo indica, efetivamente coube às Ordenanças a tarefa, a ser repetida anualmente. Ao escrever ao capitão mor da vila de Parnaíba, o Morgado de Mateus alertava que a tarefa deveria ser executada “por meio de pessoas inteligentes, e Cabos mandando-os pelos sítios a inquirir as necessárias circunstâncias para formalizar as referidas Listas com toda a verdade”²⁴.

Desde a primeira lista, datada de 1765, o levantamento era feito por domicílio, nominativamente, excluídos os escravos, que eram apenas contabilizados. A partir da lista de uma companhia, seu capitão deveria montar o mapa estatístico dos habitantes, organizado em classes por idade ou sexo:

Classes

- 1ª Todas as crianças do sexo masculino desde a primeira idade até 7 anos.
- 2ª Todas as crianças do sexo feminino da mesma idade.
- 3ª Todos os Rapazes desde a idade de 7 anos até 15.
- 4ª Todas as Moças desde a idade de 7 anos até 14.
- 5ª Todos os homens desde a idade de 15 anos até os 60.
- 6ª Todas as mulheres desde a idade de 14 anos até os 50.
- 7ª Todos os velhos de 60 anos para cima, com distinção particular dos que passaram de 90 anos.
- 8ª Todas as velhas da mesma idade e com a mesma distinção.
- 9ª Todas as Famílias, ou Fogos.
- 10ª Todos os nascimentos, que tocarem ao ano.
- 11ª Todos os mortos do mesmo ano²⁵.

As “dez classes” diziam respeito, na realidade, a oito grupos etários, e a distribuição das idades variava de acordo com o sexo. Esse modelo sofreu alteração: em 1775, as “dez classes” obedeciam ao seguinte novo formato:

- 1ª Todos os meninos desde a primeira idade até 7 anos.
- 2ª Todos os rapazes desde a idade de 7 anos até os 15.
- 3ª Todos os homens desde 15 anos até os 60.
- 4ª Todos os velhos de 60 anos para cima.
- 5ª Todas as meninas desde a primeira idade até 7 anos.
- 6ª Todas as raparigas desde a idade de 7 anos até os 14.
- 7ª Todas as mulheres de 14 anos até 40.
- 8ª Todas as velhas de 40 anos para cima.
- 9ª Nascimentos do ano.
- 10ª Mortes do ano.

Já no reino de D. Maria I, as instruções tornaram-se mais complexas, com demandas ampliadas. Em ordem régia datada de 21 de outubro de 1797, são listadas as informações que eram desejadas, a serem remetidas resumidas em mapas:

1º, dos habitantes que existem na capitania; 2º, das ocupações dos mesmos habitantes; 3º, dos casamentos anuais, nascimentos e mortes; 4º, da importação; 5º, da exportação; 6º, das produções da capitania, consumo, e exportação das mesmas produções; 7º, dos preços correntes dos gêneros; 8º, do número de navios que entram e saem”. A seguir, relaciona as autoridades responsáveis pela elaboração de cada mapa: “Será inútil dizer a Vossa Mercê que, para se fazerem os três primeiros, há de

Vossa Mercê servir-se assim dos párocos como dos magistrados; que para o 4º, 5º, 7º e 8º, os oficiais da alfândega, e os negociantes da praça são as pessoas mais próprias; e para o 6º todos estes, cada um pela parte, que lhe tocar²⁶.

Curiosamente, esta Carta Régia não menciona o papel dos milicianos na elaboração da lista dos habitantes, com suas ocupações, tarefa pela qual continuarão a responder até após a Independência, em 1822.

Esta mesma carta régia estabelece o formato que diríamos definitivo das listas nominativas de habitantes. As regras são, agora, bastante detalhadas, conforme podemos resumir:

1. Numeração dos fogos: em ordem para cada vila. Dentro de cada uma havia tantas enumerações de fogos quantas eram as companhias de ordenança.
2. Nomes e sobrenomes de cada indivíduo componente do fogo.
3. Tipo de relações de dependência ou parentesco de cada membro do fogo em função do chefe:
 - a. Esposa (no documento: “sua mulher”)
 - b. Filhos (discriminando os “naturais” e os “expostos” ou “enfeitados”)
 - c. Agregados, com a menção da relação de parentesco com o chefe, quando houvesse: irmão, sogro, tio, genro, nora, neto, sobrinho, etc.
 - d. Escravos, com distinção entre escravos do chefe e escravos de agregados ao chefe.
 - e. Condição de “forros”, “administrados”, “gentio”, “hóspede”, etc.
 - f. Outros casos: padres, soldados, estudantes, etc.
4. Idade em anos completos de todos os moradores, incluindo os

escravos.

5. Condição: solteiro, casado ou viúvo.
6. Cor: branco, preto, pardo, mulato, negro.
7. Naturalidade: quando referente aos escravos africanos, indicava-se se era nascido no Brasil (“crioulo”) ou se provinha da África (“Cabinda, Benguela, Monjolo, Congo, Angola, Moçambique”, etc.).
8. Ocupação: normalmente a do chefe do domicílio, mas podendo ser mencionadas ocupações eventuais de agregados e mesmo de escravos.
9. Produção: anual, do fogo, com quantidades de produtos colhidos, consumidos e vendidos, para o caso dos fogos de agricultores; para comerciantes, quantidades de mercadorias compradas, com discriminação dos respectivos preços
10. Alguns recenseadores mais detalhistas registravam acontecimentos ocorridos: falecimentos, casamentos, nascimentos, compra e venda de escravos, dotes, ausências de moradores, doenças, defeitos físicos, convocação para servir nas milícias ou tropas pagas, famílias “arranchadas de novo” ou “fogos novos”.

Seja como for, a qualidade das listas estava diretamente relacionada ao empenho dos capitães mores em exigir que seus subordinados cumprissem com suas obrigações. No entanto, obter informações de populações naturalmente desconfiadas dos interesses eventualmente não explicitados das autoridades régias não deveria ser atividade fácil. Ainda mais, podemos desconfiar do discernimento e capacidade dos capitães de companhia e capitães mores em levar a cabo a tarefa, visto que nem todos seriam suficientemente alfabetizados para montar uma listagem desse porte. Cabe ainda lembrar que esses oficiais naturalmente estariam

propensos a defender seus pares contra eventuais riscos que poderiam julgar estar por trás dessa política de elaborar listas. A fidelidade ao monarca poderia ser subjugada pelo temor em ter sua vida esmiuçada e informada para as autoridades que lidavam cotidianamente com as questões do recrutamento e do fisco. Seria confiável informar tudo o que se perguntava, ou caberia ocultar, subavaliar, esquecer propositalmente?

Um exemplo bastante conhecido de informação fornecida com aparente intenção de ocultar a realidade pode ser verificado nas listas nominativas de 1765 para a capitania de São Paulo. Seguindo as ordens oficiais, era necessário indicar, para cada fogo, o valor do patrimônio familiar. Tais dados foram usados pela historiografia para se avaliar os níveis de fortuna dos paulistas, chegando-se à conclusão que a região padecia de uma pobreza bastante óbvia²⁷. Em anos mais recentes, a análise de Maria Aparecida Borrego revelou, em uma comparação com os valores dos monte-mores de inventários de moradores do período, que os números indicados na lista nominativa eram por vezes evidentemente bastante subavaliados²⁸.

Mas talvez o maior problema das listas nominativas esteja relacionado às informações sobre as atividades econômicas desenvolvidas pelo domicílio. Fornecidas pontualmente para algumas datas da década de 1770, voltaram a ser solicitadas somente na década de 1790. Esta informação é preciosa, por exemplo, por resolver um conhecido problema dos inventários e testamentos, onde muito raramente ficamos sabendo das ocupações do falecido. O interesse, bastante óbvio para a conjuntura colonial, era por conhecer a produção de gêneros alimentícios, essenciais para o abastecimento das tropas, e também importantes para se avaliar as possibilidades de inserção desses gêneros no mercado atlântico, para além da cana-de-açúcar. Conhecer a produção e a distribuição dos gêneros agrícolas permitiria, em tese, estabelecer estratégias para melhor explorar o território colonial, que há décadas via o fulgor aurífero minguar.

Justamente por isso, as listas centravam-se no levantamento das riquezas da agricultura e, em contrapartida, tendiam a menosprezar informações sobre atividades de criação e comércio de animais, artesanato, e mesmo o comércio. Examinar, por exemplo, a vila de Sorocaba, principal centro de comercialização de animais no sudeste da colônia, sob a ótica de suas listas nominativas, pode levar à falsa impressão de que não havia quaisquer atividades ligadas ao trato de gado: tropeiros, seleiros, ferreiros estão ausentes, sendo descritos como lavradores ou roceiros, a outra atividade que exerciam concomitantemente, e que mais interessava aos olhos da Coroa. Do mesmo modo, os ofícios típicos de carpinteiros, carapinas, latoeiros, pedreiros, oleiros e tantos mais, usuais em qualquer comunidade, estão muito mal representados na lista, novamente devido ao olhar direcionado para o mundo agrícola.

Também são extremamente raras menções a traficantes de escravos, atividade corriqueira no mundo escravista; no outro extremo social, as prostitutas, inevitáveis nas áreas urbanas, estão sistematicamente ocultas nas listas. Estas lacunas informativas exigem do historiador a habilidade no cruzar de informações e no seguir de trilhas tênues de histórias de vida. Como entender o caso de indivíduos que, em anos sucessivos, são chamados de lavradores, roceiros ou que “plantam para seu gasto”? São preciosismos do linguajar, a descrever a mesma condição, ou são condições distintas? Como julgar casos de fogos que absorvem e repelem agregados de um ano para outro? Estaria o recenseador identificando movimentos de mobilidade da condição de agregado, ou estaria ele adotando critérios distintos para avaliar a relação entre uma família e outra?²⁹ E o caso dos expostos ou enjeitados, que por vezes são chamados de filhos ou agregados – estaríamos apenas diante de uma imprecisão descritiva do recenseador, ou detectando uma condição dúbia e complexa dessa categoria de crianças no seio dos domicílios do passado?

Todas estas questões perpassam a leitura das listas nominativas. Para o caso de São Paulo, as séries nem sempre são completas³⁰, mas constituem um conjunto formidável e único, que permite que acompanhem indivíduos ou famílias por anos e mesmo décadas consecutivas, inclusive escravos. A riqueza de suas informações, em que pese os problemas apresentados, é impressionante, como também é impressionante o resultado desse esforço da administração colonial portuguesa para registrar todos os fogos, anualmente, por mais de seis décadas, instalados em um território periférico e de povoamento rarefeito. A descoberta de outras listas de população no Estado do Pará nos dá esperanças de que novas descobertas possam a milagrosamente vir a ocorrer em outros arquivos públicos, onde nem sempre os acervos documentais se encontram bem identificados. A exploração dessas fontes ainda é proporcionalmente reduzida, restrita, no mais das vezes, a análises centradas em uma única lista, fazendo falta, ainda hoje, trabalhos com olhar longitudinal, que acompanhem essas populações no nível da micro história, recuperando trajetórias e estratégias familiares ao longo de gerações. Este é o desafio ainda posto para a historiografia brasileira.

Artigo recebido em fevereiro de 2014

Aprovado em março de 2014

NOTAS

¹ Universidade de São Paulo/ Brasil.

² MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo, Hucitec/ Edusp. 2000; BELLOTTO, H. L. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Secretaria Estadual da Cultura, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

³ Bellotto. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*.

⁴ Circular enviada a todos os capitães mores das vilas de São Paulo, aos 30 de Junho de 1765. DI 72, p. 27-28

⁵ Registro do regimento e forma em que se hão de governar as ordenanças e das obrigações que tem os oficiais de guerra desta capitania que se mandou registrar em todas as câmaras das vilas deste governo, São Paulo, 27 de maio de 1772, DI, vol. 12, pp. 32-33.

⁶ MONTEIRO, J. M. Distribuição da riqueza e as origens da pobreza rural em São Paulo (Século XVIII). *Estudos Econômicos*, 19, 1. 1989, pp. 109-130.

⁷DI, vol. 23 de maio de 1772.

⁸ MARCÍLIO, M. L. Op. Cit.

⁹ PAIVA, C. A.; RODARTE, M. M. S.; e GODOY, M. M: *Acesso digital às listas nominativas; Poplin – Minas – 1830, a proposta do Cedeplar para a universalização do acesso aos dados das fontes demográficas de Minas Gerais do século XIX*, Comunicação apresentada no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu. 2010.

¹⁰ VIEIRA JR, A. O; e RAMOS, A. R. *Guia de Fontes para a História da População na Amazônia*, vol. 1, 1750-1800, Belém: Ed. Açaí. 2011.

¹¹ DI, vol. 43, p. 66

¹²DI, vol. 25, p. 162-164

¹³17/7/1772, DI, 64, p. 51).

¹⁴ 20/07/1772, DI 64, p. 52

¹⁵ Campinas, 7/1/1810. AESP, Ofícios das Câmaras, N° de ordem C00235.

¹⁶ Bragança, 16/02/1822, AESP, Ofícios das Câmaras, n° de ordem C00233.

¹⁷ Carta dirigida a Martinho de Mello e Castro, 18/2/1786, AHU, MT, caixa 19

- ¹⁸ Carta de 1º de fevereiro de 1802, assinada pelo Capitão Mor Francisco Correa de Moraes Leite. APESP, Ofícios Diversos, nº de ordem C00234
- ¹⁹ Carta régia ao governador da Paraíba, 21 de outubro de 1797. Revista Brasileira de Estatística, ano I, jul.-set. de 1940, nº 3, p. 532-3
- ²⁰ Carta de 2/4/1772, APESP, DI, vol.64, p. 11-16
- ²¹ Carta do Morgado de Mateus aos capitães mores, São Paulo, 2/4/1772, DI, vol. 64, p. 11-16
- ²² Olinda, 23/09/1776, AHU, PE, cx. 62
- ²³ São Paulo, 01/07/1798, DI, vol. 39, p. 11
- ²⁴ 29/04/1772, DI, vol. 64, p. 20
- ²⁵ Carta do Morgado de Mateus aos capitães mores de todas as vilas da Capitania, SP, 2/4/1772, DI, vol. 64, 1939, p. 12-13
- ²⁶ Carta Régia de D. Maria I ao governador da Paraíba Fernando Delgado Freire de Castilho, 21 de outubro de 1797. Revista Brasileira de Estatística, IBGE, ano I, julho/set. 1940, nº 3, p. 532-533
- ²⁷ CANABRAVA, A. P. Uma economia de decadência: Os níveis de riqueza na capitania de São Paulo 1765-1767, Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro 26, 4, 1972. Pp 193 – 221.
- ²⁸ Cf. BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765). São Paulo, Tese de doutoramento em História Social, FFLCH-USP, 2006, p. 236
- ²⁹ BACELLAR, C. A. P. Arrolando os habitantes no passado: As listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus*, 14. 2008. pp. 107-124.
- ³⁰ Lamentavelmente, muitas listas nominativas de São Paulo foram perdidas em finais do século XIX, quando já eram velhas de quase um século, por incúria da administração pública: as instalações do arquivo eram lavadas, e documentos “acidentalmente” encharcados eram descartados sem a menor cerimônia.

A Demografia Histórica e seu desenvolvimento no Brasil*

Iraci del Nero da Costa**

Resumo: Depois de apresentarmos um breve relato do nascimento da demografia histórica no Brasil relacionamos algumas questões que se colocam aos pesquisadores dedicados à área e as tarefas que ainda estão por ser enfrentadas de maneira mais pormenorizada; por fim, fazemos um sucinto esclarecimento sobre o surgimento e evolução da demografia histórica em escala internacional.

Palavras-Chave: Demografia Histórica; Tarefas a cumprir; Questões a enfrentar.

Abstract: After a brief account of the birth of historical demography in Brazil, we discuss some questions faced by researchers in the area and the tasks that are yet to be addressed in greater detail; finally we summarize the emergence and evolution of historical demography on an international scale.

Keywords: Historical Demography; Tasks at hand; Questions to face.

A demografia histórica no Brasil

Nas últimas décadas o conhecimento sobre nossa história viu-se largamente enriquecido. Tal fato não decorreu apenas da introdução de novos temas e abordagens, mas, sobretudo, da incorporação desses novos elementos num quadro de revisão das interpretações historiográficas preexistentes; assim, deu-se uma verdadeira superação de nossos saberes concernentes às estruturas socioeconômicas e demográficas sobre as quais repousa a evolução da sociedade brasileira. Ademais, tal superação ocorreu no âmbito de avanços articulados e integrados nos planos empírico, metodológico e teórico.

Ainda nos falta, devemos reconhecer, uma visão global nova, um novo "paradigma". Não obstante, estamos a percorrer um caminho harmônico e organicamente estruturado do qual, certamente, resultará uma perspectiva original e mais rica de nossa formação histórica, a qual, com certeza, será capaz de qualificar e enriquecer interpretações clássicas tais como as formuladas por Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e outros construtores de primeira linha de nossa história social e econômica.

Dentre as novas contribuições para o processo acima delineado ressalta, com relevância, a emergência e o amadurecimento dos estudos efetuados na área da demografia histórica; assim, esse campo distingue-se como um dos mais destacados propulsores das renovações aqui lembradas. Com respeito a tal assertiva talvez seja elucidativo atentarmos, embora em termos meramente informativos e genéricos, para o próprio nascimento e afirmação da pesquisa em demografia histórica no Brasil.

Entre os predecessores da demografia histórica podemos apontar Gilberto Freyre que, no prefácio de *Casa Grande & Senzala* – escrito em Lisboa, em 1931, e revisto em Pernambuco, em 1933 –, já registrava com clareza a relevância da massa documental da qual se serviram, duas décadas

depois, os autores aos quais devemos a formulação dos métodos que deram nascimento à demografia histórica. A compreensão acurada das potencialidades carregadas, sobretudo pela documentação eclesiástica, justifica a longa citação extraída do aludido prefácio:

Outros documentos auxiliam o estudioso da história íntima da família brasileira: inventários (...); cartas de sesmaria, testamentos, correspondências da Corte e ordens reais (...); pastorais e relatórios de bispos (...); atas de sessões de Ordens Terceiras, confrarias, santas casas (...), Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, de que tanto se tem servido Afonso de E. Taunay para os seus notáveis estudos sobre a vida colonial em São Paulo; as Atas e o Registro Geral da Câmara de São Paulo; os livros de assentos de batismo, óbitos e casamentos de livres e escravos e os de rol de famílias e autos de processos matrimoniais que se conservam em arquivos eclesiásticos; os estudos de genealogia (...); relatórios de juntas de higiene, documentos parlamentares, estudos e teses médicas, inclusive as de doutoramento nas Faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia; documentos publicados pelo Arquivo Nacional, pela Biblioteca Nacional, pelo Instituto Histórico Brasileiro, na sua Revista, e pelos Institutos de São Paulo, Pernambuco e da Bahia. Tive a fortuna de conseguir não só várias cartas do arquivo da família Paranhos, (...) como o acesso a importante arquivo de família, (...) o do engenho

Noruega, que pertenceu por longos anos ao capitão-mor Manuel Tomé de Jesus (...). Seria para desejar que esses restos de velhos arquivos particulares fossem recolhidos às bibliotecas ou aos museus, e que os eclesiásticos e das Ordens Terceiras fossem convenientemente catalogados. Vários documentos que permanecem em mss. nesses arquivos e bibliotecas devem quanto antes ser publicados. É pena – seja-me lícito observar de passagem – que algumas revistas de História dediquem páginas e páginas à publicação de discursos patrióticos e de crônicas literárias; quando tanta matéria de interesse rigorosamente histórico permanece desconhecida ou de acesso difícil para os estudiosos.¹

Também a anteceder a afirmação da demografia histórica como disciplina autônoma, coloca-se a monografia de Lucila Herrmann denominada *Evolução e estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*, de fins da década de 1940. Este empreendimento pioneiro – baseado em levantamentos populacionais do período colonial – ficou isolado, não conheceu divulgação imediata e não foi seguido, de pronto, por produções similares.

Da década de 1960 são os ensaios pioneiros de Luis Lisanti Filho e Maria Luiza Marcílio, cabendo a esta última a autoria da tese intitulada *La ville de São Paulo, peuplement et population (1750-1850) d'après les registres paroissiaux et les recensements anciens*, texto seminal do qual resultou o reconhecimento, em escala internacional e, sobretudo, em âmbito nacional, da demografia histórica brasileira; dá-se, a contar de sua edição em português, a difusão entre nós dos métodos propostos pelos cientistas

franceses criadores deste novo ramo do saber demográfico situado no amplo campo das ciências sociais. Não é exagero dizer *que La ville de São Paulo* assinalou o surgimento efetivo da demografia histórica no Brasil.

Ainda nesses momentos iniciais do desenvolvimento da nova disciplina entre nós vêm à luz as obras de Altiva Pilatti Balhana e de Cecília Maria Westphalen, às quais se seguiram as dissertações elaboradas pelo "grupo" do Paraná; em sua Universidade Federal estruturou-se a pós-graduação em demografia histórica da qual resultou a detecção e ordenamento sistemático das fontes paranaenses e uma grande quantidade de pesquisas: a maior concentração existente até os anos 1990. Pela primeira vez, demógrafos historiadores colocaram em xeque a "família extensa" e afirmaram a predominância, entre nós, da família nuclear (formada, tão só, por progenitores e seus filhos). Ali também nasce a descrição sistemática das comunidades de imigrantes, dando-se, concomitantemente, o espraçamento da exploração demográfica a qual, além de comunidades paranaenses, abrangeu localidades de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais.

O decênio de 1970 viu-se irrigado por substancial volume de contestações inovadoras votadas a distintos problemas e cobrindo novas áreas de nosso território. Luiz R. B. Mott volta-se para o Nordeste (Piauí e Sergipe); a ele coube questionar abertamente algumas alegações até então tidas como "verdades" absolutas: revelou o numeroso contingente de pequenos proprietários de cativos, a existência da escravidão na área da pecuária Nordestina e negou o absenteísmo dos proprietários de gado de tal região. Dessa mesma década são as perquirições de Katia M. de Queirós Mattoso e de Stuart B. Schwartz para a Bahia; a monografia de Johildo Lopes de Athayde para Salvador; os frutos dos doutorados de Pedro Carvalho de Mello e de Robert W. Slenes, os quais devotaram particular cuidado à massa escrava existente no Brasil; tocando a Herbert S. Klein ocupar-se do tráfico negreiro intercontinental. A preocupação com as

populações mineiras e a ênfase emprestada aos distintos segmentos populacionais característicos da sociedade colonial brasileira (livres, forros e escravos) marcam as publicações de Donald Ramos e Iraci Costa; já a estrutura de posse dos cativos e a relevância dos "pequenos escravistas" consubstanciam o interesse maior de um pioneiro desses tópicos: Francisco V. Luna, que escrutinou os dados de Minas Gerais. Stuart B. Schwartz, por seu turno, buscou caracterizar a estrutura de posse de escravos existentes na Bahia; a relevância deste tema levou Francisco V. Luna e Iraci Costa a estendê-lo às áreas de São Paulo e do Paraná.

Igualmente na década de 1970, os agregados e a família mereceram tratamento especial de Eni de Mesquita Samara – que se ocupou dos agregados e estendeu para a família paulista os resultados concernentes ao Paraná e a Minas Gerais –, de Elizabeth Anne Kuznesof e de Alida Christine Metcalf.

Ao fim do decênio de 1970 e início do seguinte deu-se a extensão dos olhares dos demógrafos historiadores para regiões que permaneciam inexploradas assim como aplicaram-se novas abordagens para captar o evoluir populacional das áreas contempladas anteriormente. O rol de especialistas, embora longo, não pode ser descurado: Norte (Ciro Flamarion Santana Cardoso); Paraíba (Elza Régis de Oliveira, Diana Soares de Galliza); Goiás (Eurípedes Antônio Funes, Maria de Souza França); Rio de Janeiro (Eulália Maria Lahmeyer Lobo). Clotilde A. Paiva e Beatriz Ricardina de Magalhães versaram sobre Minas Gerais; Horacio Gutiérrez dedicou-se de modo inovador ao Paraná; Maria Nely dos Santos discorreu sobre Sergipe enquanto o Piauí recebeu a atenção de Miridan Brito Knox. Na década de 1980 Elizabeth Darwiche Rabello, Carlos de Almeida Prado Bacellar e Ana Sílvia Volpi Scott empenharam-se em deslindar as distintas facetas das elites paulistas. Nessa última década retomou-se, com base numa perspectiva renovada, em nível qualitativo superior e em termos quantitativos mais sofisticados, a linha aberta por

Lucila Herrmann; qual seja, a de se escrever, emprestando-se preeminência aos elementos demográficos e econômicos, a história regional, quase sempre relegada a uns poucos abnegados sem formação acadêmica sofisticada. Em linha científica refinada enquadram-se o projeto de esquadrinhamento sistemático da evolução demoeconômica de Campinas, de Peter L. Eisenberg, os escritos sobre a Bahia de Stuart B. Schwartz e o paradigmático *Caiçara*, de Maria Luiza Marcílio.

A família escrava passa a ser reconhecida no segundo lustro dos anos 1970 e no correr do decênio de 1980. O trabalho de Richard Graham distingue-se como pioneiro. Segue-se artigo de Francisco V. Luna & Iraci Costa sobre a família escrava em Vila Rica. Logo após veio a lume a importantíssima publicação de Robert W. Slenes sobre a família escrava em Campinas. A partir daí surgem muitos novos ensaios produzidos por Iraci Costa & Horacio Gutiérrez, Alida Christine Metcalf, Iraci Costa & Robert W. Slenes & Stuart B. Schwartz, Gilberto Guerzoni Filho & Luiz Roberto Netto, João Luís R. Fragoso & Manolo G. Florentino, José Flávio Motta, Iraci Costa & Nelson Nozoe, Francisco V. Luna, Ana Sílvia Volpi Scott & Carlos de Almeida Prado Bacellar; neste quadro coloca-se, também, a exposição sobre casamentos mistos devida a Eliana Maria Réa Goldschmidt.

Nessa mesma quadra de 1980 elaboraram-se novas indagações centradas na família. Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi privilegia a família de colonos do café; Lucila Reis Brioschi disseca genealogias; José Luiz de Freitas contesta o "mito" da família extensa; Katia M. de Queirós Mattoso estuda a família baiana e chega a conclusões análogas às válidas para Minas Gerais, São Paulo e Paraná; Renato Pinto Venancio discute a fundo a questão dos enjeitados; Maria Beatriz Nizza da Silva discorre sobre o sistema de casamentos no Brasil colonial enquanto Linda Lewin dedica tese a este último objeto.

No início dos anos 90 vários projetos estavam em andamento. Alguns itens originais foram propostos (reconhecimento demoeconômico dos não-proprietários de escravos, Iraci Costa; movimentos migratórios de nordestinos, Nelson Nozoe & Eni de Mesquita Samara & Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi; crescimento vegetativo da massa escrava, Horacio Gutiérrez & Clotilde A. Paiva; preço de escravos, Nilce Rodrigues Parreira) e novas áreas são incorporadas (entre outras: Sorocaba, Carlos de Almeida Prado Bacellar; Bananal, José Flávio Motta e Litoral Norte de São Paulo, Ramón V. G. Fernández). Correlatamente, define-se a preocupação com os rumos da demografia histórica brasileira: quais os objetos a enfocar?; não se mostram necessárias tentativas de generalização e de teorização mais consequentes?; como incorporar a nossas indagações áreas e/ou fases cruciais de nossa economia (nordeste açucareiro, zona do café para o segundo meado do século XIX etc.)?

Nem sempre foi possível, neste item, seguir estritamente a perspectiva cronológica, pois alguns tópicos viram-se concebidos simultaneamente e/ou interpenetraram-se no tempo. De outra parte, algumas criações das mais expressivas precisam ser "encaixadas" na revisão histórica aqui esboçada, tomo como exemplos a classificação dos setores e ramos de atividades econômicas (de Iraci Costa e Nelson Nozoe), o trabalho de Tarcísio do Rego Quirino sobre os habitantes do Brasil no fim do século XVI, a pesquisa de Carlos Roberto A. dos Santos sobre preços de escravos no Paraná e a obra intitulada *Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850*, de Mary C. Karash. Enfim, muito poderia ser acrescentado ao elenco aqui arrolado; de outra parte, cumpre lembrar que o encerramos no início dos anos 1990 porque ir avante seria temeroso, pois nos lustros mais recentes procedeu-se à feitura de milhares de dissertações, teses, livros e artigos sobre nossa história demográfica.

Assim, conquanto a descrição acima posta seja sucinta e parcial, parece-nos bastante para revelar o amplo campo abrangido pela

demografia histórica e o fato de que se deu no Brasil um verdadeiro transbordamento com relação aos temas estritamente demográficos, vale dizer, por haver grandes lacunas quanto ao conhecimento mais pormenorizado de nosso passado histórico, os demógrafos historiadores brasileiros sentiram-se impelidos a descobrir (redescobrir) e a reescrever (escrever) nossa história econômica, social, das mentalidades, das instituições etc.; destarte, o exame de variáveis demográficas definiu-se como uma larga porta de entrada para a história entendida em todas suas dimensões. Note-se, além disso, que a inexistência, entre nós, de uma história regional solidamente embasada, tem feito com que alguns demógrafos historiadores tomem como sua a tarefa de promovê-la.

Muito embora, como visto, nossos demógrafos historiadores tenham estendido seus estudos no espaço, no tempo e no que tange à vasta temática abarcada por nossa disciplina, ainda nos defrontamos com um longo caminho a percorrer nas três dimensões ora aventadas. Assim, existem áreas geográficas que ainda merecem um maior número de estudos, sobretudo o norte e o nordeste; o século XVI ainda nos escapa bem como o conhecimento mais circunstanciado da segunda metade do século XIX; muitos temas até agora não mereceram nossa atenção e carecemos de perquirições voltadas para a generalização dos achados já revelados. Destarte, não é errôneo afirmar-se que teremos de formular padrões capazes de lançar luz sobre as evidências pontuais já levantadas, seremos compelidos a buscar as regularidades ainda não desveladas assim como caber-nos-á tentar discriminar claramente as causas comuns que se encontram nas raízes dos elementos empíricos já fixados; enfim, até os dias correntes ainda não chegamos a uma visão teórica de conjunto da formação de nossas populações.

Eis, pois, esboçados de maneira concisa – sempre lembrada a limitação do autor – os momentos iniciais do desenvolvimento da demografia histórica entre nós.

Por fim, lembrando que não dirigimos nossa atenção para este ou aquele autor ou para esta ou aquela linha de pesquisa, mas para toda uma geração de demógrafos historiadores, é preciso alertar que alguns temas e muitos autores foram esquecidos nestes apontamentos, fixar uma memória mais fidedigna deve ser tarefa coletiva, pois o autor isolado pode encaminhar-se para questões que lhe afetam mais de perto e/ou privilegiar colegas e/ou temas que lhe são mais familiares. Desde já, pois, peço escusas pelas impropriedades aqui cometidas, pelas omissões "indesculpáveis" e pelas assim chamadas "injustiças".

Alguns questionamentos sobre os rumos da demografia histórica no Brasil

Neste segundo item serão abordadas algumas questões centrais – muitas vezes formuladas como perguntas ou questionamentos – dirigidas aos demógrafos historiadores dedicados ao estudo das populações pretéritas do Brasil. Não pretendemos que estas notas sejam exaustivas e desde logo chamamos a atenção para o fato de elas apresentarem um iniludível caráter exploratório; como notará o leitor avisado, muitas das opiniões aqui apresentadas terão um conteúdo impressionista na medida em que decorrem de meras intuições. Colocadas estas ressalvas preliminares passemos aos problemas que nos ocupam.

1. Primeiro Questionamento

Os trabalhos em demografia histórica concernentes ao Brasil têm muito de história e pouco de demografia. Revela-se aí uma carência em termos do domínio dos métodos e técnicas desenvolvidos pela demografia formal.

Tal afirmação, basicamente correta, além de remeter-nos à própria história da demografia histórica no Brasil permite a identificação de substantivos problemas defrontados pelos pesquisadores de nosso passado populacional. Diga-se, desde logo, que, efetivamente, nos falta uma formação sólida nas técnicas próprias da demografia formal. Não obstante, é possível identificar outros elementos que explicam a pretendida supremacia do "histórico" sobre o "demográfico" em nossos estudos. Em primeiro lugar é preciso ter presente a dificuldade com que nos deparamos com respeito à aplicação imediata, para o caso brasileiro, do método da reconstituição de famílias, imprescindível para o estabelecimento dos dados de base que podem servir aos cálculos demográficos mais sofisticados e completos. Para superar esta limitação impõe-se, como sabido, o cruzamento de fontes, o qual é altamente exigente em termos de investimento em tempo de pesquisa e se define como trabalho dos mais árduos. Outro elemento a limitar tais cruzamentos é dado pela extrema mobilidade das populações brasileiras do passado, as quais distinguiam-se como populações abertas tanto do ponto de vista espacial como no concernente ao *status* social; assim, o próprio cruzamento de fontes vê-se prejudicado em larga medida. Se estas observações forem corretas, não seria descabido inverter a ordem dos argumentos colocados acima: nossos trabalhos não são deficientes por faltar-nos formação teórica, pois foram as peculiaridades da sociedade brasileira que atuaram no sentido de afastar-nos da procura de uma formação estatística mais sólida.

A afastar-nos dela, além disto, encontra-se outro elemento. Antes de identificá-lo, faz-se necessário estabelecer uma consideração preliminar. Para a história econômica e social da Europa, em particular da França, já se conta com grande número de versões sumamente qualificadas; lá, além disto, o conhecimento alcançado do passado mostra-se muito superior e muito mais refinado do que entre nós. Em termos genéricos e

comparativos, e que sei absolutamente imprecisos, poder-se-ia dizer que, enquanto a história da Europa já se encontra estabelecida, a nossa ainda está por ser escrita. Decorre daí que a demografia histórica na Europa (leia-se França) teve, desde seus primórdios, um campo de ação muito bem delimitado e relativamente limitado, vale dizer, orientou-se para a aplicação das técnicas demográficas aos dados reconstituídos para o passado e, também em termos os mais genéricos, não extravasou demasiadamente seu leito natural. No caso do Brasil, contrariamente, dadas as dificuldades de aplicação dos métodos desenvolvidos na França, os demógrafos historiadores viram-se, como avançado acima, induzidos a descobrir (redescobrir) e a reescrever (escrever) a história econômica, social, das mentalidades, das instituições etc. Este "apelo", aliás reforçado pelo imediato reconhecimento de nossos achados, representa o elemento aventado na abertura deste parágrafo; assim, vimo-nos impelidos a afastarmo-nos dos fenômenos tidos como puramente demográficos e a mergulharmos na construção de uma história que põe em xeque a historiografia e, nesta medida, talvez tenhamos descurado nossa formação na área da demografia formal. Não se deve deixar de consignar que tal "troca" nos foi largamente favorável: afirmamos nossa área de estudos, vimo-nos respeitados pelos demais cientistas sociais, contribuímos concretamente para o estabelecimento de uma história fundada solidamente do ponto de vista empírico, atraímos um grande número de pós-graduandos para a pesquisa em demografia histórica, enfim, abrimos novas perspectivas, propusemos novos temas e renovamos importante região da Ciência Social. Efetuadas estas conquistas cumpre-nos, de um lado, consolidá-las e desenvolve-las e, por outro, reconhecer a urgência de superarmos nossas deficiências. A respeito destas últimas cumpre-nos ter claro que, se a "troca" acima aludida nos foi vantajosa, a permanência de tal situação nos dias correntes é absolutamente perniciosa ao pleno amadurecimento da demografia histórica no Brasil.

2. Segundo Questionamento

Os trabalhos recentes têm privilegiado as listas nominativas de habitantes e outros documentos de caráter parcial em detrimento de fontes muito ricas que exigem, porém, um longo período de coleta de dados, penso aqui, particularmente, nos registros paroquiais.

É, esta, outra objeção sumamente relevante. Na verdade, parece-me que a exigência de grande aplicação de tempo e o volume de trabalho avultado que necessariamente se tem de despendar no levantamento de registros paroquiais em face da relativa facilidade oferecida pelas listas nominativas de habitantes têm levado os pesquisadores a privilegiarem o estudo destas últimas. Uma das consequências imediatas deste modo de operar está na supremacia dos estudos de caráter "estrutural" *vis-à-vis* os que revelam a dinâmica populacional; fator limitativo que atinge a qualidade e quantidade de informações obtidas com respeito ao passado de nossas populações e que, de resto, tem servido para reforçar os argumentos dos que perfilham a opinião reportada no "primeiro questionamento". Outro fato que explicaria este grande apego às listas nominativas é dado pela sua abundância para as áreas de São Paulo, Paraná e Minas Gerais e pela sua concentração em arquivos de fácil acesso. A riqueza quantitativa e qualitativa deste material tem atuado, também, no sentido de fazer com que os estudos de demografia histórica prendam-se ao período que se estende de 1750 a 1850. Disto tudo decorrem, como visto, três graves limitações: espacial, temporal e a que se prende à quantidade e qualidade das informações sobre as nossas populações pretéritas. Ademais, cingimo-nos a estudar áreas e/ou momentos de menor expressão econômica; assim, falta-nos um conhecimento mais apurado para o período da grande produção cafeeira no Rio de Janeiro e

em São Paulo, bem como para as áreas nordestinas nas quais predominou a economia açucareira. Com respeito a esta última, ademais, muito pouco esforço foi despendido visando a localizar as próprias listas de habitantes para a área; a existência de algumas delas está a indicar que deve havê-las em maior profusão, possivelmente estejam depositadas em arquivos municipais, pois, a nosso ver elas não "chegaram a chegar" aos arquivos estaduais ou nacionais.

Os registros paroquiais, por sua vez, precisam voltar a receber a devida atenção. Note-se, a respeito, que os pioneiros da demografia histórica brasileira emprestaram a tal fonte documental grande apreço; mais recentemente, no entanto, ela parece ter sido "esquecida".

Por fim, é preciso atuar no sentido de promover, ao máximo, o cruzamento de fontes, bem como a crítica das fontes documentais das quais nos servimos. No concernente à primeira afirmação, creio, nada mais tem de ser dito, pois sua importância parece-me palmar; aliás, diga-se de passagem, vários trabalhos recentes têm empreendido tal cometimento, fato este dos mais salutares. Já quanto à crítica das fontes muito – ou quase tudo – resta por fazer. Na verdade, ainda não se criou este "hábito" entre nós; as listas nominativas, por exemplo, ainda não foram devidamente avaliadas, embora estejamos a utilizá-las intensamente. A meu juízo o tema merece uma dissertação de mestrado e uma tese de doutoramento. Com a dissertação, poder-se-ia efetuar a análise da consistência interna de alguns códices com o objetivo de se chegar ao estabelecimento de um procedimento paradigmático, o qual, certamente, seria total ou parcialmente adotado pelos que viessem a trabalhar com tais fontes. Da tese, por seu lado, esperar-se-ia o cruzamento de diversas fontes de forma a complementarmos os achados da aludida dissertação. Desses trabalhos centrados na crítica de fontes resultariam, como avançado, dois produtos da maior importância: a avaliação, em termos gerais, das listas nominativas – a qual servirá para fundamentar os trabalhos já efetuados e os que vierem

a ser realizados com base em tais códices – e, de outra parte, a identificação dos procedimentos básicos a serem adotados em pesquisas futuras.

3. Terceiro Questionamento

Faltam perspectivas teóricas aos estudos de demografia histórica desenvolvidos no Brasil.

Trata-se de outra observação pertinente. O fato de não nos termos centrado nos fenômenos "puramente" demográficos e de ter ocorrido uma dispersão (a este respeito veja-se o que afirmei no "primeiro questionamento") de temas correlacionados mais ou menos imediatamente com a história econômica e social e que não guardam uma proximidade imediata entre si levou-nos ao que se poderia apodar de pulverização de esforços, a qual operou no sentido de impedir uma visão unitária mais clara do todo. Disso teria decorrido a aludida falta de teorização.

Ademais, poder-se-ia afirmar que a proliferação de trabalhos "repetitivos" exigiu um grande esforço de coleta e tratamento de dados ao qual não correspondeu um empenho equivalente no sentido de se estabelecerem modelos mais gerais de nosso desenvolvimento populacional. A falta desta visão mais integrada estaria a impedir, por sua vez, avanços teóricos mais expressivos. Embora tais conclusões sejam válidas é preciso reconhecer que a aludida "repetição" foi-nos muito útil porque – a par de criarmos as bases empíricas indispensáveis a generalizações futuras – alargamos, no espaço temporal e geográfico, nossos conhecimentos sobre várias das "economias" vigentes ao tempo da Colônia e do Império. Como afirmei acima, algumas áreas geográficas e momentos "estratégicos" do tempo ainda estão por ser estudados, assim, deve-se esperar que, no futuro, sejam efetuados muitos destes estudos

aparentemente repetitivos. Não obstante, creio que já existe massa crítica bastante para embasar generalizações; além disto, é necessário ter claro que o simples somatório de um sem-número de trabalhos não será suficiente para chegarmos a um entendimento teórico superior das populações pretéritas. Em face destas ponderações, e pensando ainda na própria orientação que se poderá imprimir a estudos futuros, entendo ser inadiável a tarefa de formularmos modelos teóricos aptos a explicarem de maneira compreensiva os conhecimentos fatuais já alcançados.

4. Quarto Questionamento

Para o Brasil, ainda não contamos com uma história regional solidamente fundada; este questionamento, obviamente, não se dirige especificamente à demografia histórica, mas, sim, a todos os que se debruçam sobre nosso passado. Não obstante, tal afirmativa, por encerrar uma verdade indiscutível, também deve ser ouvida pelos demógrafos historiadores aos quais cumpre, igualmente, a tarefa de reverter o atual panorama. Podemos e devemos contribuir para o estabelecimento de uma história regional de alto nível. Como aventado acima, a consideração das variáveis demográficas se distingue como uma ampla e segura porta para o conhecimento das múltiplas dimensões do passado. A meu juízo, passos expressivos já foram dados por alguns demógrafos historiadores no sentido da construção desta reivindicada história regional e muitas pesquisas ora em desenvolvimento perseguem justamente este desiderato. Estimulá-las e multiplicar seu número deve ser preocupação central, à qual é recomendável aliar-se o esforço de teorização aludido acima. Tenho consciência das dificuldades a enfrentar neste terreno. Escrever histórias regionais e teorizar sobre nossa formação populacional não são elementos

que possam ser justapostos imediatamente. De outra parte, o desafio de encontrar as mediações pertinentes parece-me altamente estimulante.

Estas ponderações sobre a história regional remetem-nos a um outro campo a ser explorado, qual seja o do arrolamento dos contributos que nossos trabalhos têm trazido à historiografia. Vejamo-lo.

5. Quinto Questionamento

Contribuições da demografia histórica à historiografia brasileira.

Embora esta afirmativa não seja propriamente um questionamento, consignamo-la a fim de evitar que reste esquecida.

Como avançado, os trabalhos em nosso campo de especialização nos permitiram deslindar aspectos até então insuspeitos de nossa formação social, econômica, administrativa, religiosa e das mentalidades. Parece-nos muito relevante o levantamento destas contribuições que, sobrepassando os fenômenos demográficos, colocam-se no terreno mais largo de nossa historiografia. A importância de nos mantermos atentos a este tema está não só no liame que assim estabeleceremos com a história, economia, sociologia, antropologia etc., mas, sobretudo, porque sempre estaremos abertos para novos problemas e novas abordagens que nossa atividade de pesquisa certamente continuará a proporcionar no futuro, elementos estes indispensáveis à atualização, renovação e desenvolvimento harmônico do campo de conhecimentos a que nos votamos.

Dispensamo-me de efetuar, nas considerações finais deste tópico, a listagem dos argumentos, conclusões e "tarefas" que o salpicam. Nosso objetivo, como explicitado em sua abertura, é, tão só, levantar – sem pretensão de sermos exaustivos – algumas questões centrais com as quais, acredito, teremos de nos avir. O debate eventual a ser desencadeado por estas breves notas, este sim, terá de ser tomado em toda sua inteireza e

meandros. Além disto não é indispensável que cheguemos a conclusões definitivas ou posições unânimes quanto ao passado e futuro da demografia histórica no Brasil. O diálogo, este sim, é essencial: nele e com ele todos teremos muito a aprender.

A demografia histórica no Brasil: avanços e desafios

1. Observações preliminares

Seja qual for a perspectiva selecionada, o balanço do desenvolvimento da demografia histórica no Brasil, como evidenciado acima, mostrar-se-á, sempre, positivo, estimulante e altamente gratificante.

Do ponto de vista quantitativo, os trabalhos na área contam-se aos milhares. De outra parte, se privilegiarmos elementos de ordem qualitativa, contabilizaremos saldo igualmente favorável. Assim, observa-se que um longo rol de fontes primárias e secundárias já foi percorrido; ademais, tais fontes concernem a parte expressiva de nosso vasto espaço geográfico e abrangem apreciável lapso temporal. A crítica dessas fontes documentais, embora parcial e timidamente, já começamos a efetuar. Os temas enfrentados, conquanto ainda não se mostrem perfeitamente articulados entre si, cobrem vários campos da demografia formal e espraiam-se pelas mais distintas dimensões da história social, econômica, institucional, das mentalidades etc. Do ponto de vista metodológico foram incorporadas relevantes contribuições; destarte, pode-se afirmar que já contamos com importantes elementos de um instrumental básico adequado às peculiaridades que distinguem nossa evolução histórica e adaptado às características próprias da formação das populações brasileiras.

Quanto aos resultados alcançados devem ser ressaltados dois âmbitos, ambos igualmente relevantes. O primeiro refere-se, imediatamente, ao conhecimento demográfico propriamente dito; trata-se, aqui, de verificar que demos enormes passos no sentido de lançarmos luz sobre a estrutura e a dinâmica de ponderáveis contingentes populacionais de nosso passado, sobretudo no que tange ao período colonial; como anotado acima, é grande o número de núcleos estudados, é largo o espaço temporal abrangido e igualmente amplo o campo geográfico já coberto por nossas pesquisas. Com respeito a tais avanços o relevante, a nosso juízo, está em reconhecermos, e isto será explicitado no corpo deste tópico, as enormes e graves lacunas que ainda persistem; as quais, digamo-lo desde logo, prendem-se a todos aspectos que possamos aventar: espaciais, temporais, movimentos migratórios, fecundidade, mortalidade, natalidade, nupcialidade etc. etc.; enfim, todas as variáveis demográficas com as quais trabalhamos, assim como as que ainda não mereceram nossa atenção, seja por dificuldades impostas pelos próprios dados disponíveis, seja por deficiências decorrentes de nossa formação como demógrafos e/ou historiadores. Deixando a discussão de tais questões para o momento azado, cumpre, ainda no quadro destas observações preliminares, realçar o segundo dos dois âmbitos acima mencionados. Refere-se ele ao valioso contributo que nossos estudos têm propiciado à historiografia brasileira, entendida ela segundo os mais variados campos de conhecimento que a integram. Este aparente transbordamento com respeito aos estudos demográficos – caso estes últimos sejam entendidos em termos restritos – é tamanhamente importante e precioso que merece, a nosso ver, ser abordado de forma independente e específica; ainda com respeito a este último tópico permito-me observar que sua relevância parece-me tão grande que poderá vir a afetar a própria definição do que se deve entender, ao menos entre nós, como "demografia histórica"; tal definição, a nosso juízo, deve ser formulada de sorte a incorporar os elementos substantivos

do aludido "transbordamento" ao âmbito específico e próprio da demografia histórica.

Mesmo no respeito ao levantamento de nossas deficiências e ao estabelecimento de nossas limitações e carências já demos alguns modestos passos. Avanços menos expressivos podem ser assinalados quanto ao reconhecimento da história da demografia histórica brasileira e no referente a formulações teóricas que permitam uma visão global e integrada de nossa formação populacional. O mesmo poder-se-ia dizer quanto ao estabelecimento de normas que visem à padronização da coleta de dados e que garantam, presentes as particularidades de cada linha de pesquisa, a apresentação uniforme de um núcleo básico de informações numéricas de sorte a torná-las facilmente confrontáveis.

As ponderações acima postas conduzem a algumas inferências imediatas. Em primeiro, pode-se afirmar que a demografia histórica marchou rapidamente para sua plena maturidade. Conclui-se, ainda, que, dada a amplitude da área e o expressivo número de pesquisadores a ela vinculados, a continuidade de seu amadurecimento ver-se-á grandemente facilitada se conseguirmos encaminhar um amplo, conseqüente e enriquecedor debate sobre nossos problemas comuns e do qual possa resultar, a par de um elenco de metas a serem perseguidas, o mapeamento dos rumos a seguir. Por fim, devemos conceder que se impõe ao observador do desenvolvimento da demografia histórica brasileira, necessariamente, o reconhecimento da existência, na área, de grandes lacunas e muitas carências; não obstante, para nós, engajados que estamos em tal processo, tais óbices definem-se, tão somente, como desafios a superar, como tarefas a cumprir. É justamente visando a contribuir para que o façamos de maneira coletiva, sistemática e metódica que passo à consideração de alguns dos referidos problemas.

2. Desafios a enfrentar

A fim de facilitar a exposição distribuí a matéria deste tópico em itens nos quais, sem qualquer precedência em termos de importância, arrolei, segundo numeração corrida, alguns pontos que me parecem muito relevantes.

1. Seria altamente recomendável o aprimoramento de nossa formação no campo da demografia formal, bem como, correlatamente, o desenvolvimento de pesquisas votadas, precipuamente, ao aprofundamento de nossos conhecimentos sobre as estruturas e a dinâmica de nossas populações pretéritas.

2. Evidentemente, para cumprir tal desiderato impõe-se a necessidade de efetuarmos estudos longitudinais e de trabalharmos com base no cruzamento de informações hauridas em fontes documentais de variada ordem. Sem tais requisitos, nossos futuros trabalhos marcar-se-ão, inquestionavelmente, pela repetição de esquemas teóricos e metodológicos já suficientemente explorados, pela estreiteza temática e pela pobreza no que tange a contribuições substantivas ao avanço dos estudos na área da história demográfica.

3. Igualmente relevante parece ser a ênfase que se deve emprestar aos registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos. Esta fonte basilar não tem recebido a atenção devida e os trabalhos nelas lastreados tenderam a rarear, afastando-nos, assim, dos temas centrais dos estudos demográficos entendidos em termos mais estritos.

4. O privilegiamento de estudos que "transbordam" os limites acima apontados, embora se tenha revelado da mais alta importância e nos tenha propiciado novos conhecimentos sobre nossa evolução socioeconômica, tendem, não obstante, a alargar o distanciamento com respeito à demografia formal. Ademais, e aqui estamos em face de uma deficiência das mais graves, afastamo-nos do estudo e consideração dos "velhos"

manuais de demografia histórica e, em algumas oportunidades, evidenciamos indesculpável ignorância com respeito aos estudos pioneiros desenvolvidos entre nós. Estamos, pois, perante uma perda tripla: a da demografia formal, a dos manuais básicos e a dos nossos estudos clássicos. No que concerne a estes dois últimos pontos corremos o risco de nos depararmos com trabalhos que, simplesmente, "redescobrem", por vezes em nível metodológico inferior, achados e tratamentos já consagrados.

5. A tal alienação soma-se outra mais, igualmente perversa, qual seja a do ensimesmar-se de pesquisadores e de grupos de estudo (já se disse que o solipsismo é uma doença profissional de acadêmicos). Destarte, parece faltar-nos o conhecimento mais largo e atualizado do conjunto de nossa própria produção. Para superar tal isolamento é necessária, a meu ver, a intensificação do intercâmbio entre os vários núcleos e instituições votadas aos estudos demográficos bem como a ampla difusão de nossas publicações; a respeito deste último ponto permito-me uma breve digressão. Entendo ser altamente salutar o fato de havermos publicado num amplo espectro de periódicos e editoras. Isto nos permitiu ocupar espaços nos vários campos que nos são lindeiros e possibilitou o acesso dos demais cientistas sociais a nossos estudos e conclusões. Em face disto acredito ser absolutamente desnecessária e perniciosa a existência de um periódico específico para nossa área; esta postura reforça, pois, a ideia de promovermos, de maneira contínua, a troca de informações.

6. Outra tarefa que se nos impõe é a de contribuirmos ativamente para a construção de uma sólida história regional, a qual, como sabido, falta-nos e sem a qual os estudos demográficos restam empobrecidos. Assim, centrados nos elementos demográficos, visando a enquadrá-los no contexto histórico e buscando seus condicionantes, cumpre-nos colaborar, como avançado, na elaboração de uma história regional cientificamente embasada. Esta preocupação, além de poder vir a representar expressivo contributo à historiografia, certamente operará no

sentido de emprestar maior concretude a nossos achados, aproximando-nos, portanto, da realidade brasileira e dos elementos socioeconômicos dos quais a formação demográfica é, a um tempo, causa e efeito.

7. Outra dimensão de grande importância para o entendimento de nossa formação demográfica prende-se às questões vinculadas à propriedade e, sobretudo, ao uso da terra, tanto no passado como no presente. A gênese e o avolumar-se da assim chamada população redundante ou superpopulação relativa viram-se condicionados, a meu ver, pelas formas de acesso ao usufruto da terra no Brasil, o qual não apresentou o mesmo grau de exclusão observado com respeito à propriedade deste fator produtivo. Poder-se-ia mesmo aventar a hipótese de que a relativa facilidade de acesso ao seu uso define-se como determinante principal da aludida gênese. Entender as relações entre a propriedade e o usufruto da terra parece-me, pois, crucial para explicarmos a formação daqueles excedentes populacionais, os quais, hodiernamente, representam um dos maiores problemas sociais defrontados pela nação, pois, a assim considerada modernização do campo, acompanhada pela rápida ocupação de vastas áreas segundo moldes capitalistas estritos e pelo esgotamento da fronteira agrícola, acarretaram mudanças radicais nas formas de uso da terra, fato este que levou à marginalização da referida parcela redundante de nossa população. Do ponto de vista econômico – sobretudo quanto à geração e distribuição da renda, bem como no tocante à formação dos grandes agregados econômicos –, deve-se privilegiar o estudo das formas legais e/ou efetivas de propriedade da terra, enquanto, da perspectiva demográfica, cumpre considerar, precipuamente, o usufruto, integral ou condicionado, de tal fator. Trata-se, portanto, de integrar num todo orgânico as questões afetas à propriedade da terra, ao seu uso e à formação de nossas populações, tanto para o passado mais remoto como para períodos mais recentes.

8. Igualmente relevante parece-me ser a retomada do estudo – agora lastreado em base empírica mais rica e, eventualmente, com visão teórica abrangente – dos regimes demográficos que vigoraram no passado brasileiro. Penso aqui, especificamente, no esforço de elaboração a ser desenvolvido no sentido de integrarmos num corpo orgânico teoricamente estruturado os avanços empíricos já alcançados quanto à formação de nossas populações. Identificar os aludidos regimes, as especificidades próprias de cada grande segmento populacional (livres, escravos e forros), as peculiaridades regionais e os condicionantes devidos às várias "economias" que se definiram no correr de nossa história é tarefa urgente na busca de generalizações que possam transcender o largo apego ao empírico que, necessariamente, distinguiu grande parte do desenvolvimento da demografia histórica entre nós. Ainda no âmbito desta preocupação com o estabelecimento de visões de mais largo alcance, parece-me muito importante a identificação dos pontos de inflexão que, certamente, marcaram nossa formação populacional.

9. Outro desafio que se nos impõe é o de reavivarmos a discussão em torno da padronização da coleta e apresentação de dados. Esta última, como sabido, além de tornar mais facilmente confrontáveis nossos achados, facilitará grandemente o intercâmbio de ideias, sugestões e críticas. Já o estabelecimento de sugestões para a coleta de dados e sua difusão sistemática não só atuará no sentido de evitar uma dispensável e deplorável duplicação de esforços mas, também, no de fomentar o alargamento quantitativo de nossa produção intelectual, possibilitando, ademais, seu aprofundamento qualitativo. Lembre-se, ainda, que o alargamento para espaços geográficos e/ou econômicos mais amplos deste ou daquele achado ver-se-á muito facilitado caso disponhamos de arquivos de dados padronizados cujo acesso esteja aberto a todos.

10. A crítica das fontes primárias e sua qualificação ainda estão a exigir a atenção devida, pois, infelizmente, é forçoso reconhecer que tal "hábito"

ainda não se fixou entre nós. Este injustificável descaso, a meu ver, representa deficiência comparável às carências quanto à nossa formação em demografia formal. No tocante às listas nominativas já foram dados importantes passos iniciais, aos quais, entendo, devem seguir-se dois trabalhos específicos: um voltado ao estudo de sua consistência interna, outro votado à análise da fidedignidade das informações nelas contidas. Enquanto o primeiro poderá prender-se a um conjunto de listas, o segundo, de mais largo fôlego, exigirá o necessário cruzamento de fontes. Não obstante, ambos têm a dimensão de dissertações de mestrado ou teses de doutorado; deles espera-se, ademais, o estabelecimento de um conjunto básico de procedimentos que poderia servir aos pesquisadores interessados em submeter suas fontes a um crivo rigoroso. Quanto aos demais *corpus* documentais de que temos nos servido, particularmente no concernente aos registros paroquiais, impõe-se a verificação de que pouquíssimo foi feito; esperemos, pois, que o desejável reencontro com tais fontes venha acompanhado do necessário aguçamento crítico.

11. Nossa atenção também deve recair sobre as facilidades propiciadas pelos avanços da informática, sobretudo no tocante à coleta e tratamento de dados quantitativos. A este respeito passos significativos estão a ser dados, sobretudo por alguns poucos pesquisadores que privilegiam a análise estatística e o estabelecimento de programas específicos para nossa área.

12. No plano editorial – entendido em toda sua dimensão, vale dizer, tanto com respeito aos livros como no que tange às publicações periódicas de variado corte –, creio, nosso desempenho tem-se mostrado plenamente satisfatório. Por vezes, o próprio desconhecimento que revelamos com respeito a esta ou àquela publicação deve-se mais ao seu avultado número do que a uma eventual falta de interesse ou cuidado. Não obstante, permito-me, por dever de ofício, colocar algumas indagações. Vejamo-las. Seria útil podermos contar com bibliografias básicas sobre a demografia

histórica e a demografia formal? Faltam-nos mais títulos estrangeiros traduzidos para o português? A existência de traduções para nossa língua de manuais e/ou textos de caráter metodológico – a exemplo das valiosas iniciativas de Maria Luíza Marcílio e de Altiya P. Balhana – mostra-se suficiente? Não nos cabe estimular a ABEP, que já publicou manual elaborado por Sergio O. Nadalin, a que dê continuidade a tal linha editorial? Não seria recomendável podermos dispor de espaço permanente nos periódicos sobre os quais temos alguma ascendência? A proliferação, entre eles, de números temáticos e/ou especiais votados à demografia histórica não estaria na dependência de um maior empenho de nossa parte? É possível – mediante a reprodução e distribuição em mais larga escala de separatas – agilizar ainda mais a divulgação de nossos achados? Temos estimulado nossos colegas e alunos a publicarem os resultados de seus estudos em periódicos nacionais e estrangeiros? Não seria aconselhável instarmos nossos centros a que nos forneçam cópias, a serem depositadas nas principais bibliotecas da área, das dissertações, teses e relatórios de pesquisa ainda não publicados? Por último, e marginalmente: temos feito da crítica acadêmica um ativo e permanente instrumento de aprimoramento mútuo? A criação em larga escala de sites individuais na Internet não cobriria grande parte dos elementos de difusão apontados acima?

13. No fecho deste item votado a questões gerais não poderia faltar uma menção ao expressivo papel que cabe à coordenação do grupo de trabalho da ABEP dedicado a nosso campo de especialização na condução do debate em torno de nossos problemas comuns e na implementação de eventuais tarefas que viermos a assumir. A meu ver, tal coordenação pode colocar-se como verdadeira confederação dos vários grupos de pesquisadores de nossa área, atuando, pois, como fórum permanente, vale dizer, como elemento de convergência de esforços e de coordenação de atividades. Garantiríamos, assim, não só a ligação com a diretoria da

ABEP e o espaço que nos é dedicado em nossos Encontros Nacionais, mas, também, um elo entre todos os pesquisadores da área.

3. Lacunas a preencher

Por entender que a expressão "lacunas" aplica-se mais propriamente às questões afetas ao espaço temporal e/ou físico – com respeito às questões temáticas o termo correto seria "carências" –, prender-me-ei, neste tópico, aos lapsos temporais e às áreas geográficas (compreendidas aqui as correlatas "economias" nelas observadas) para os quais existe relativa rarefação de estudos demográficos.

14. Quanto à dimensão temporal não parece exagerado afirmar que se definem duas grandes lacunas: a primeira estende-se da ocupação do território brasileiro pelo elemento lusitano ao meado do século XVIII e a segunda abre-se por volta de 1850 e se alarga até a terceira década do século corrente. Sempre lembrando que estou a falar genericamente, nossos trabalhos concentram-se, pois, grosso modo, na centúria delimitada pelos marcos 1750 e 1850. A meu juízo, estudos sobre aqueles dois períodos são igualmente desejáveis. No primeiro colocam-se as bases do que poderíamos chamar de era colonial de nossa formação populacional, a qual definir-se-á plenamente no lapso 1720-1850 e ver-se-á esgotada, no início do segundo marco apontado, com o fechamento do tráfico negreiro, introdução em mais larga escala dos imigrantes e alargamento das relações mais especificamente capitalistas, tanto no âmbito das relações socioeconômicas como no da ação do Estado, eventos estes que se viram acompanhados pelos processos concernentes à urbanização e que marcam os pródromos dos elementos de caráter social, econômico, cultural e demográfico que informaram, já no século XX, a transição demográfica praticamente já concluída na abertura da

segunda década do século XXI. No aludido marco (1850), enraíza-se, pois, o que se poderia entender como a era especificamente capitalista de nossa formação econômica; significa ele, portanto, um dos mais expressivos dos referidos pontos de inflexão de nossa história demográfica. O conhecimento pleno destes dois períodos impõe-se, portanto, como necessário às formulações teóricas que pretendemos ver estabelecidas quanto à nossa formação populacional.

15. No que tange ao espaço geográfico, muitas lacunas poderiam ser lembradas; prender-me-ei aqui, tão somente, às que considero devam ser enfrentadas com maior urgência, pois definem-se como cruciais para o alargamento de nossos conhecimentos históricos e demográficos. Destarte, seria de grande proveito estimularmos o desenvolvimento de mais pesquisas sobre o nordeste açucareiro para os séculos XVII e XVIII, para a região fluminense no período do açúcar e no do café e para a área paulista em que predominou, já avançado o século XIX, a grande *plantation* cafeeira. Evidentemente, não podem ser esquecidas a região centro-oeste, a área interiorana de São Paulo, a região mineira na qual predominou a agricultura de subsistência e a área sertaneja do nordeste. Não obstante, como avançado, o estabelecimento dos processos demo econômicos verificados naquelas três primeiras áreas representará, de imediato, imenso avanço no conhecimento de nosso passado populacional, possibilitando-nos, ademais, a qualificação e a demarcação precisa dos limites dos achados já incorporados à historiografia pelos demógrafos historiadores que nos debruçamos sobre a formação das populações brasileiras.

16. Além de chamarmos a atenção para tais lacunas, cumpre-nos, ainda, a tarefa de operarmos imediatamente no sentido da localização e divulgação das fontes primárias que possam servir aos estudos aqui aventados.

4. Temas pontuais

Além dos temas a serem inferidos das considerações acima postas, existem outros mais, de caráter específico, com respeito aos quais gostaria de tecer algumas breves considerações.

17. Alguns deles prendem-se a extensões possíveis de terreno já reconhecido pela demografia histórica; a tal respeito lembro, por exemplo, a necessidade de estudarmos, de uma perspectiva diferencial, a demografia dos pequenos, médios e grandes plantéis de escravos, pois, como sabido, as variáveis demográficas apresentaram comportamento distinto em função do tamanho dos grupos de escravos pertencentes a um mesmo proprietário. Nesta mesma linha coloca-se a questão da família escrava e de seu impacto sobre as variáveis demográficas. Problema correlato está na eventual mudança de estratégia na composição de seus plantéis por parte dos escravistas em face do término do tráfico. Preso a este último evento, aliás previsto pelos coevos, coloca-se a questão da larga entrada de escravos africanos no correr do período 1820-1850 e do consequente impacto sobre as variáveis demográficas. Sempre no âmbito da massa escrava, cumpre notar que ainda sabemos pouco sobre as relações entre a *plantation* de café e a do açúcar e o comportamento das variáveis demográficas afetas ao aludido segmento populacional.

18. Igualmente instigante mostra-se a ação dissolvente exercida pelo desenvolvimento do capitalismo, e o correlato processo de urbanização, sobre velhas formas de sociabilidade e de atuação comunitária. Assim, ao que parece, o papel desempenhado pelas mulheres no plano econômico viu-se restringido a partir do meado do século passado e só passou a ganhar maior expressão a contar dos anos cinquenta do século passado. Teria ocorrido o mesmo com respeito ao confinamento das mulheres no âmbito da "família burguesa" que só passaria a definir-se claramente no Brasil a partir daquele marco cronológico inferior. Em plano similar

colocam-se instituições como a dos "agregados", a dos "enjeitados" e as Santas Casas de Misericórdia, formas de sociabilidade e/ou de ação comunitária próprias da sociedade civil que foram deslocadas total ou parcialmente pelo aludido desenvolvimento de corte capitalista mas que não se viram inteiramente assimiladas pelo Estado.

19. De sua parte, a grande mobilidade espacial das nossas populações pretéritas representa um desafio ainda não enfrentado a contento pela demografia histórica brasileira. Recorrentemente somos instados por nossos colegas demógrafos a que deslindemos os aludidos movimentos migratórios, sobretudo aqueles mais miúdos, tão claramente patenteados nas listas nominativas. Esta extremada perambulação, que parece mais intensa para os estratos menos aquinhoados daquelas populações, vinculava-se, certamente, à concentração da riqueza e da renda, às eventuais oportunidades econômicas que se abriam nesta ou naquela área, bem como às formas de acesso à terra. Recompôr o quadro demográfico e econômico em que se movimentavam aquelas pessoas e rastrear-las na massa documental disponível define-se, sem dúvida, como tarefa ingente, mas que, com certeza, aproximar-nos-á, ainda mais, da expressiva parcela de nossa população que não se vinculava imediatamente às grandes economias de exportação que marcaram nosso passado.

20. Tema igualmente apaixonante nos foi deixado por Peter Eisenberg, que pretendia estudar os proprietários de apenas um escravo, este verdadeiro marginal da elite escravista. Eram muitos, sabemo-lo. O que faziam, como viviam, qual seu comportamento demográfico, quais vicissitudes os jogavam na massa obscura dos despossuídos, quais vivências poderiam levá-los à acumulação e ao eventual enriquecimento? Isto tudo está por ser desvendado.

21. Referentemente ao estudo do período que se abre por volta do meado do século passado, embora já possamos vários resultados expressivos, é preciso reconhecer que ainda há muitíssimo por fazer. O

aprofundamento das relações capitalistas, a chegada de numerosos contingentes de imigrantes oriundos de várias nações europeias e o consequente processo de urbanização marcam um decisivo ponto de inflexão em nossa formação demográfica e econômica. A tarefa de identificação das mudanças observadas nas variáveis demográficas e de enquadrá-las em um todo harmônico representa o maior desafio a ser enfrentado pelos demógrafos historiadores nos próximos lustros. Vários temas já despontam como capitais, a eles somo uns poucos, com respeito aos quais nutro uma grande curiosidade. Em que medida a própria configuração do espaço urbano viu-se condicionada pelas formas de acesso à propriedade e ao uso da terra agricultável? Em que medida as formas como se deram a abolição e a entrada em larga escala de imigrantes europeus condicionaram a marginalização das populações preexistentes? Quais os efeitos sobre a morbidade e a mortalidade em face do adensamento populacional nas cidades e da rápida introdução de novos contingentes de imigrantes? A qualidade de vida e a saúde pública foram afetadas negativamente pelas transformações demográficas decorrentes do processo de urbanização? Do ponto de vista econômico e das variáveis demográficas, como se tem processado a assimilação, nos quadros de relações capitalistas de feitiço moderno, dos efetivos populacionais constituídos sob o império da exploração calcada no capital escravista-mercantil?

5. Tarefas imediatas que se impõem aos demógrafos historiadores brasileiros

29. Localização de documentos de caráter censitário, como são os levantamentos populacionais existentes, por exemplo, em São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Bahia. Muitos desses documentos não "chegaram

a chegar" aos Arquivo Estaduais, encontram-se em arquivos municipais, inclusive nos das Câmaras Municipais e em Arquivos Judiciais. Alguns podem estar, até mesmo, em mãos de particulares.

30. Preservação e reprodução digitalizada dos documentos com o aludido caráter que se encontram depositados em Arquivos Estaduais e Municipais. Tarefa essa já enfrentada em vários municípios e estados, mas que merece ser generalizada nacionalmente.

31. Especial atenção deve ser dada às regiões nas quais as condições climáticas são adversas com respeito à conservação documental, fato este que impõe sua rápida localização e apurada preservação.

32. Por fim, devemos desenvolver esforços no sentido de estimular as pesquisas demográficas tanto no Nordeste como no Centro-Oeste; evidentemente, dada sua relevância socioeconômica, o Nordeste deve ser privilegiado neste esforço conjunto.

33. Para cumprir parcela substantiva de tal programa é crucial a união de esforços de demógrafos historiadores com nossos colegas arquivistas e arquivologistas. Assim, devemos nos apoiar, inicialmente, nos colegas com experiência altamente positiva na direção de Arquivos Públicos Estaduais (como Carlos Bacellar e Renato Pinto Venancio), bem como na ARQ-SP - Associação de Arquivista de São Paulo (Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto) e na AAB - Associação dos Arquivistas Brasileiros. Tais contatos poderão ser feitos sob a égide da ABEP e da ANPUH. Colegas com conhecimento de arquivos de outros Estados ou Judiciais certamente estarão dispostos a contribuir para a consecução de alguns dos objetivos explicitados nesta sugestão.

História Demográfica: uma visão sucinta de sua evolução

A análise demográfica e os estudos populacionais foram amplamente impulsionados depois da segunda grande guerra mundial; este desenvolvimento relativamente recente deve-se a vários fatores.

Em primeiro lugar, ao avanço e universalização das técnicas e métodos de medida; primeiro no que diz respeito ao instrumental teórico – desenvolvimento da demografia pura ou formal – e, também, com o aperfeiçoamento tecnológico ligado à computação.

A tais elementos devemos somar o crescente interesse dos cientistas sociais pela construção de modelos explicativos matemáticos inspirados nos das ciências físicas.

Há ainda a considerar os problemas advindos da emergência do terceiro mundo; característica dos países subdesenvolvidos, a explosão demográfica, levou os estudos populacionais para o centro das preocupações dos estudiosos do crescimento econômico. Igual relevância foi dada ao processo de "envelhecimento" das populações dos países mais desenvolvidos. Paradoxalmente, defrontam-se estes últimos com situação oposta àquela dos países subdesenvolvidos. Em artigo recente, publicado na revista francesa *Le Point*, podemos ler: "... a realidade é que estão nascendo cada vez menos crianças... e não se trata de uma atitude isolada, mas de um comportamento global que se verifica tanto em Los Angeles quanto em Vladivostock; de um lado, a população mundial cresce sem parar. Mas, ao mesmo tempo, a participação dos países desenvolvidos decresce gradualmente: 28,6% em 1912, 23% em 1940, 19,4% em 1950, 15,7% em 1960 e apenas 12% em 1973. A França tem hoje mais de 52 milhões de habitantes mas se nada puder ser mudado, os especialistas calculam que não totalizará mais de 45 milhões daqui a 50 anos e cerca de 17 milhões dentro de 125 anos. E o mesmo vai acontecer em outros países europeus, na Austrália, nos EUA e no Canadá."²

Por fim, não se pode esquecer a ação governamental, cada vez mais ampla, no sentido de planejar o crescimento econômico e orientar a atividade produtiva de forma a evitar as tensões sociais decorrentes do desemprego e das crises de superprodução. A política econômica supõe prévia avaliação do material humano destinado a implementá-la; política de investimento supõe política de mão de obra e, esta última, conhecimento da população e política populacional. A política social deve necessariamente adaptar-se à estrutura populacional e à evolução prevista desta estrutura.

Destarte, o desenvolvimento de novas técnicas e métodos de análise para o tratamento dos dados e resultados aparece como resposta aos problemas cruciais colocados pela história recente da humanidade. Neste quadro cabe à demografia novo papel; aparece como entroncamento de várias ciências e não como ramo especial, como preocupação constante e não como anexo secundário e distinto do conjunto das ciências humanas.

O desenvolvimento da demografia histórica ocorre no âmbito desse quadro geral. Na década dos 40 do século passado surge ainda como ramo da história; em 1945 Adolphe Landry dizia existir uma demografia histórica que fazia parte da história geral como a história política, a história militar etc. Em 1950 Marcel Reinhard verificava o hiato existente entre História e Demografia ao afirmar que as obras clássicas de História e Demografia apresentavam a curiosa particularidade de se ignorarem mutuamente. No entanto, graças aos esforços de historiadores e demógrafos historiadores franceses, seguidos por outros estudiosos europeus, estreitaram-se os laços entre história e demografia, ao ponto de podermos hoje repetir com M. Reinhard: "a demografia é mais que informação complementar ... ela é uma dimensão da história".³

Um grande esforço de elaboração teórica e de pesquisa sobre fontes de dados e métodos de trabalho foi exigido para que a demografia histórica pudesse aparecer como disciplina madura. Foi preciso romper, antes de

mais nada, com o que Fernand Braudel chamou de "explicação imperialista, unilateral, da realidade social". Exemplo da atitude exclusivista – típica das "ciências jovens" – pode ser colhido na obra de Ernest Wagemann, economista e demógrafo. Para este autor a população comanda a economia e, por decorrência, a demografia comanda a história econômica. Afirma E. Wagemann: "Uma das teses preferidas da economia política de vulgarização, é que o crescimento populacional moderno deve ser atribuído ao sucesso do capitalismo em rápida expansão. Sem dúvida, aqueles que sustentam o contrário -- diz o autor -- têm mais razão ainda, ou seja, que os progressos técnicos e econômicos dos séculos XIX e XX devem ser atribuídos ao rápido aumento populacional."⁴

Tal concepção, como bem lembra F. Braudel, não é peculiar aos demógrafos: "O economista – afirma este autor – distingue as estruturas econômicas e toma como dadas as estruturas não econômicas que as rodeiam, suportam e compelem... ao fazê-lo o economista reconstruiu o quebra-cabeças à sua maneira. O demógrafo opera da mesma forma, pretendendo tudo controlar e até alcançar explicações graças unicamente a seus critérios. Possui seus próprios testes operacionais, habituais, e eles hão de bastar para captar ao homem em sua totalidade", e, concluindo, afirma: "toda ciência social é imperialista até mesmo quando nega sê-lo; tende a apresentar suas conclusões particulares como se fora uma visão global do homem."⁵

Como fica evidenciado, o exclusivismo de cada ciência social não está no simples fato de pretender cada uma delas, como central, ser englobadora das demais; revela-se quando, mesmo reconhecendo-se como parte do todo que a supera, uma específica ciência social, dentro dos seus quadros conceituais e tão somente em seus limites, pretende nos oferecer uma visão global do homem, ou, o que é pior, pretende que o particular objeto de seu estudo possa explicar-se inteiramente nos estreitos limites de seu quadro conceitual próprio.

A nosso ver, romper com o "imperialismo" é reconhecer que o homem se nos apresenta como um ente polifacético; que os seus móveis têm raízes distintas, por vezes conflitantes; abarcá-lo, significa aceitar suas mil formas, a maioria das quais foge ao singular quadro conceitual de nossas particulares ciências. Romper com a visão estreita que denunciemos, significa aceitar as explicações oferecidas pelas várias ciências para o mesmo objeto, como elementos complementares e não mutuamente exclusivos.

Pode-se afirmar que a própria existência da demografia histórica, enquanto disciplina, é prova da possibilidade de superação de visões restritivas. Como os demais estudiosos da sociedade, reconhecem os demógrafos historiadores, a verdade das palavras de Kingsley Davis: "A fertilidade, a mortalidade e as migrações são em grande parte determinadas socialmente e são, por sua vez, determinantes sociais. Elas são as variáveis internas ou formais do sistema demográfico enquanto que, as variáveis externas ou últimas são sociológicas e biológicas. Sempre que o demógrafo aprofunda suas investigações até o ponto de perguntar-se por que os processos demográficos se desenvolvem da forma como o fazem, penetra no campo do social."⁶

Tomemos dois exemplos do que acabamos de afirmar. O primeiro trata da interdependência entre os fenômenos econômicos e demográficos em suas linhas mais gerais; no segundo pretendemos ilustrar a complexidade das relações entre os fatos econômicos, biológicos e institucionais, tomando um problema específico, qual seja, o tempo de atividade produtiva do homem.

Tem-se repetido várias vezes que os três tipos básicos de organização econômica – caça, agricultura e indústria – são acompanhados por três correspondentes variações dos níveis econômicos e demográficos em que as sociedades humanas se movem. Sem privilegiar qualquer dos dois elementos pode-se mostrar, dentro de limites amplos e destituídos de

determinismo fatalista, como o econômico e o demográfico apresentam-se solidários em cada uma das grandes etapas em que se pode dividir a história humana.

A separar cada fase aparece profunda ruptura da história da humanidade: a revolução agrícola do oitavo milênio a. C. e a Revolução Industrial do século XVIII. Segundo Carlo Cipolla tais eventos criaram profundas quebras na continuidade do processo histórico. Em cada uma destas Revoluções começa nova história; dramática e completamente alheia à que a precedeu. Quebrou-se a continuidade entre o homem das cavernas e os construtores das pirâmides, tal como se quebrou entre o antigo lavrador e o moderno operador de uma central elétrica.⁷

Ao período da caça e coleta, de extrema dependência das condições ecológicas (clima, abundância ou escassez de caça e/ou frutos silvestres etc.), correspondia uma densidade demográfica baixa com amplas variações no espaço e no tempo. Os elevados índices de natalidade e de mortalidade viam-se acompanhados por curta duração da vida média.

Pela análise de 187 europeus do grupo Neanderthal verificou-se que mais de um terço morreu antes de atingir a idade de vinte anos e a maior parte dos outros morreu entre a idade dos vinte e quarenta anos. Para além deste limite só se encontraram 16 indivíduos, a maior parte dos quais morreu entre os quarenta e os cinquenta anos. O estudo de 38 indivíduos pertencentes ao grupo *Sinanthropus* asiático (muito anteriores ao do Neanderthal) confirmou substancialmente os resultados acima apontados. Dos 38 foi possível calcular, para 22, a idade provável ao morrerem; destes, 15 morreram com menos de catorze anos, 3 morreram entre os quinze e os vinte e nove, 3 entre os quarenta e cinquenta e somente 1 parece ter sobrevivido para além dos cinquenta. Observe-se, trata-se tão somente de restos de adultos que chegaram até nós dos tempos paleolíticos.

Nas sociedades agrícolas predominaram altos índices de natalidade e mortalidade – 35 a 50 por mil para nascimentos, 30 a 40 por mil para

óbitos. A prevalecer estes índices teríamos um crescimento anual de 0,5 a 1,0%, bastante significativo e que nos legaria um "estoque" populacional enorme; tal não aconteceu porque, no decorrer da história demográfica das sociedades agrícolas, os índices de mortalidade revelaram notável tendência para atingir, frequentemente, níveis dramáticos de 150, 300 e até 500 por mil. Em certas ocasiões estes níveis coincidiram com guerras, mas, com muito mais frequência, resultaram de epidemias e de fomes que aniquilaram grande parte da população existente. De mil recém-nascidos, 200 a 500 morriam, como norma, ao primeiro ano de vida. Muitos dos que sobreviviam não lograram transpor os sete anos. A esperança de vida, ao nascer, colocava-se entre os vinte e vinte e cinco anos. Os que conseguiam alcançar a idade dos cinco anos tinham baixa probabilidade de sobreviver para além dos cinquenta.

A Revolução Industrial – acompanhada pela segunda revolução demográfica – vai provocar nova mudança drástica no quadro geral. Desaparecem as explosões recorrentes do índice de mortalidade. Novos conhecimentos das plantas e do gado – acompanhados de novas técnicas de plantio e pastoreio – melhoria nos transportes, progressos na medicina e na profilaxia sanitária, tudo isto contribuiu para permitir ao homem debelar as fomes e as doenças epidêmicas.

A aludida Revolução Industrial, causa e consequência das revoluções agrícola e demográfica, também apresentou certos ganhos no que Alfred Sauvy chama de "morte natural", isto é, no índice de mortalidade em tempos normais. Os progressos da medicina, a melhor nutrição, os mais altos níveis de renda eliminaram praticamente muitas doenças e reduziram a incidência de outras. O índice de mortalidade "normal" foi reduzido e nas sociedades industriais tende a ser inferior a 15 por mil.

O mais importante componente na queda do índice de mortalidade tem sido, geralmente, a drástica redução da mortalidade infantil. Hoje, nas sociedades industriais, a mortalidade infantil mostra-se inferior a 10 óbitos

por mil nascimentos. Nestas sociedades a expectativa de vida ao nascer tende para mais de setenta e cinco anos. Por outro lado há a tendência generalizada de cair a taxa de natalidade – em sociedades industriais essa taxa tende a ser inferior a 15 por mil habitantes.

Nos países subdesenvolvidos ocorreu fenômeno *sui generis*. Na Europa a medicina evoluiu lentamente e o crescimento da população manteve-se, por consequência, gradual. Nos países não desenvolvidos o saber acumulado de dois séculos pôde imediatamente entrar em ação e, por conseguinte, as taxas de mortalidade caíram muito mais depressa do que jamais sucedera na Europa Ocidental. No Ceilão, para citar um caso extremo mas elucidativo, a malária foi eliminada pelo DDT e a taxa de mortalidade decresceu de 22 para 12 por mil em sete anos – entre 1945 e 1952 (depois das primeiras nebulizações de DDT a taxa de mortalidade desceu de 20 para 14 por mil num único ano, 1946-47) – quebra na taxa de mortalidade que levou setenta anos para se consumir na Inglaterra. Nas Maurícias a queda de 27 para 15 mortes por mil, efetuada em cem anos na Inglaterra, realizou-se também em apenas sete anos. Esta súbita baixa na taxa de mortalidade, combinada com o fato de que alguns países subdesenvolvidos não se encontravam preparados para as mudanças culturais características da Revolução Industrial clássica – em especial no referente ao controle dos nascimentos – causou aumento dramático do "fosso demográfico". Tomemos de novo o Ceilão como exemplo, o brusco declínio da mortalidade não foi acompanhado por quedas dignas de apreço na natalidade que se manteve acima dos 40 por mil. Com uma taxa de natalidade "agrícola" e uma taxa de mortalidade "industrial", a explosão demográfica tendeu a assumir níveis alarmantes.

Voltemos-nos para o segundo exemplo. Ao colocar o homem como um dos elementos fundamentais do processo produtivo, a história econômica está interessada não só no número total de indivíduos mas, sobretudo, no conhecimento da estrutura demográfica populacional. De grande

interesse, entre outros, estão os dados referentes à partição segundo os sexos e faixas etárias; esperança de vida e período médio da atividade produtiva; tamanho das famílias e causa das mortes.

Tais fenômenos demográficos são condicionados por fatores biológicos e sociais. Tomemos como ilustração a atividade produtiva dos indivíduos.

O homem deixa a atividade produtiva quando o debilitamento de suas capacidades físicas já não lhe permite exercer sua profissão. Mas este abandono pode ser parcial através da passagem a misteres que requeiram menor esforço físico. Nas sociedades primitivas uma série de trabalhos indispensáveis e de fácil consecução eram realizados pelos mais idosos, o mesmo sucedendo em sociedades agrárias tradicionais.

O limite no qual a capacidade física humana começa a revelar-se insuficiente para a execução de atividade produtiva fundamental depende, de um lado do estado biológico da sociedade e do indivíduo, e, por outro, do caráter do trabalho executado. Em consequência, este limite tendia a ser mais baixo nas sociedades de caçadores que nas agrárias e mais baixo na agricultura, comparada com alguns ofícios artesanais.

Tenhamos presente a existência de instituições econômicas, jurídicas, religiosas etc., operando no sentido de limitar o número de dias trabalhados por ano e as horas trabalhadas por dia. Como se vê, a atividade produtiva dos homens resulta da interação entre fatores sociobiológicos e socioinstitucionais. Os fatores sociobiológicos são antes de tudo a resistência do organismo humano às enfermidades e as possibilidades sociais de luta contra as doenças. Os fatores socioinstitucionais são bastante mais complexos. Tomemos como ilustração os feriados religiosos.

Como é sabido, na Idade Média os dias considerados festivos contavam-se em grande número e sua observância apresentava-se rigorosa. Os feriados assumiam caráter religioso e econômico. Nas

condições do monopólio corporativo, entre os meios de evitar a concorrência no âmbito de diferentes mestres do mesmo grêmio estava a estrita regulamentação do tempo de trabalho; assim o monopólio corporativo, interessado no controle do volume da produção, apresentava interesse concorde com o das instituições religiosas no que respeitava à observância das festas religiosas. Já no Renascimento vemos a Reforma a lutar contra o culto dos santos; período no qual as empresas, fora do âmbito dos grêmios, necessitavam força de trabalho abundante para intensificar a produção.

Conclui-se do acima posto que a compreensão dos fatos demográficos ganha clareza apenas quando os integramos no quadro global das sociedades estudadas. Por outro lado, parece evidente a importância do estudo demográfico para o melhor entendimento da história da humanidade. Neste contexto entendemos as palavras de M. Reinhard: "a demografia é mais que informação complementar... ela é uma dimensão da história."

Quando nos debruçamos sobre o evoluir populacional do Brasil é forçoso ter presente não tratarmos de simples repetição dos processos verificados na Europa ou nos países mais desenvolvidos.

A expansão colonialista, o relacionamento colônia-metrópole e a dependência com respeito aos centros hegemônicos internacionais são fatores que tiveram e ainda apresentam consequências demográficas variadas e profundas.

Para nosso período colonial é da maior relevância a existência da economia de exportação – cuja rentabilidade se condicionava pelos preços internacionais – ao lado da de subsistência. Considerada a oferta elástica de terra e a relativa facilidade com que se podia realocar a mão de obra escrava da atividade exportadora para a de subsistência, vê-se como os freios malthusianos ao crescimento vegetativo da população jamais assumiram papel altamente significativo no Brasil.

Por outro lado, as respostas da oferta de gêneros de primeira necessidade podiam ser afetadas pelas condições do mercado e dos preços internacionais para os produtos exportados. Fato a exercer papel fundamental na alocação da força de trabalho, dos recursos produtivos e, sobretudo, nos processos de dispersão e convergência populacionais, influenciando decisivamente nos movimentos migratórios internos.

A articulação da economia colonial na economia europeia vai, igualmente, condicionar os fluxos imigratórios; tanto de reinóis como da escravaria negra trazida da África.

Outro problema relevante é a existência, para o período colonial, de segmentos populacionais – homens livres, forros e escravos – que apresentaram dinâmica específica. Tais corpos populacionais, distintos dos prevalentes na Europa, comportaram-se relativamente aos parâmetros demográficos, como grupos distintos.

A compreensão dos processos demográficos brasileiros está a exigir dos estudiosos, não só esforço dirigido no sentido de coleta de dados, mas, igualmente, no de elaboração teórica capaz de integrar tais movimentos em quadro sociológico, histórico, econômico e demográfico original.

Esta é a grande tarefa que se coloca aos pesquisadores dedicados ao desenvolvimento da demografia histórica brasileira.

Artigo recebido em fevereiro de 2014

Aprovado em março de 2014

NOTAS

* Para Tito, um amigo que partiu cedo.

** Professor Livre-docente aposentado da Universidade de São Paulo.

¹ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Lisboa, 1931, revisto em 1933.

² *Apud* jornal *O Estado de São Paulo*, 15 de Julho de 1975.

³ REINHARD, M. *Histoire et Démographie*, Paris, 1950.

⁴ WAGEMANN, E. *La población en el Destino de los Pueblos*, Santiago, 1949.

⁵ BRAUDEL, F. *La História y las Ciencias Sociales*, Madrid, 1970.

⁶ DAVIS, K. *Human Society*, New York, 1949.

⁷ CIPOLLA, Carlo M. *The Economic History of World Population*, Penguin Books, 1972.

Inquisição e Família: possibilidades a partir da Habilitação de Familiar do Santo Ofício

Marília Cunha Imbiriba dos Santos*

Resumo: A proposta deste artigo é explorar as possibilidades de utilização das “Habilitações dos Familiares do Santo Ofício” na história da população, da família e de grupos de elite. Um corpo documental rico, mas ainda pouco explorado na historiografia paraense. As habilitações mostram membros pertencentes a elite do Pará e Maranhão, com informações preciosas como cópias dos seus assentos de batismo e casamento, informações sobre origens, fortunas e, até mesmo, particularidades que eram relatadas por testemunhas inquiridas em diversos locais por onde o habilitando e seus parentes passaram.

Palavras-chave: Amazônia Colonial; Inquisição; Família.

Abstract: The aim of this article is to explore the possibilities of using *Habilitações de Familiares* from the Holy Office Court in the history of population, family and elite groups. This is a rich documentary amount, but still rarely explored in Pará historiography. The *Habilitações* display members from the elite of Pará and Maranhão, with precious information like copies of their baptism and marriage records; information on their origins, fortunes and even peculiarities that were reported by witnesses in several places by where the applicant and their relatives passed.

Keywords: Colonial Amazon; Inquisition; Family.

Em 2010, através de um projeto da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA), a Universidade Federal do Pará financiou a digitalização e aquisição de imagens de 51 habilitações para Familiar do Santo Ofício¹ que estavam na Torre do Tombo, em Lisboa. Do esforço em explorar as habilitações nasceu o projeto de pesquisa, Familiares do Santo Ofício no Grão Pará e Maranhão: Uma análise demográfica a partir da Reconstituição de Famílias no Século XVIII, orientado pelo Prof. Dr. Antonio Otaviano Vieira Junior.² Como desdobramento desta pesquisa inicial, no ano de 2013 foi aprovado no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Pará, o projeto de dissertação “Os Familiares e suas famílias: Casamento, elites e Família no Grão Pará Setecentista (1750-1800)”.³ Esse artigo revela um pouco das certezas e incertezas dos caminhos que foram trilhados até aqui.

Para tornar-se Familiar era necessário passar por um processo de habilitação orquestrado pelo Conselho Geral do Santo Ofício em Portugal. O candidato entrava com uma petição inicial, esta era analisada e dava-se início ao processo de habilitação, onde a vida do habilitando e de sua família seria minuciosamente investigada. O objetivo dessa pesquisa era saber se o candidato tinha, em sua linhagem, parente com sangue de judeu, mouro ou mulato, se ele ou algum parente havia sido réu do Santo Ofício, se tinha “mácula” moral no seu passado, filho ilegítimo, se possuía patrimônio suficiente para viver “descentemente”, se sabia ler e escrever e, também, se era capaz de guardar segredos do Santo Ofício.⁴ Para comprovar esses dados eram enviados emissários aos lugares onde o

habilitando e seus familiares nasceram e viveram; recolhendo depoimentos e transcrevendo assentos de batismos e casamentos.

Por conter esses documentos, as habilitações para Familiar do Santo Ofício tornam-se singulares, pois congregam informações fundamentais e diversas como: nomes, datas, origens, residências, estratégias de enriquecimento e redes de sociabilidades; auxiliando na composição de um cenário populacional, sustentando análises relacionadas ao comportamento da estrutura familiar de determinados grupos sociais.⁵

O ponto de partida para este artigo foram as habilitações que se encontram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Portugal. As habilitações mostram membros pertencentes a elite do Pará e Maranhão, com informações preciosas como cópias dos seus assentos de batismo e casamento, informações sobre origens, fortunas e, até mesmo, particularidades que eram relatadas por testemunhas inquiridas em diversos locais por onde o habilitando e seus parentes passaram. Testemunhas que “cochichavam” aos inquisidores informações porque “conheciam o habilitando desde a meninice”, porque eram “vizinhos de parede”, porque era “de fé pública” as informações passadas.

Além das habilitações para Familiar, tendo o nome como fio condutor, é possível agregar informações encontradas em outros documentos; concentrando um esforço balizado pela reconstituição nominativa dos indivíduos que habitavam a cidade e matizado a partir de diferentes fontes de pesquisa (registros paroquiais, inventários, testamentos) e marcadores sociais (naturalidade, gênero e geração, por exemplo).

O primeiro passo foi traçar um perfil dos homens que pediam habilitação para Familiar do Santo Ofício. Sobre a naturalidade, dividimos Portugal em seis regiões, correspondendo a uma divisão administrativa do século XVIII, baseado no trabalho de Volpi Scott; a saber: Entre Douro e minho e Trás os Montes (norte de Portugal); Beira e Estremadura (região central); Alentejo e Algarve (sul).⁶ Além da divisão de Portugal

continental, acrescentamos outras regiões: Ilhas (Açores e Madeira); Brasil, Grão Pará e Maranhão e Galiza. Como podemos observar na tabela abaixo, a maior parte dos habilitandos a familiar originavam-se do norte de Portugal (Entre Douro e Minho).

Quadro 1 - Habilitandos/Familiares por região de origem

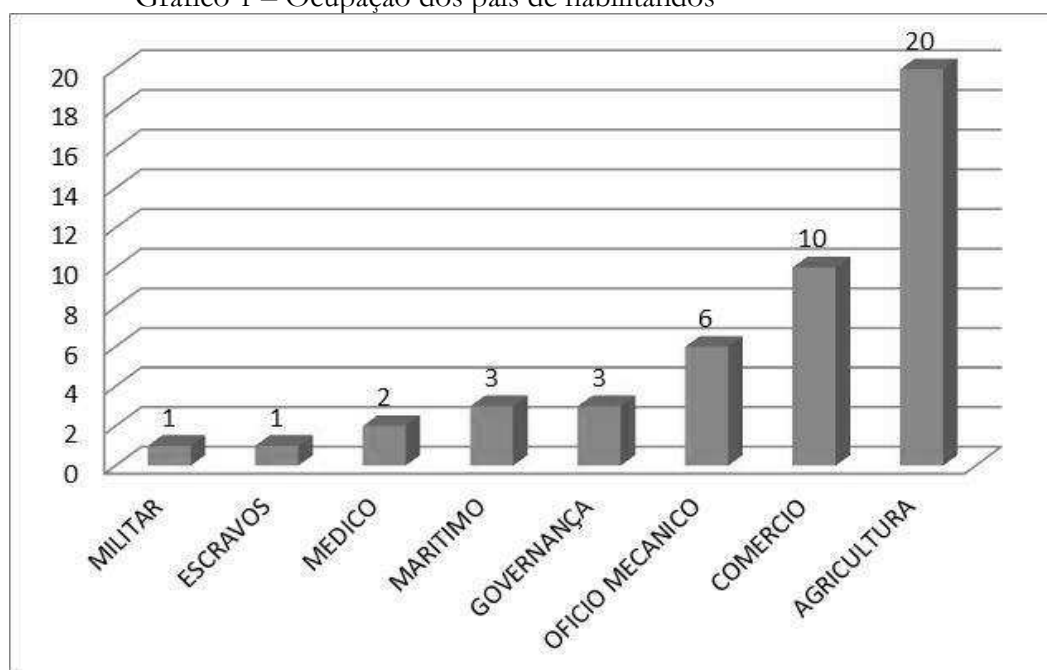
REGIÃO	QTD
Entre Douro e Minho	11
Estremadura	7
Grão Pará e Maranhão	7
Galiza	3
Beira	2
Trás os Montes	1
Ilhas	1
TOTAL	32

Fonte: Habilitações para Familiar do Santo Ofício, Torre do Tombo, Lisboa.

Em relação ao perfil ocupacional dos habilitandos a familiar do Santo Ofício, constatamos que 56% de 32 indivíduos (habilitandos à Familiar) declaravam estarem ligados ao ramo do comércio: eram homens de negócios, caixeiros, mercantes; enfim, estavam ligados ao grupo dos negociantes; corroborando com a tese de Calainho que aponta o perfil dos familiares no Brasil como; nascidos em Portugal e ligados ao setor

mercantil⁷. Se a maioria dos habilitandos declarava, no ato da habilitação, estarem ligados ao ramo do comércio, podemos comparar com as ocupações de seus pais que estavam ligados ao trato com a terra.

Gráfico 1 – Ocupação dos pais de habilitandos



Fonte: Habilitações para Familiar do Santo Ofício, Torre do Tombo, Lisboa.

Por outro lado, quando analisamos outros documentos fazendo o cruzamento das fontes, percebemos que a situação aparenta não ter sido tão simplificada, permitindo vislumbrar a complexidade dessa sociedade. Por exemplo, alguns desses habilitandos que se declaravam negociantes

no ato da habilitação, possuíam terras e escravos, muitos destes com engenhos e plantações de cacau, possuíam altas patentes militares e, em muitos casos, foram arrematadores de dízimos do Estado ou, até mesmo, participaram de cargos de mando atrelados à governança da terra. É o caso de Antônio Gomes Pires, que relatava viver de seus negócios, mas também era Almoхарife da Fazenda Real.⁸

Bento Pires Machado, outro habilitando, declarou ao pedir sua familiatura viver de seu Engenho Real com escravos, e também possuir “loge de fazendas” e “negócios”.⁹ Bento é citado no trabalho de Souza Junior por aparecer exportando cargas para Lisboa pelos navios da Companhia de Comércio; também por ser beneficiário da distribuição das fazendas tomadas da Companhia de Jesus; e por aparecer nos censos de 1785 e 1788.¹⁰ Bento Pires Machado, no ano de 1778, aparece na lista dos devedores da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão devendo a quantia de 3:153\$837, prometendo pagar o débito até o fim do ano de 1786.¹¹

Elias Caetano de Matos, que declara, no ato da habilitação, ser Mestre Espingardeiro, mas, quando pede anos depois a habilitação para sua esposa, afirma estar estabelecido com lavouras e escravos.¹² Elias também aparece como devedor da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, no ano de 1778, pedindo cinco anos para quitar a dívida de 652\$854. É mais um exemplo desta permeabilidade de ocupações e redes em que essas pessoas estavam inseridas.

Feliciano José Gonçalves declara ser correeiro, e ter negócios. As testemunhas em sua habilitação relatam que ele é capitão dos auxiliares, “vive de sua negociação em vários gêneros de negócio”. Afirmam que Feliciano tinha um engenho de açúcar, fazendas, fabrica de solas, olarias, fabrica de descascar arroz, que era possuidor de muitos escravos e, no ano de 1789 é contratador dos negócios reais da cidade de Belém. No dia 10 de julho de 1789, o Comissário responsável por proceder as averiguações

da habilitação no Pará, relata que Feliciano chega a Belém no ano de 1769, aos 15 anos de idade exercendo o ofício de correeiro, sentando praça de soldado para trabalhar na cavalaria.¹³ Ao casar-se com Anna Joaquina dá baixa e começa a granjear amizade com os maiores negociantes e lavradores da cidade. Compra várias casas altas na rua dos mercadores, funda engenhos de descascar arroz, compra escravos e fazendas de lavoura, passando a arrematar contratos reais. Diz o comissário que naquelas alturas, Feliciano possui mais de oitenta escravos e os seus criados visitam as principais pessoas do Estado do Grão Pará e Maranhão.

14

As informações coletadas acerca de Feliciano dão conta da complexidade das relações cotidianas tecidas no interior da província; mostrando uma elite que era, ao mesmo tempo: proprietária, mercantil e ligada às malhas do Estado.

Joaquim Rodrigues Leitão, estabelecido no Pará com negócios, lavouras, além de ser Cirurgião Mor é mais um exemplo do quanto se torna problemático dividir essa elite em ocupações distintas.¹⁵ A documentação em tela permite-nos amealhar uma série de conhecimentos sobre estas pessoas, suas famílias, seus vizinhos e conhecidos, suas posses, hábitos, ocupações, crimes, “pecados” e outras tantas informações que, talvez, sem esses documentos estivessem irremediavelmente perdidas para nós.

Observando mais detidamente, podemos perceber com os casos elencados acima, que a elite da capitania do Pará no século XVIII apresentava-se de maneira bem mais complexa que poderíamos supor em um olhar superficial. Ao constatar que esses homens ora participavam da governança da terra, arrematando dízimos, nas câmaras e com altas patentes militares; eles também possuíam terras, escravos e mercadejavam. Neste sentido, aproximamos a construção de nosso trabalho da tese defendida pelo Prof. Souza Junior que alega a elite ser constituída por funcionários-proprietários-negociantes.¹⁶

Por outro lado, essa documentação suscitou questionamentos importantes sobre a sociedade do Grão Pará e Maranhão do século XVIII. No trato com a documentação percebemos que, aparentemente, pessoas com ocupações e origens distintas pediam habilitação para Familiar do Santo Ofício: reinóis, famílias descendentes dos primeiros colonizadores da terra, casados, solteiros, padres, comerciantes, agricultores, mecânicos¹⁷, jovens, gente de mais idade... pediam habilitação e eram habilitados. Percebemos que para apreender essa gente, esse “grupo” nada homogêneo; precisávamos saber quem eram essas pessoas, a quais famílias pertenciam, como esses indivíduos se relacionavam com a sociedade e perceber a montagem das redes¹⁸ em que se inseriam.

A família Oliveira Pantoja

Quando realizamos o levantamento de fontes para rastrear os familiares do Santo Ofício em outros documentos, além das habilitações, um sujeito sempre surgia insistentemente a nos provocar. Histórias de pessoas, de famílias e a história da capitania do Pará se entrelaçavam ao nome de um habilitando a familiar do Santo Ofício: Amândio José de Oliveira Pantoja.

A primeira geração da família Oliveira Pantoja na Capitania do Pará¹⁹ corresponde a dois irmãos que aportaram em Belém em finais do século XVII. Manoel de Oliveira Pantoja e José de Oliveira Pantoja saíram da freguesia de Nossa Senhora de Loures, em Lisboa. Filhos de Jerônimo de Oliveira Pantoja e sua mulher D. Clara da Silva; bisnetos de um físico-mor de D. João III. ²⁰ O que os trouxeram à Capitania do Pará por volta do ano de 1680, não sabemos. Nesse período a circulação de pessoas entre o Reino e a América Portuguesa não era novidade; configurava-se, aliás, como um problema para a Coroa que, desde 1645, anunciava leis

proibitivas²¹ no afã de regular a saída de portugueses para as empreitadas de Além-mar.

Por outro lado, o que parecia ser um problema para o Estado do Brasil, era a solução para o Estado do Maranhão, posto que é, também, na década de 1640, mais especificamente no ano de 1644 que, D. João IV determinou ao Conselho da Fazenda que todas as pessoas que quisessem passar as partes do Estado do Maranhão, o governo garantiria passagem e mantimentos para a jornada. Tudo isto em função da invasão holandesa a São Luís. ²² Havia um interesse grande em fomentar a migração para a Amazônia, por ser um espaço de *fronteira*, por ter grandes potencialidades econômicas e por ser uma região estratégica para a Coroa. Portanto, podemos partir da própria *situação de fronteira* da região Amazônica, e suas especificidades, para repensar o lugar do Estado do Maranhão e Grão Pará dentro das políticas de colonização da América Portuguesa.

Neste sentido, podemos pensar a vinda dos irmãos Oliveira Pantoja ao mesmo tempo em que, no período de uma política específica para incentivar a migração para o Estado do Maranhão, por outro lado, como partícipes de um fluxo populacional baseado na iniciativa, ou necessidade, individual. Afinal, o Rei pagava passagem e provimento a quem quisesse passar àquelas partes... quem quisesse. E os irmãos Oliveira Pantoja quiseram buscar uma vida nova em novas terras.

Manoel e José de Oliveira Pantoja saem de Lisboa, da Freguesia de Nossa Senhora de Loures, região de Estremadura, na segunda metade do século XVII. Estudos sobre migração portuguesa revelam que o maior contingente populacional de saída de Portugal para “as partes do Brasil” provinha da região chamada Entre - Douro e Minho, norte de Portugal. ²³ Ou seja, a migração dos irmãos Oliveira Pantoja não acompanha a tendência da emigração nortista.

Não sabemos por que razão os irmãos vieram, no entanto, temos uma pista, e esta pista está na genealogia da família Oliveira Pantoja.

Manoel e José de Oliveira Pantoja são parentes, por parte materna, de Manoel da Mota Siqueira. Na década de 1730, um filho de José de Oliveira Pantoja é mandado, pelo então governador da capitania, a servir na Fortaleza do Tapajós sob responsabilidade do tio, Manoel da Mota de Siqueira. O tio já estava bem estabelecido na região, afinal, neste período, ele já era governador da Fortaleza do Tapajós.²⁴ De Manoel da Mota Siqueira, temos o nome do pai, Francisco da Mota Falcão, que foi construtor da Fortaleza do Tapajós, após a sua morte, o filho assume o governo da fortaleza.²⁵ Esse “tio” pode ser o elo entre a família Oliveira Pantoja da freguesia de Nossa Senhora de Loures, em Lisboa, e a família Oliveira Pantoja estabelecida na capitania do Pará.

Nossa hipótese é que, talvez, tenha sido através de Francisco da Mota Falcão, pai de Manoel da Mota Siqueira, que os irmãos Oliveira Pantoja aportaram na região, uma vez que entendemos como importante para a migração o papel das chamadas relações sociais primárias. Osvaldo Truzzi reporta alguns tipos de migração, entre eles, a migração em cadeia, que seria aquela que envolveria o deslocamento de indivíduos motivados por uma série de arranjos e informações, fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino.²⁶

Nesse sentido, as redes migratórias seriam compostas por intrincadas relações interpessoais baseadas nos vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade; que ligariam migrantes, áreas de origem e destino. Os emigrantes confiavam nas informações fornecidas, ao vivo ou por carta, por um parente, vizinho ou amigo, fazendo com que os mapas mentais daqueles que pensam em emigrar sejam bem diferentes dos mapas geográficos; pois mesmo que em outros continentes, mas habitado por parentes e amigos, tornavam-se emocionalmente e materialmente mais próximos.²⁷

Em 1723 Manoel de Oliveira Pantoja faz requerimento de uma justificação de nobreza onde as testemunhas que o conheceram em Portugal dizem que

Manoel de Oliveira Pantoja assiste em o Pará para onde foi com menos idade, sabe que o suplicante tem parentes muito chegados que são moços da câmara dos de número de Sua Majestade e do Senhor Infante Dom Francisco como he Miguel Pinheiro de Oliveira, primo segundo, e outro sem parentes que tem nesta cidade de Lisboa, como são o desembargador José de Caminha Falcão que é professo na ordem de cristo e Manoel Miranda de Caminha que foi juiz dos órfãos.²⁸

A migração dos irmãos Oliveira Pantoja também não coaduna com a pecha da “migração dos miseráveis”, afinal, bisnetos de um físico mor do rei e com parentes tão gabaritados na Corte de Lisboa, deveriam ter algum cabedal.

Não sabemos por que razão os irmãos vieram, o que sabemos é que os Oliveira Pantoja não escolheram começar uma nova vida no mundo do nordeste²⁹ açucareiro. Eles aportaram no mundo da exploração das “drogas do sertão”,³⁰ do cultivo dos gêneros da terra, da disputa entre colonos e padres pela mão de obra indígena. Ao descerem em terras da Capitania do Pará, traçaram planos e estratégias; e logo se estabeleceram entre os maiores da região.

Trataram de apropriar-se de terras e nelas instalar suas lavouras de cacau, cana de açúcar, engenhos e outras culturas. E, igualmente, logo trataram de contrair casamento com moças de famílias já estabelecidas na região. José de Oliveira Pantoja não aparece nos documentos relativos à

doação de sesmarias. O que sabemos é que no ano de 1703 ele casa com D. Luíza de Bittencourt, filha de um importante senhor de engenho, o Mestre de Campo Antônio Ferreira Ribeiro.³¹

A família Bittencourt, especialmente o costado que D. Luísa fazia parte, era de gente muito influente no Estado do Maranhão. D. Luísa era filha do mestre de campo Antonio Ferreira Ribeiro e de sua mulher D. Agueda de Bittencourt, que, por sua vez, era filha do capitão-mor Feliciano Correa³² e sua mulher Maria Ferreira que foi neta de Pedro Teixeira “Restaurador e descobridor deste Estado até a cidade de Quito”.³³ Nome esse que será recorrentemente acionado nos futuros pedidos de mercês dos descendentes desse casamento. A família Bittencourt³⁴ era considerada uma das principais famílias desde o início da colonização da cidade do Pará. O primeiro documento encontrado, que faz referência à família Bittencourt, data de 1618. Neste documento, Jorge de Lemos Bittencourt, cavaleiro Fidalgo de Sua Majestade, se encarrega de levar à “conquista do Pará” duzentos casais da Ilha dos Açores.³⁵ Várias sesmarias são concedidas à família Bittencourt,³⁶ D. Luíza, esposa de José de Oliveira Pantoja, o conectava a uma ascendência de gente muito importante da capitania do Pará, casar com uma descendente da família Bittencourt inseria José de Oliveira Pantoja em um mundo de terras, mercês, engenhos de açúcar e possibilidades.

Não temos registros de pedidos de terras do próprio José de Oliveira Pantoja, talvez ele tenha ficado à sombra da família da esposa. No entanto, seu irmão, Manoel de Oliveira Pantoja é figura repetida nos pedidos de sesmaria e na documentação em geral do período colonial. É a partir de Manoel que vamos seguindo a trajetória desta família que tem como primeira base territorial na capitania do Pará, o Rio Moju. O padre João Daniel ao navegar pelo rio Moju, na década de 1740, apresenta o que vê na paisagem, pintando uma tela com palavras; descrevendo os sítios que

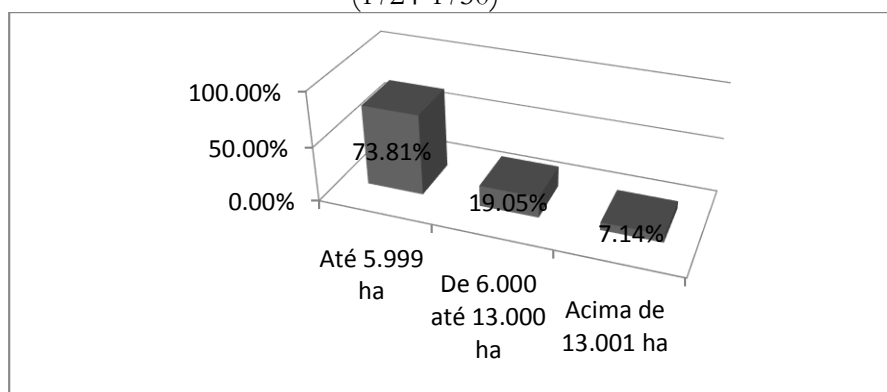
ficavam às margens do rio, que mais mereceriam o nome de grandes quintas:

Esmeram-se porém tanto nas suas moradias os donos destas quintas, ou sítios, que fazem uma muito alegre prerspectiva [sic] aos navegantes; e com mais razão se podem chamar grandes, soberbos e magníficos palácios do que casas de campo: e em muitos tem os seus moradores boas capelas e igrejas [...]. E posto que alguns moradores tem tantos escravos, ou fâmulos, que podiam constituir uma pequena vila [...]³⁷

Nas primeiras décadas de colonização lusa na Amazônia, a ocupação se deu nas terras próximas a Belém, às margens dos rios. Foi este espaço que recebeu os primeiros sesmeiros, foi alvo da política de povoamento e incentivos agrícolas³⁸. É, portanto, neste espaço, às margens dos rios próximos à Belém, principalmente na região denominada de Baixo Tocantins³⁹, que a família Oliveira Pantoja pedirá suas terras, cultivará e se estabelecerá na capitania do Pará.

As primeiras gerações da família Oliveira Pantoja, estabelecidas no Pará, concentram seus esforços em conseguir terras. Algo que chama atenção nos pedidos de sesmaria dos Oliveira Pantoja é o tamanho das propriedades.⁴⁰ O que Rafael Chambouleyron já nos aponta para as concessões de terras no Estado do Maranhão é a clara opção pelo tamanho de pequeno e médio das terras que, geralmente, não passavam de duas léguas em quadro.⁴¹ Nesse sentido, as terras solicitadas pelos Oliveira Pantoja acompanha a tendência das pequenas propriedades no Moju e no Acará, possuindo 726 hectares⁴², e a terra concedida a Luís de Oliveira Pantoja, filho de José de Oliveira Pantoja, em 1738, é de 2.178 hectares.⁴³

Gráfico 2 - Extensão das sesmarias concedidas no Rio Moju
(1724-1750)



Fonte: Coleção ITERPA – Sesmarias. Livros 01 a 20.

Outra característica da família Oliveira Pantoja é a prévia ocupação das terras que são pedidas. Na petição de sesmaria, Manoel de Oliveira Pantoja afirma que ele “cidadao desta cidade possui há mais de vinte e seis anos tres quartos de legoa de terra em que tem fabricado hum cacauzal como tambem outras lavouras”⁴⁴. Este trecho de documento nos indica que o cultivo e a ocupação, de algumas terras, se deram antes do próprio pedido de sesmaria.

A carta de sesmaria constitui o ato legal da legitimação da posse da terra⁴⁵; porém, estudos mostram que a ocupação é o componente que, muitas vezes, antecede a legitimação, onde a anterior exploração do espaço legitima a concessão de uma terra.⁴⁶ Manoel de Oliveira Pantoja se enquadra nesta situação, porque, ao pedir sua sesmaria utiliza a expressão do “ocupando e cultivando” as terras. Nos requerimentos de sesmaria que encontramos no Rio Moju, dos 57 indivíduos que as solicitaram, 12 afirmam que já as lavravam, o que perfaz o valor de, aproximadamente,

21% dos pedidos de terra caracterizados pela prévia ocupação do território.

O requerimento da sesmaria possuía um modelo sem grandes alterações onde elencava o nome de quem requeria, informações sobre a extensão e os limites da terra, o lugar de residência do requerente, as razões pelas quais necessitava das terras e, principalmente, os meios que dispunha para cultivar. Por conta deste modelo sabemos que Manoel de Oliveira Pantoja e seu sobrinho, Luís de Oliveira Pantoja, diziam-se cidadãos e moradores de Belém, mesmo já cultivando terras no Moju.

Luís de Oliveira Pantoja no ano de 1738 recebe concessão de sesmaria no rio Moju.⁴⁷ Em 1749 assina uma carta dos oficiais da câmara de Belém solicitando a concessão de tropas de resgates, pois “achase toda esta capitania no deplorável estado de hua rigorosa epidemia, que a toda ela tem reduzido a miséria e penúria, sendo mais considerável o estrago na escravatura”⁴⁸. Luís de Oliveira Pantoja vale-se de ser oficial da câmara e passa por cima da ordem do Governador, comunicando-se diretamente com o Conselho Ultramarino, pedindo permissão para as tropas de resgate; defendendo, na cidade, interesses que também eram seus e de seus pares, proprietários rurais.

Em 1751 Luís de Oliveira Pantoja, mesmo possuindo e cultivando terras no Moju, era Juiz Ordinário da Câmara de Belém. Ele é preso durante um mês pelo Governador, por ordem do Conselho Ultramarino, por ter assinado, ao lado de Marcello de Alfaya, uma denúncia (que é tida como falsa) contra o padre Caetano Eleutério de Bastos. Quando é emitida a ordem de prisão, Luís de Oliveira Pantoja “tendo noticia desta Real Ordem veyo da sua rossa em que se achava” e foi preso na cadeia da cidade por um mês⁴⁹. O que estes documentos mostram é que o proprietário rural vivia o mundo da “rossa” e, também, o mundo da cidade, exercendo cargos públicos, comunicando-se com o Reino, participando ativamente

da política da cidade e, claro, defendendo seus interesses, do seu grupo político e de sua família.

Ter propriedades rurais não impedia os membros da família Oliveira Pantoja de possuírem casas na cidade, e de se dizerem, aliás, cidadãos dela. Participar da vida política, escoar sua produção, manter contato com os outros moradores, acertar casamentos, enfim, os moradores da Capitania do Pará, que possuíam suas lavouras nos rios que circundavam Belém, viviam entre dois “mundos” onde um não excluía, necessariamente, o outro, ao contrário, conectavam-se.

Portanto, a primeira geração da família Oliveira Pantoja que aporta no Pará em finais do século XVII concentra seus esforços em obter terras em sesmaria. A estratégia é ocupar o território e posteriormente pedir as terras, já ocupadas, em sesmaria para legitimar a posse.

Se, por um lado, caracterizamos a família Oliveira Pantoja em suas estratégias de obtenção de terras, por outro, precisamos esclarecer que a proposta principal é perceber como essa família comportou-se diante de momentos importantes para a capitania do Pará. Perceber como que através do estudo dos ciclos de vida⁵⁰ e rastreando trajetórias familiares, podemos alcançar a história da capitania do Pará imbricada nas histórias de suas gentes. Para isso, entendemos ser preciso enxergar a partir dos indivíduos, articulando as dimensões estruturais (econômica, política, cultural, etc.) e a vida concreta dos atores sociais. Porque o global, o macro (as estruturas) se encontra no indivíduo.⁵¹

Terceira Geração: Encontrando o ponto de partida – Amândio José de Oliveira Pantoja

Em 1826 morre no Pará um homem importante. Familiar do Santo Ofício, com justificação de nobreza, detentor do direito de usar brasão de

Armas. Participou ativamente da invasão de Caiena e dos movimentos de independência na província do Pará ao lado de Batista Campos⁵². Em seu velório, de acordo com Baena, muitas pessoas se despediam realmente sentidas⁵³. Deixou uma mulher viúva, dois filhos, dois enteados e alguns netos... Deixa também um expressivo patrimônio devidamente arrolado em seu inventário.

Antes de fechar os olhos, pela última vez, Amândio José de Oliveira Pantoja pôde olhar seu leito em madeira escura com ornamentos dourados, os lençóis e fronhas de linho. Estava em casa, no seu Engenho Nossa Senhora do Rosário no rio Acará. Em seu quarto, ao pé do leito, um grande baú de madeira guardava roupas e segredos por entre meias de linho, camisas de Bretanha vindas de França, coletes bordados, lenços encarnados e redes brancas bordadas. Saindo do quarto, a sala ornada com tapetes, marquêsas, canapés, cômodas inglesas, enormes mesas e cadeiras de madeira e palhinha. Em dias especiais, eram usados os jogos de talheres em prata e as seis dúzias de pratos ingleses de beira verde. Xícaras inglesas e serviço completo em prata que serviam café e chocolate, afinal, na cozinha havia algumas chocolateiras de cobre⁵⁴.

Interessante a descrição do Engenho Nossa Senhora do Rosário, com seus canaviais, pés de urucu, café, cacau, arroz, mandioca e algodão. As grandes rodas de prensar mandioca na casa de farinha supriam a necessidade do alimento considerado o “pão ordinário”, alimento principal dos trabalhadores. ⁵⁵ Na casa de purgar haviam todos os apetrechos necessários para o fabrico do açúcar, além de um hábil e valioso mestre açucareiro, o escravo Braz da Cunha, avaliado em 230\$000. Mas nem só de açúcar vivia o Engenho de Amândio; posto que continha seis alambiques de cobre e muitas frascueiras com seus frascos para engarrafar e transportar aguardente.

O transporte era bem provido com um batelão, uma igarité e diversos botes que carregavam cana, açúcar, farinha e gentes. O dia a dia parecia

agitado com o “vai” e “vem” dos mais de 220 escravos que dividiam o espaço e o tempo entre a colheita da cana e outras lavouras, o fabrico do açúcar, o plantio do arroz, do café e suas casas e famílias. O plantel de escravos do Capitão Amândio José de Oliveira Pantoja era, realmente, significativo. Escravos de diversas nações africanas e escravos nascidos já no Engenho do Rosário. No inventário do Coronel Amândio é possível visualizar famílias escravas que remontam avós, pais e filhos todos descritos e devidamente avaliados.

Uma capela com uma imagem de Nossa Senhora do Rosário de mais de quatro palmos em madeira entalhada, com um rico manto bordado e coroa de prata. Nesta capela, no dia trinta de agosto de 1753, a esposa de Amândio foi batizada sob as bênçãos de mais de nove imagens de santos, todos com mais de dois palmos e ricamente ornados; por entre os paramentos para “dizer missa” com casulas, estolas e toalhas de altar em linho. Diversas joias compunham o patrimônio de Amândio e sua família, um relógio em ouro com corrente em prata e muitas fivelas, salvas de prata, espadas em ouro e cruzeiros cravejados de pedras preciosas.

É nesse engenho, no Rio Acará que Amândio será mandado quando foi banido de Belém, no ano de 1823, por ordem do Brigadeiro Moura e da Junta Provisória, que deportaram os membros do grupo independentista liderados por Batista Campos, do qual Amândio fazia parte.⁵⁶

Muitas sortes de terra no mesmo rio Acará, onde ficava o Engenho do Rosário, fazenda no Marajó, casa de sobrado e chãos sem edificações em Belém, na Rua do Açougue. Era um homem de muitas posses, dezenove bens imóveis, terras e grandes engenhos, compunham seu dilatado patrimônio. A somatória de seus bens entre escravos, animais, terras, dinheiro, joias, dinheiro a receber, chegam a quantia de 73:247\$997.

“Homem de bem”, “capaz de segredos e grandes negócios”, que “vive limpa e abastadamente”, “dos melhores da terra”, “família das principais”,

“gente nobre”... são os adjetivos empregados por testemunhas que foram interrogadas por comissários do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, entre os anos de 1789 e 1799, quando Amândio José de Oliveira Pantoja teve sua vida e a vida de sua família revirada e devassada pela Inquisição para tornar-se Familiar do Santo Ofício.⁵⁷

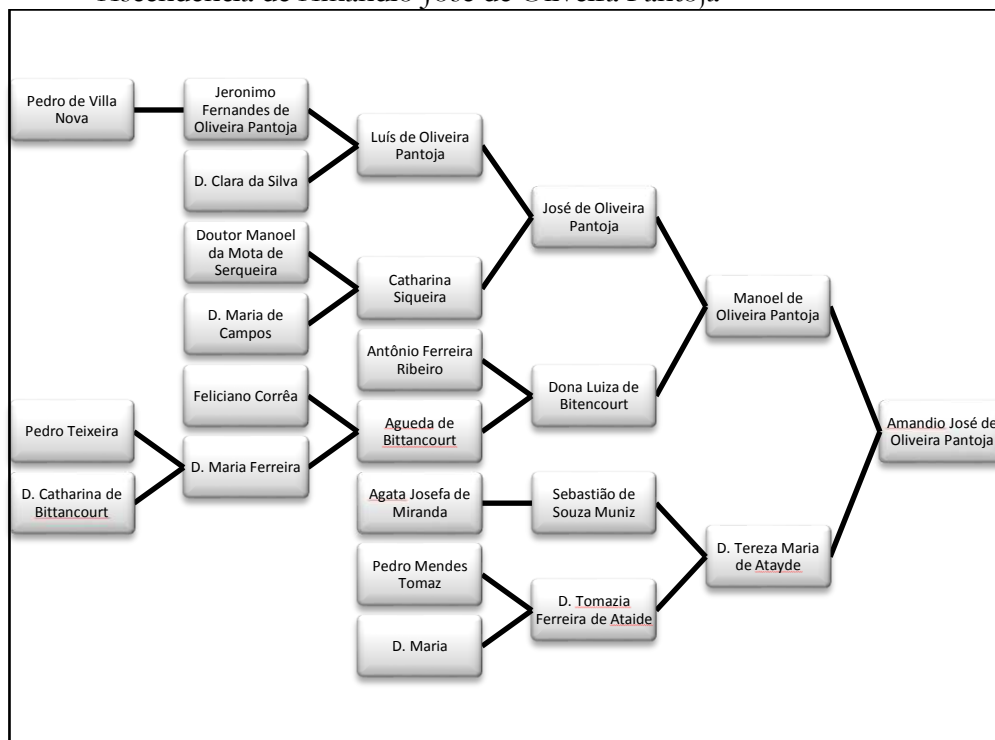
Em 8 de setembro de 1789, quando Amândio faz a petição inicial ao Santo Ofício, solicitando o cargo de Familiar, a patente militar que ele ocupava era de Capitão. No entanto, no dia 14 de agosto de 1794, Francisco Raimundo de Almeida, natural e morador de Belém do Pará, lavrador de 45 anos de idade, ao ser interrogado pelo Comissário do santo ofício acerca dos procedimentos e vida de Amândio, respondeu que conheceu o habilitando desde a infância, e que foi soldado no mesmo regimento que Amândio. A testemunha alega ter notado em Amândio “procedimentos muito alheios de homem de bem”, com especialidade no “vício das cartas”.⁵⁸

João Guedes, natural da cidade de Belém e nela morador, de 57 anos de idade, mestre carpinteiro, homem pardo, também foi inquirido pelo Comissário acerca dos costumes de Amândio. Disse que quando Amândio era soldado “tivera uma vida muito estragada” e que por seus costumes dentro e fora da milícia, não merecia o cargo de familiar do Santo Ofício.

⁵⁹

Interessante nesta habilitação a disparidade de informações. Todos os inquiridos que tinham por ocupação negociantes, donos de engenho e propriedades afirmavam ser Amândio “homem de bem”, “capaz de segredos e grandes negócios”, que “vive limpa e abastadamente”, “capaz de servir com grandeza ao Santo Ofício”. Mas é justamente lendo o depoimento dos carpinteiros, jornaleiros, lavradores, soldados e dos declarados “sem ofício” que descobrimos peculiaridades da vida de Amândio e sua família, confirmadas posteriormente com outras documentações.

Ascendência de Amândio José de Oliveira Pantoja



Fonte: Genealogia montada a partir de habilitação para familiar do Santo Ofício de Amândio José de Oliveira Pantoja, justificação de nobreza de Lourenço de Oliveira Pantoja.⁶⁰

Manoel de Oliveira Pantoja⁶¹, pai de Amândio, foi Juiz de órfãos da Vila de Gurupá, tinha patente de capitão, cultivava cana de açúcar em terras do Rio Moju. O capitão e engenheiro alemão João André Schwebel, cartógrafo que participou da comissão de limites criada em 1753 e chefiada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ao desenhar os rios próximos a Belém e as propriedades de terras nestes rios, inclui o nome de Manoel de Oliveira Pantoja como proprietário de terras no rio Moju⁶².

No ano de 1763 a Inquisição processa Manoel de Oliveira Pantoja, este fato é relatado pelas testemunhas na habilitação de Amândio. Alguns dizem ter sido Manoel processado pela inquisição por ter se coroado rei do Acará, outros relatam que Manoel foi processado por ter se vestido de padre e casado uma senhora, em uma brincadeira; esta última versão coaduna com o processo depositado na Torre do Tombo⁶³. Todas as testemunhas que tocam no assunto, afirmam que Manoel morreu na prisão, envenenado. Alguns dizem ter sido Manoel envenenado pelos filhos, outros afirmam ter o próprio Manoel se envenenado tendo proferido a frase “antes morte que vergonha”⁶⁴. No entanto, esses fatos sobre a família de Amândio parecem ter sido completamente esquecidos pelas testemunhas que faziam parte da elite, tidas por gente nobre e proprietários de terras e escravos.

No dia 17 de outubro de 1780 Amândio casa-se com Francisca Xavier de Siqueira e Queirós. Francisca, com 27 anos, cinco anos mais velha que Amândio, era viúva e possuía dois filhos varões, fruto de seu casamento com o capitão e Familiar do Santo Ofício Gonçalo Pereira Viana. A família de Francisca, os Siqueira e Queirós eram pertencentes a elite tradicional da capitania do Pará. O pai de Francisca, Francisco de Siqueira e Queirós era proprietário de terras e morava em seu engenho de Nossa Senhora do Rosário do Rio Acará, onde na capela deste engenho foi batizada Francisca.⁶⁵ A propriedade de Nossa Senhora do Rosário aparece na descrição de bens no inventário de Amândio.

O casamento com Francisca, talvez, abra para Amândio a possibilidade da familiatura, o primeiro marido de Francisca foi Familiar do santo Ofício o que a tornava já habilitada pela Inquisição. Oportuno sublinhar, que antes do casamento, não encontramos documentos de Amândio pedindo terras ou patentes militares. É depois do casamento que ele pede habilitação, é promovido a capitão e passa a figurar constantemente na documentação oficial. Estas questões podem confirmar que análises mais

acuradas sobre as alianças matrimoniais dessa elite, além da remontagem das genealogias, podem revelar caminhos que levem a compreender a trajetória da formação e consolidação de fortunas no Pará colonial.

Rastrear nomes: um desafio

Para Ginzburg o nome é o fio de Ariadne que guia o investigador no labirinto documental, é aquilo que distingue um indivíduo do outro em todas as sociedades conhecidas. Perseguindo o nome o investigador tem a possibilidade de reunir diversos documentos dos quais pode extrair dados seriais com os quais é possível reconstruir o entrelaçado de várias conjunturas.⁶⁶ Porém, pesquisadores que trabalham com rastreamento de trajetórias de indivíduos e famílias sabem das armadilhas e dificuldades desta empreitada, principalmente por conta dos homônimos.

Como saber se o nome que aparece na documentação é, de fato, do indivíduo que estamos rastreando? Sabemos que em sociedades do passado, onde não existiam números para identificar as pessoas, repetir o nome dos antepassados (para simplesmente homenageá-los, ou porque aquele nome remetia a alguém importante para a família que agregava status) era muito comum. A constante mobilidade da população no período colonial e imperial pode apresentar algumas dificuldades para o pesquisador interessado nas trajetórias. Soma-se a esse fator, a significativa presença das alterações de nomes que marcavam a vida de muitos indivíduos dessas sociedades. Neste sentido, o cruzamento das fontes, o olhar acurado, a busca pelos indícios nos documentos tem papel fundamental.

Ao rastrear os documentos pertencentes à Amândio e à família Oliveira Pantoja, esbarra-se nas dificuldades de identificação. Qualquer erro com os dados, qualquer confusão com os nomes, poderia comprometer todo

o trabalho de (re) montagem das relações e sociabilidades dessa família, prejudicando o entendimento acerca das estratégias acionadas pelos Oliveira Pantoja nos diversos momentos cotidianos da Capitania do Pará.

As habilitações para Familiar do Santo Ofício foram escolhidas como “fontes ponto de partida” por ser um corpo documental cujo potencial está atrelado à riqueza e variedade das informações arroladas. O que nos fornece uma quantidade significativa de meta-dados que facilitam o trabalho de identificação posterior.

Tomemos como exemplo a época em que viveu Amândio José de Oliveira Pantoja, com este mesmo nome existia mais um indivíduo. Por meio da habilitação, sabemos que Amândio José de Oliveira Pantoja nasceu em Belém e foi batizado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Campina no dia 16 de abril de 1758, era filho de Manoel de Oliveira Pantoja (que quando do batismo do filho já era capitão) e de D. Teresa Maria de Ataíde Vasconcelos, casou-se com D. Francisca Xavier de Siqueira e Queirós (que era viúva do capitão e familiar do Santo Ofício Gonçalo Pereira Viana) e foi habilitado como Familiar do Santo ofício no dia 21 de agosto de 1799. O “outro” Amândio que também aparece nas documentações do período era padre, viveu em Almeirim, morreu bem depois do Amândio Familiar.⁶⁷ Dois homens com o mesmo nome, mas com ocupações e trajetórias diferentes. Deste modo, utilizando a habilitação e cruzando com outras fontes, minimizamos os erros de identificação o que poderia fazer-nos incorrer em montar equivocadamente as redes e alianças familiares.

Esta questão mostra-se muito importante, pois, quando o levantamento bibliográfico para esta pesquisa foi realizado, encontramos informações dissonantes entre fontes e bibliografia. Muitos dos trabalhos que citam a família Oliveira Pantoja, montando suas redes de poder, relações e alianças matrimoniais; buscam informações no trabalho pioneiro de Acevedo Marin.⁶⁸ No entanto, a própria autora reconhece que

as limitações do trabalho são muitas por conta da ausência de documentação, impossibilitando conferir, em fontes originais, as informações coletadas na literatura clássica relativa à história do Pará⁶⁹.

Baseados no levantamento feito por Acevedo Marin, trabalhos posteriores remontaram as redes de sociabilidade, através das alianças matrimoniais, entre as famílias Rodrigues Martins e Oliveira Pantoja, referindo, por exemplo, Josefa Florêncio de Oliveira Pantoja como filha de Amândio José de Oliveira Pantoja.⁷⁰ No entanto, no inventário de Amândio constam como filhos apenas o capitão Bernardino José de Oliveira Pantoja e Francisco José de Oliveira Pantoja.⁷¹ Portanto, Josefa não é filha de Amândio (ao menos não do Amândio em tela). Outra questão é que Manoel de Oliveira Pantoja é relatado como avô de Amândio, e é dito ainda, que o pai de Amândio foi familiar do Santo Ofício. Porém, através de levantamento e cruzamento de fontes, sabemos que o pai de Amândio é Manoel de Oliveira Pantoja (Amândio tinha um tio-avô com este mesmo nome, o que pode ter gerado a confusão), e Manoel, pai de Amândio, nunca foi familiar do Santo Ofício; ao contrário, foi processado pela Inquisição no ano de 1763.⁷² Este fato, aliás, é relatado pelas testemunhas da habilitação de Amândio que dão versões pitorescas para o acontecido.⁷³

A partir do momento em que há problemas de reconstrução de genealogias, a montagem das redes fica totalmente prejudicada. Torna-se importante fazer estas colocações justamente para demonstrar o cuidado e a dificuldade em rastrear nomes e remontar redes familiares. Neste sentido as habilitações para Familiar do Santo Ofício nos forneceram meta-dados fundamentais e indispensáveis para distinguir indivíduos e rastrear trajetórias. Sem esta documentação, muito provavelmente, os equívocos repetir-se-iam neste trabalho.

Artigo recebido em fevereiro de 2014

Aprovado em março de 2014

NOTAS

* Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, Brasil.

¹ Os Familiares faziam parte de uma rede de oficiais e auxiliares civis não remunerados. A obrigação fundamental do Familiar era denunciar pessoalmente ou por carta aos inquisidores os casos que fossem ofensivos a fé católica e penitenciados que não cumprissem as penas. Porém, na prática eram espíões que tinham a competência potencializada não em ações concretas, mas no clima de vigilância que era criado a partir das suas existências.

² Ao final do projeto de iniciação científica, a base de dados montada com as Habilitações, chegou à marca de 28.419 dados inseridos; 538 genealogias e 2.427 indivíduos cadastrados. Das 51 habilitações que vieram digitalizadas da Torre do Tombo, trinta e duas eram habilitações para Familiar, as outras referiam-se a habilitações para Comissário e Notário do Santo Ofício. Trabalhamos neste artigo apenas com as trinta e duas habilitações para Familiar do Santo Ofício.

³ O objetivo era apreender as estratégias que esse “grupo” de familiares do Santo Ofício (e suas famílias) acionaram para favorecer sua inserção política, construção e manutenção da riqueza, de sua *qualidade* e status social.

⁴ VIEIRA Junior, Antonio Otaviano. Demografia Histórica, família e inquisição: possibilidades metodológicas a partir da habilitação de Familiar. *Revista de História Unisinos*, vol. 15, nº1, 2011, p. 71-79.

⁵ Vieira Junior, *Demografia Histórica, família e inquisição*: possibilidades metodológicas a partir da habilitação de Familiar. p. 72-3

⁶ SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Os Portugueses*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

⁷ CALAINHO, Daniela Buono. Em nome do Santo Ofício: *Familiares e Inquisição portuguesa no Brasil colonial*. Rio de Janeiro. 1992. Dissertação (Mestrado em História). Universidade federal do rio de Janeiro. Mimeo. 1992.

⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Habilitação de Antônio Gomes Pires. ATT-TSO-CG-HAB-mc129-doc2176.

⁹ Habilitação para Familiar do Santo ofício de Bento Pires Machado. ATT-TSO-CG-HAB-mc14-doc202. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹⁰ SOUZA Junior, José Alves. *Tramas do Cotidiano: Religião, política, guerra e negócios no Grão Pará do setecentos*. Belém: Ed.ufpa. 2012 p.304.

¹¹ Arquivo Público do Estado do Pará, códice 1000. Acervo da companhia do Grão Pará.

¹² Habilitação para Familiar do Santo Ofício de Elias Caetano de Matos. ATT-TSO-CG-HAB-mc1-doc3. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

¹³ Habilitação Familiar do Santo ofício de Feliciano José Gonçalves. ANT-TSO-CG-HAB-mc2 - doc27. Arquivo Nacional Torre do Tombo.

¹⁴ Habilitação Familiar do Santo ofício de Feliciano José Gonçalves. ANT-TSO-CG-HAB-mc2 - doc27. Arquivo Nacional Torre do Tombo.

¹⁵ Habilitação Familiar do Santo Ofício de Joaquim Rodrigues Leitão. ANT-TSO-CG-HAB-mc3-doc29. Arquivo Nacional Torre do Tombo.

¹⁶ SOUZA Junior, *Tramas do cotidiano*. p. 35.

¹⁷ Ocupações referidas pelos habilitandos no ato do pedido de habilitação. Porém, ao fazermos o cruzamento destas fontes com outras, percebemos que estas ocupações nem sempre eram as únicas exercidas pelos habilitandos.

¹⁸ Michel Bertrand atribui ao conceito de rede social três aspectos interdependentes, onde: “O primeiro refere-se ao seu aspecto morfológico: a rede é uma estrutura constituída por um conjunto de pontos e linhas que materializam laços e relações mantidas entre um conjunto de indivíduos. O segundo refere-se ao seu conteúdo relacional: a rede é um sistema de trocas que permite a circulação de bens e serviços. Finalmente, a rede consiste em um sistema submetido à dinâmica relacional regida por um princípio de transversalidade, e suscetível de mobilizar-se em torno de uma finalidade precisa”. Bertrand, Michel. *Elites y configuraciones sociales em Hispanoamérica colonial*. In: Revista de História, Nicarágua, 13, 1999.

¹⁹ O Estado do Maranhão e Grão Pará passa a ser denominado Grão Pará e Maranhão em decreto de 31 de julho de 1751; Quando fizermos referência ao Pará, ou ao Grão-Pará, estaremos tratando da Capitania, observando o desmembramento com a criação da Capitania do Rio Negro em Carta Régia de 03 de março de 1755; no entanto, também poderemos nos referir ao Estado cuja Capitania do Pará estava inserida.

²⁰ Informação retiradas das justificações de nobreza de Amandio José de Oliveira e seu irmão Lourenço de Oliveira Pantoja; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos findos, justificação de nobreza, Mç 1, nº 23.

²¹ Alvará de 06 de setembro de 1645 que proibia a saída do Reino sem passaporte.

²² CHAMBOULEYRON, Rafael. Um conquista tão dilatada. A coroa portuguesa e a migração voluntária para a Amazônia (século XVII). In: *Entre Mares o Brasil dos Portugueses*. 2009, p. 88

²³ VOLPI SCOTT, Ana Silvia. Velhos Portugueses ou novos Brasileiros? Reflexões sobre a família Luso Brasileira setecentista. Anais da V jornada setecentista. Curitiba, 2003; Volpi Scott, Ana Silvia. *Os Portugueses*. São Paulo, Editora Contexto, 2010.

²⁴ Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, Avulsos AHU Caixa. 18, documento 1681.

- ²⁵ Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, Avulsos – AHU, Caixa. 3, documento 269; Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, Avulsos – AHU, Caixa. 3, documento 274.
- ²⁶ TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 20, n.1. pp. 199-218.
- ²⁷ TRUZZI, *Redes em processos migratórios*, p. 207.
- ²⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Justificação de Nobreza do Capitão Amândio José de Oliveira Pantoja, Maço 1, nº 23 (está inclusa a justificação de Manoel de Oliveira Pantoja, seu tio avô).
- ²⁹ Utiliza-se o termo nordeste para dar fluidez à escrita, sabemos que nordeste é um anacronismo para a época.
- ³⁰ Especiaria local representada por várias espécies vegetais, dentre as quais cravo grosso, cravo fino, cacau, urucu, canela, baunilha.
- ³¹ Conforme transcrição do assento de casamento contido na Habilitação para Familiar do Santo Ofício de Amândio José de Oliveira Pantoja. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Habilitação para familiar do Santo Ofício de Amândio José de Oliveira Pantoja, Maço 1 documento 10.
- ³² Em *Annaes Histórico do Maranhão*, Bernardo Pereira de Berredo relata sobre as memórias do ano de 1645 que Feliciano Correa era capitão mor da capitania do Pará. Berredo, Bernardo Pereira de. *Annaes Histórico do Maranhão*. p. 406
- ³³ Conforme descrição contida na justificação de nobreza de Lourenço de Oliveira Pantoja. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Maço 23, documento 11.
- ³⁴ Para um estudo sobre a família Moraes Bittencourt, um ramo da família Bittencourt Cf. SOUTO, Alanna. *Apontamentos para história da família e demografia histórica na Capitania do Pará (1750 – 1790)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2008.
- ³⁵ Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, Avulsos – AHU Caixa. 1, documento 7.
- ³⁶ Em 1721 temos uma sesmaria para cultivo de cana de açúcar concedida a Manoel de Moraes Bittencourt, em 1724 temos um requerimento da viúva de Luís de Moraes Bittencourt pedindo confirmação de sesmaria de uma terra que seu marido pediu explicando que ele era lavrador de cana de açúcar com Engenho Real desde por volta do ano de 1668 - Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, Avulsos – AHU Caixa. 8, documento 667; Em um documento do ano de 1724, obtemos a informação de um membro da família Bittencourt, Luís Meirelles de Bittencourt, ser provido a capitão-mor do Gurupá - Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, Avulsos – AHU, Caixa. 8, documento. 731.
- ³⁷ DANIEL, João. Tesouro descoberto no Rio Amazonas, Tomo I. p, 286.
- ³⁸ ACEVEDO MARIN, Rosa. Camponeses, donos de Engenho e Escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. *Papers do NAEA*.
- ³⁹ Alguns autores como Vicente Salles e Alana Souto denominam a região das freguesias de Moju, Acará, Guamá, Capim e Bujarú de atual zona Guajará. E Cametá, Mocajuba, Baião, Limoeiro do Ajuru e Igarapé – Miri, atual Vale do

Tocantins. Porém denominaremos daqui por diante as duas zonas de região do Baixo-Tocantins.

⁴⁰ Dividimos as extensões rurais em pequena propriedade (até 5.999 hectares), média propriedade (de 6.000 até 13.000 hectares) e grande propriedade (acima de 13.001 hectares).

⁴¹ CHAMBOULEYRON, Rafael. Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640 – 1706), Editora Açai, Belém, 2010, p.113.

⁴² Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, Avulsos – Requerimento. Manoel de Oliveira Pantoja. AHU Caixa. 8, documento. 678

⁴³ Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, Avulsos – Requerimento de Luís de Oliveira Pantoja. AHU Caixa. 24, documento 2228.

⁴⁴ Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, Avulsos – Requerimento. Manoel de Oliveira Pantoja. AHU, Caixa. 8, documento. 678

⁴⁵ SANTOS, Marcio Roberto Alves dos. Fronteiras do Sertão Baiano (1640-1750). São Paulo, Tese de doutorado (História), USP, 2010. p. 188.

⁴⁶ CHAMBOULEYRON, Rafael. *Terras e poder na Amazônia Colonial (séculos XVII – XVIII)*. Congresso internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime, Lisboa: 201.

⁴⁷ Requerimento de Luís de Oliveira Pantoja. AHU_ACL_CU_013, Cx. 24, D. 2228.

⁴⁸ Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, Avulsos – Carta dos Oficiais da Câmara da cidade de Belém do Pará. AHU Caixa. 31, documento. 2917.

⁴⁹ Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, Avulsos – Carta do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado. AHU, Caixa. 32, documento. 3060.

⁵⁰ São efetivamente os cursos de vida, que consubstanciam um novo paradigma para os estudos populacionais. Cf. KOK, Jan. Principles and prospects of the life course paradigm. *Annales de démographie historique*, 2007/1, n° 113, pp. 203-230.

⁵¹ IMÍZCOZ, José María. Actores, redes, processos: reflexiones para uma historia más global. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto, III série. Vol. 5. 2004, pp. 115-140

⁵² Familiatura do Santo Ofício – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Habilitação de Amândio, Maço 1, documento 10; Souza Jr, José Alves. Dissertação (Códice N° 744: Agraciados com a Ordem do Cruzeiro. 1805 - 1826. Arquivo Público do Pará, documentação manuscrita.).

⁵³ BAENA, João Ladislau Monteiro. *O Compêndio das eras da Província do Pará*. Belém: UFPA, 1969.

⁵⁴ Todos os objetos descritos fazem parte da descrição de bens do Inventário de Amândio José de Oliveira Pantoja. APEP, Inventário. Amândio José de Oliveira Pantoja, 1826.

⁵⁵ RAVENA, Nívia. *Abastecimento: Falta, escassez do “pão ordinário” em Vilas e Aldeias do Grão Pará*. Dissertação de Mestrado. Belém, Pará: PLADES/NAEA, UFPA, 1994 (mimeo).

- ⁵⁶ Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, Avulsos – Ofício, 18 de setembro de 1822. AHU, Caixa. 156, documento 11934; Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, Avulsos –, Carta, 5 de outubro de 1822. AHU, Caixa. 156, documento 11953.
- ⁵⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Habilitação para Familiar do Santo Ofício. Amândio José de Oliveira Pantoja, ATT – TSO- CG – HAB – Mç1 – doc3
- ⁵⁸ Habilitação para Familiar do Santo Ofício de Elias Caetano de Matos. ATT-TSO-CG-HAB-mç1-doc3. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- ⁵⁹ Habilitação Familiar do Santo Ofício de Amândio José de Oliveira Pantoja.
- ⁶⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Justificação de Nobreza do Capitão Amândio José de Oliveira Pantoja, Maço 1, nº 23; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos Findos, Justificação de Nobreza de Lourenço de Oliveira Pantoja, Maço 1, nº 23; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Habilitação para Familiar do Santo Ofício de Amândio José de Oliveira Pantoja, Maço1, Doc, 10.
- ⁶¹ Note que o nome Manoel de Oliveira Pantoja já vinha sendo citado anteriormente neste texto, mas não se refere à mesma pessoa. Manoel de Oliveira Pantoja é o nome de um dos dois irmãos que chegam ao Pará, vindos de Portugal. José de Oliveira Pantoja colocará o mesmo nome do irmão no filho. Portanto, Manoel de Oliveira Pantoja pai de Amândio é sobrinho de Manoel de Oliveira Pantoja que aporta no Pará em finais do século XVII.
- ⁶² NORONHA, José Monteiro de. Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província (1768). Edusp, 2006.
- ⁶³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, processo contra Manoel de Oliveira Pantoja nº 2698.
- ⁶⁴ Habilitação de Amândio José de Oliveira Pantoja.
- ⁶⁵ Conforme cópia do assento de batismo de Francisca Xavier de Siqueira e Queirós, contida na Habilitação de Amândio José de Oliveira Pantoja.
- ⁶⁶ GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo et al. (Orgs.). *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989, p. 169-178.
- ⁶⁷ Jornal Gazeta Oficial de 17 de dezembro de 1859. Nº 282. Requerimento do Padre Amândio José de Oliveira Pantoja, Vigário da Freguesia de Almeirim, pedindo pagamento de sua cômputa vencida nos meses de Outubro e Novembro do anno passado, tempo em que esteve licenciado para tratar de sua saúde como provou com documentos. Disponível em hemeroteca da Biblioteca Nacional.
- ⁶⁸ Acevedo Marin, Rosa. Alianças Matrimoniais na Alta Sociedade Paraense no século XIX. Estudos Econômicos, n. 15, 1985. p.156
- ⁶⁹ ACEVEDO MARIN, Rosa. Alianças Matrimoniais na Alta Sociedade Paraense no século XIX. p.156
- ⁷⁰ BATISTA, L. M.. *Muito além dos seringais*. Dissertação de Mestrado, PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004, p. 214.
- ⁷¹ Autos de inventário do Coronel Amândio José de Oliveira Pantoja, 1826 – APEP.

⁷² Processo de Manoel de Oliveira Pantoja. PT-TT-TSO-IL-28-2698. Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Digitalq.

⁷³ Habilitação para Familiar do Santo Ofício. Amândio Jose de Oliveira Pantoja. ANT-TSO-CG-HAB-mc1-doc10.

População, desenvolvimento e estrutura social em perspectiva histórica:

Os regimes demográficos e seus contextos

Robert Rowland *

Resumo: Este ensaio visa utilizar o conceito de *regime demográfico* para aprofundar a contextualização histórica de análises, de inspiração direta ou indiretamente maltusiana, da dinâmica das populações e da sua relação com o sistema econômico. Depois de uma primeira discussão crítica de modelos econômicos da relação entre população e desenvolvimento, o texto aborda o conjunto de trabalhos de inspiração maltusiana desenvolvidos no último meio século pela demografia histórica, criticando o seu viés eurocêntrico e propondo um quadro conceptual mais abrangente, destinado a permitir a análise comparativa dos regimes demográficos e dos seus contextos históricos.

Palavras-chave: População; Malthus; Regime Demográfico.

Abstract: This essay proposes to use the concept of *demographic regime* to effect the historical contextualization of analyses, directly or indirectly inspired by Malthus, of population dynamics and its relation to the economic system. After a critical discussion of economic models of the relation between population and development, the essay discusses several neo-malthusian analyses developed over the past half-century by historical demographers, criticizing their eurocentric bias and proposing a broader

conceptual framework which permits a comparative analysis of demographic regimes in their historical contexts.

Keywords: Population; Malthus; Demographic Regime.

I

Para a minha geração, formada na década de 1960, o tema deste encontro – “População e desenvolvimento: decifrando conexões” – remete inevitavelmente para a discussão que se gerou à volta da publicação do célebre ensaio de Ester Boserup¹ sobre as relações entre desenvolvimento econômico e dinâmica populacional e da sua tentativa de pôr em causa os, então ainda dominantes, pressupostos maltusianos da reflexão sobre população e desenvolvimento.

Como muitos saberão, Ester Boserup era uma economista dinamarquesa, funcionária das Nações Unidas e especialista em questões de economia agrária, sobretudo no continente asiático. No seu livro, argumentou que em sociedades com uma agricultura tradicional, o crescimento da população, e o consequente aumento da densidade populacional, tornava necessária, e de fato provocava, uma intensificação da agricultura e uma melhoria das técnicas de produção. Esta tese, baseada essencialmente numa consideração das condições que historicamente teriam rodeado a transição de uma agricultura extensiva, baseada em queimadas, para uma agricultura intensiva, baseada na utilização sistemática de adubos, punha em causa o pressuposto maltusiano de que o progresso técnico era incapaz de acompanhar o crescimento não controlado da população e que, por conseguinte, este último levaria inevitavelmente à degradação das condições de vida e a um aumento da mortalidade. Para Malthus, com efeito, a ausência de progresso técnico,

ou – o que vinha a dar no mesmo – a sua incapacidade para acompanhar o crescimento exponencial da população, levaria invariavelmente a uma situação de rendimentos decrescentes (quer do trabalho, quer da terra), até ao ponto em que o aumento da mortalidade voltasse a estabelecer um equilíbrio entre o nível da população e os recursos disponíveis².

Simplificando, pode dizer-se que para Malthus o progresso técnico, variável independente, determinava os limites do crescimento populacional, enquanto que para Boserup era o próprio crescimento da população que estava na origem do progresso técnico e da melhoria das suas condições de existência. Formulada desta maneira, em termos formais e abstratos, a oposição entre o otimismo de Boserup e o pessimismo de Malthus não era suscetível de verificação empírica. Em contextos históricos concretos, como os que tinham estado na origem das reflexões de Malthus, ou mesmo nos casos das comparações entre sistemas agrícolas levadas a cabo por Boserup, a quantidade de outras variáveis intervenientes era tal que dificilmente se poderia chegar a qualquer conclusão segura. A discussão que se seguiu à publicação do ensaio de Boserup concentrou-se, por conseguinte, sobre as implicações teóricas das duas posições em confronto³. Apesar de a discussão empírica ter sido conduzida também em áreas como a demografia e a antropologia, foram os economistas – sobretudo os que se ocupavam da chamada “teoria do crescimento económico” – que se interessaram em particular, e de um ponto de vista teórico, pela relação entre progresso técnico e crescimento populacional.

As teorias então em confronto nessa área caracterizavam-se, essencialmente, pela discussão e contraposição de modelos matemáticos abstratos e formalizados que visavam determinar as condições de um equilíbrio dinâmico e estável das relações entre variáveis como “quantidade de capital”, “investimento”, “produto”, “progresso técnico” ou – justamente – “crescimento da população”⁴.

Os modelos mais simples e unissetoriais, como os elaborados por Roy Harrod e Robert Solow⁵, deixavam sem explicação o crescimento populacional. Quer partissem do pressuposto do pleno emprego, como o modelo neoclássico de Solow, quer contemplassem a possibilidade de um excedente populacional não absorvido pelo processo de produção, como o modelo originalmente proposto por Harrod em 1939, qualquer deles (e outros com características semelhantes) considerava a taxa de crescimento da população como uma variável exógena e o crescimento populacional incontrolado como um obstáculo ao crescimento econômico. Neste sentido, e apesar de omissos em relação às *determinantes* do crescimento populacional, eram implicitamente maltusianos no que diz respeito às suas *consequências*.

Depois de um período em que gozou de uma certa hegemonia neste campo, o modelo de Solow acabou por ser objecto de críticas, entre outras razões, por considerar também o progresso técnico como uma variável exógena e independente. Numa série de artigos, Paul Romer⁶ elaborou um modelo de crescimento no qual o progresso técnico era incorporado ao modelo como variável *endógena* através da noção de “capital humano”, o qual veio na prática ocupar o lugar do capital e do trabalho como fatores de produção, tornando-se – questões de mensurabilidade à parte – um fator de produção único, acumulável indefinidamente: bastava acrescentar o pressuposto de rendimentos crescentes (através do mecanismo do *learning by doing*) para que não houvesse mais limites à acumulação do conhecimento *per capita*. Transformado o progresso técnico numa variável dependente – determinada, em última análise, pela própria acumulação – a taxa de crescimento da população, neste abstrato, hipotético e admirável mundo novo, simultaneamente pós-maltusiano e pós-boserupiano, deixava de ser relevante.

Outra foi a via seguida pelos proponentes de uma “teoria unificada do crescimento”⁷, que visam desenvolver um modelo unificado do

crescimento econômico, da população e do progresso técnico, capaz de explicar a realidade histórica no longo período. Descrevem uma economia que passa por três fases. Na primeira, de “estagnação maltusiana”, o progresso técnico é gradual e acompanhado pelo aumento da população, pelo que o produto *per capita* permanece estável. Na segunda, “pós-maltusiana”, aumentam o progresso técnico e o produto total, mas o crescimento da população acaba por absorver parte do incremento; entretanto, dá-se uma transição demográfica (endógena), que inverte a relação tradicional (positiva) entre o nível dos rendimentos e o crescimento populacional. Na terceira fase, “moderna”, o crescimento populacional é moderado, ou mesmo negativo, e o rendimento *per capita* cresce rapidamente. O que distingue a primeira fase da segunda é a aceleração do progresso técnico. O que distingue a segunda da terceira é a transição demográfica, que se traduz, no domínio da fecundidade, numa mal explicada alteração de preferências da *quantidade* à *qualidade*⁸.

Uma versão mais recente desta teoria⁹ consegue, por fim, propor uma explicação *endógena* da inversão da relação maltusiana entre rendimentos e fecundidade – tomada, aqui, como o elemento essencial da transição demográfica –, postulando uma relação (de indireta inspiração maltusiana) entre o preço dos alimentos (relativamente ao dos produtos manufaturados) e a fecundidade. No essencial, o modelo postula que o progresso técnico na agricultura vai lentamente libertando mão-de-obra para a indústria. Enquanto o progresso técnico for mais rápido no setor primário que no setor manufatureiro, a fecundidade manterá uma relação positiva com o nível dos rendimentos, tal como no esquema maltusiano do freio preventivo; mas o desenvolvimento da produção não-agrícola, tornado possível pela população excedentária que se encaminha para a indústria, acabará por levar (através do mecanismo do *learning by doing* e da acumulação de capital humano) ao progresso técnico, ao aumento da produtividade, e ao embaratecimento dos produtos manufaturados

relativamente aos alimentos. Isto equivale a um *encarecimento relativo* dos alimentos (e dos filhos que consomem esses alimentos) e leva, por conseguinte, à diminuição da fecundidade e à transição demográfica.

Temos, aqui, uma versão atual e muito sofisticada da reflexão maltusiana sobre as relações entre população e desenvolvimento. Mas – tal como nos modelos de crescimento do pós-guerra – o suposto alcance da teoria depende crucialmente das simplificações da realidade a que procede. Neste caso, valerá talvez a pena enumerar algumas delas.

Trata-se de uma hipotética economia com dois sectores (agricultura e indústria). Em ambos os sectores, o volume da produção depende da quantidade (número de trabalhadores) e da qualidade (capital humano) do trabalho utilizado. Nem a terra nem o capital (fixo) desempenham qualquer papel. Em cada período estão presentes duas gerações: os adultos (que se dedicam à produção e à reprodução, e que obtêm satisfação através do consumo de produtos manufaturados e do número de filhos que têm), e os filhos (que consomem a totalidade dos alimentos produzidos, conservando uma parte da energia para a vida adulta). Todos os indivíduos são idênticos, fornecem (na vida adulta) uma unidade de trabalho indivisível e consomem (na infância) uma quantidade idêntica de alimentos. A reprodução é asexuada, e cada indivíduo tem um único progenitor. Não havendo mortalidade, em cada período a taxa de crescimento da população é igual à taxa de fecundidade, e ambas refletem o preço *relativo* das manufaturas e dos alimentos consumidos pelos filhos, o qual por sua vez é determinado pelo progresso técnico que resulta, através do *learning by doing*, de um processo de acumulação de capital humano.

A construção é sem dúvida engenhosa, e as simplificações permitem, de fato, formalizar um conjunto de relações entre variáveis que, de forma muito esquemática, reproduzem alguns aspectos da interação entre a dinâmica populacional e o crescimento econômico. Em tempos, Nicholas

Kaldor¹⁰ utilizou o termo “fatos estilizados” para designar as versões simplificadas da realidade incorporadas pelos economistas nos seus modelos, e essa “estilização” seria o preço a pagar pela possibilidade de descortinar, por trás da complexidade da vida real, a lógica de um sistema. O problema está, em parte, no grau de estilização, mas sobretudo na escolha dos aspectos dos quais se faz abstração. Do ponto de vista da história da população, este último exemplo, independentemente dos méritos que possa ter como exercício de teorização económica, constitui uma advertência quanto ao risco de se jogar fora o bebê com a água do banho.

II

Mas não foram apenas os economistas que procederam a simplificações numa tentativa de formalização dos mecanismos demográficos. Os demógrafos também recorreram à estilização dos fatos.

Na primeira edição do seu *Ensaio*, publicada sem indicação do autor em 1798, Malthus empenhara-se, antes de mais, em demonstrar as consequências do crescimento incontrolado da população e em preconizar a necessidade da sua limitação; nas edições que se seguiram entre 1803 e 1826, Malthus tentou também identificar mecanismos que fossem capazes de controlar a fecundidade, evitando que um crescimento excessivo da população provocasse um aumento da mortalidade. Considerou que, sendo a “paixão entre os sexos” uma constante, nas sociedades onde a fecundidade não era controlada o *freio positivo* da mortalidade acabaria por determinar, a longo prazo, uma relação de equilíbrio entre o nível da população e o volume dos recursos disponíveis. Em aquelas sociedades onde, pelo contrário, como em boa parte da Europa ocidental, a fecundidade se situava a níveis mais moderados, Malthus estava convencido que estaria a funcionar algum tipo de *freio preventivo*, o qual

controlava a paixão entre os sexos (ou, pelo menos, os seus efeitos), e impedia a população de crescer mais rapidamente que os recursos disponíveis. Nestas condições, a mortalidade não ultrapassaria um determinado nível mínimo (correspondente às condições de existência da sociedade em causa) e, dentro dos limites estabelecidos pelo progresso técnico, o crescimento da população não correria o risco de comprometer o bem-estar coletivo.

Para Malthus, que, para além de matemático, era também um pastor anglicano, tratava-se, no essencial, de uma questão de *vício* e de *virtude*. Viciosos (e, portanto, de excluir) seriam o sexo fora do casamento, o recurso ao aborto e as práticas contraceptivas. Nestas condições, apenas a decisão de adiar o casamento até estarem reunidas todas as condições económicas necessárias para criar os filhos podia ser considerada admissível como modo de limitação da fecundidade¹¹.

Segundo o seu raciocínio, se todos os noivos adiassem o seu casamento enquanto não tivessem economizado o suficiente para estabelecer um novo agregado doméstico e arcar com as despesas inerentes à formação de uma família¹², não haveria o risco de nascerem crianças para as quais não havia sido feita uma provisão económica, e o conjunto da população não correria o risco de crescer mais rapidamente que os recursos disponíveis¹³. Para ele, o *freio preventivo*, apesar de produzir os seus efeitos ao nível da população como um todo, reduzia-se, no essencial, à *prudência* com que os jovens casais encaravam o casamento e a procriação, e era, por conseguinte, uma questão de *atitudes individuais*.

O esquema maltusiano tem, por outras palavras, dois aspectos: por um lado, a existência do freio preventivo depende da existência de um determinado sistema familiar, caracterizado pela neolocalidade e por uma cultura familiar individualista¹⁴; por outro, e precisamente por causa desse contexto, a sua operação traduz-se em atitudes e decisões individuais. Para Malthus, o contexto inglês era a tal ponto um dado adquirido que ele

nunca julgou necessário aprofundar as eventuais diferenças entre esse contexto e o que observara durante as suas viagens; para ele a verdadeira questão situava-se no plano da moralidade, das atitudes e decisões individuais, e das suas consequências¹⁵. Não deve constituir motivo de surpresa, por conseguinte, que demógrafos mais recentes tenham feito de Malthus uma leitura em chave individualista, pondo a ênfase, já não tanto no conflito entre o vício e a virtude, mas nas atitudes e decisões individuais.

Adolphe Landry, por exemplo, formulando em 1909 aquilo que terá sido provavelmente a versão mais antiga da chamada teoria da transição demográfica¹⁶, descreve uma sequência de três “regimes demográficos”. No primeiro, o regime antigo ou primitivo, há uma relação estreita entre o tamanho da população e a disponibilidade de recursos. Faltando os recursos, a mortalidade encarrega-se de restabelecer o equilíbrio. No segundo, o intermédio, a adaptação da população aos recursos faz-se através da nupcialidade, com os casais a juntarem-se apenas com o consentimento do grupo e com a garantia de poderem criar os seus filhos da maneira que desejam. Por último, no regime demográfico contemporâneo, já não estando estritamente limitadas as possibilidades de sobrevivência individual, não é necessário trazer ao mundo tantas crianças para assegurar a sobrevivência do grupo. Pratica-se uma limitação generalizada dos nascimentos, e os casais estabelecem eles próprios a dimensão das suas famílias em função das suas necessidades e aspirações pessoais, para si mesmos como para os seus filhos. Esta “revolução demográfica” constitui, assim, para Landry, uma espécie de passagem do reino da necessidade (em que o homem está sujeito às forças da natureza) ao reino da liberdade (em que o homem pode atingir as suas aspirações pessoais), passando por uma fase intermédia, em que o homem, já não sujeito apenas às leis da natureza, deve apesar de tudo subordinar os seus projetos aos interesses do grupo. Esta passagem do domínio da natureza

ao domínio do grupo, e deste ao do individualismo desenfreado, não está, para Landry, isenta de riscos, nomeadamente porque pode dar origem – como, de resto, muitos chegaram a temer em França – à diminuição da população do país.

A partir da década de 1920, outros autores voltaram a debruçar-se sobre o que veio a ser designado como a “transição demográfica”. Se, para Landry, como vimos, o processo de modernização demográfica compreendia três fases, em que os comportamentos demográficos eram determinados, respectivamente, pela natureza, pelos grupos sociais, e pelos indivíduos, e em que a passagem de uma a outra fase tinha sido determinada pelo crescente domínio do homem sobre a natureza, para os teóricos da transição demográfica o processo teria sido ainda mais simples e linear. Antes da transição, a mortalidade e a fecundidade ter-se-iam ambas situado a níveis muito elevados, que exprimiam o domínio precário do homem sobre a natureza. A transição, provocada e estimulada pela redução da mortalidade, terá refletido o crescente domínio do homem sobre o seu destino, controlando, primeiro, a mortalidade e, por fim, a sua própria capacidade reprodutiva.

De acordo com a formulação clássica de Coale¹⁷, que sintomaticamente punha mais ênfase nas características gerais do processo do que nos diferentes contextos sociais e históricos onde este se verificou, são necessárias três condições para que seja possível um declínio significativo da fecundidade matrimonial: (a) a fecundidade tem que situar-se, para os casais, “no âmbito do cálculo da decisão consciente”; (b) “a percepção das circunstâncias sociais e económicas tem que fazer com que uma fecundidade reduzida lhes pareça vantajosa”; e (c) “técnicas eficazes de redução da fecundidade têm que estar disponíveis”. Do ponto de vista do casal, por conseguinte, a transição seria o resultado de mudanças de (a) atitudes, (b) motivações, e (c) acesso a meios de limitação da natalidade. Uma vez que esta terceira condição, pertinente nos países do Terceiro

Mundo contemporâneo, não se colocava na altura em que se iniciou a transição na Europa (quando os únicos meios disponíveis eram a abstinência, o *coitus interruptus* e o aborto), a explicação reduz-se a mudanças de atitudes e motivações e – por derivação – a fatores socioeconômicos que poderiam ter estado na origem de tais mudanças¹⁸.

Em última análise, portanto, a transição demográfica terá sido a manifestação de um processo de *modernização* que libertou o homem dos constrangimentos que lhe eram impostos pelo fraco desenvolvimento tecnológico, permitindo a manifestação da sua racionalidade individual e uma livre escolha de acordo com as suas preferências¹⁹.

Se compararmos os pressupostos individualistas destas análises com as formulações iniciais de Malthus, poderemos ver até que ponto a ênfase no indivíduo abstrato é empobrecedora²⁰. Apesar do individualismo moralista subjacente a todo o seu discurso, que refletia os seus valores e a sua cultura, e apesar de o contexto social do funcionamento do freio preventivo ser, para ele, um dado adquirido, encontramos em Malthus uma clara percepção da importância do contexto social dos comportamentos demográficos e do fato de estes dizerem respeito à *organização social da reprodução*²¹. Será talvez altura de regressarmos a Malthus e de re-examinarmos a relação entre os comportamentos demográficos e os seus contextos, na Inglaterra e nos outros países abrangidos pela sua análise.

III

Apesar da sua classificação dos comportamentos demográficos individuais em termos de *virtude* e de *vício*, o objecto principal da análise de Malthus era sistêmico. Uma vez que uma natalidade incontrollada, traduzindo-se numa taxa de crescimento da população incontrolável com os recursos disponíveis, provocaria fatalmente um aumento da

mortalidade até que as taxas de crescimento da população e dos recursos disponíveis estivessem equilibradas, o problema consistia em identificar mecanismos que, controlando a natalidade de maneira direta ou indireta, fossem capazes de evitar a entrada em ação do freio positivo da mortalidade e de adequar a taxa de crescimento da população aos recursos disponíveis.

Na formulação do problema, Malthus procedeu – como matemático que era – por dedução, e a primeira edição do seu ensaio, de 1798, consiste em grande parte, como se disse, numa exposição deste aspecto central da organização social da reprodução. Na sua procura de uma solução para o problema, Malthus apoiou-se na observação empírica, servindo-se quer da cada vez mais abundante literatura de viagens, quer das minuciosas observações, feitas durante as suas próprias viagens – à Noruega, Suécia, Finlândia, Rússia, França e Suíça – após a publicação da primeira edição. Cada uma das cinco edições que se sucederam entre 1803 e 1826, todas elas muito mais extensas que a primeira, incorporava material adicional, destinado, no essencial, a documentar, em diferentes épocas e zonas do mundo, a operação do freio positivo e do freio preventivo.

Simplificando, pode dizer-se que, para Malthus, alguma forma de freio preventivo limitava o crescimento da população na Inglaterra e em parte da Europa ocidental²², enquanto que, em épocas anteriores e no resto do mundo, o que predominava era o freio positivo da mortalidade.

No caso da Inglaterra, como vimos, o funcionamento do sistema familiar no contexto de uma economia dominada pelos mecanismos de mercado traduzia-se na existência de uma relação positiva entre o nível dos salários reais e a nupcialidade e – na ausência de qualquer forma de limitação dos nascimentos no interior do casamento – entre esta e a fecundidade.

Na Noruega, para citar outro exemplo analisado por Malthus, havia na maior parte das explorações agrícolas um número limitado de lugares

para trabalhadores casados, cada um dos quais ocupava uma casa cedida pelo proprietário; a generalidade dos trabalhadores agrícolas não podia casar antes de obter acesso a um desses lugares, o que normalmente acontecia apenas quando o ocupante da casa morria ou se retirava, o que contribuía para refrear os casamentos e limitar o crescimento da população. Apesar do mecanismo ser diferente, Malthus concluiu não haver dúvidas de que, na Noruega, “a prevalência generalizada do freio preventivo [...], conjuntamente com os obstáculos erguidos contra os casamentos precoces pelas obrigações do serviço militar, contribuíram poderosamente para colocar as classes mais baixas da Noruega numa situação mais favorável da que seria de se esperar com base na natureza do solo e do clima.”²³. Neste caso, o acesso dos trabalhadores ao casamento e à procriação legítima dependia, não do nível dos salários reais, como na Inglaterra, mas da mortalidade da geração anterior; e se, deste modo, o número de casados permanecesse constante de uma geração a outra, o volume da população também tenderia a permanecer estável, aumentando apenas quando uma expansão da economia o permitisse.

Em contraposição a estas situações europeias, e como que a representar um “outro” generalizado²⁴, estava o caso da China, onde o que mais chamava a atenção dos observadores europeus em finais do século XIX era a existência de uma população extraordinariamente numerosa e densa, de imensas riquezas naturais, e de uma agricultura cuidada e intensiva, juntamente com largos sectores da população a viverem na miséria, praticando o infanticídio para poderem sobreviver e sendo periodicamente dizimados por epidemias. Numa única casa, “encontra-se frequentemente uma família inteira de três gerações, com todas as suas respectivas esposas e crianças. Um quarto pequeno tem de servir para os indivíduos de cada família, dormindo em camas separadas apenas por tapetes pendurados do teto. Uma única divisão é utilizada para comerem”²⁵. A explicação, segundo Malthus, deveria procurar-se na

importância atribuída ao casamento e à produção de herdeiros para manterem o culto dos antepassados, donde a existência de pressões no sentido do casamento universal e precoce, bem como o recurso frequente ao infanticídio para apagar as consequências de uma nupcialidade irresponsável. As informações recolhidas mostram, em seu entender “até que ponto a população chinesa é uma população forçada, e a miséria que daí resulta. A população que surgiu naturalmente da fecundidade do solo e do fomento da agricultura pode ser considerada como genuína e desejável; mas tudo o que foi acrescentado pelos encorajamentos ao casamento foi não apenas, em si, um acréscimo de miséria pura, como também deu cabo da felicidade que os restantes poderiam ter gozado.”²⁶

Este “caso chinês” serve, no esquema maltusiano, para sublinhar *a contrário* as principais características do modelo inglês. A sua perspectiva de análise era explicitamente comparativa, e esta dimensão foi-se tornando cada vez mais marcada nas edições sucessivas do *Ensaio*²⁷. Para além do individualismo moralista que coloria a sua visão do mundo, a Malthus interessavam sobretudo os mecanismos através dos quais comportamentos e decisões individuais acabavam por traduzir-se na dinâmica de uma população, determinando-a. Mesmo a contraposição entre os casos inglês e chinês, aparentemente tão esquemática, sublinha até que ponto os mecanismos que regulam a dinâmica de uma população podem variar de sociedade para sociedade, refletindo fatores culturalmente específicos, como a noção de nível mínimo de bem-estar e os modelos de casamento e de família.

Durante muito tempo, contudo, esta dimensão comparativa e sociológica do pensamento maduro de Malthus atraiu menos atenção do que a discussão das suas teses iniciais – formuladas já na primeira edição do *Ensaio* – acerca da relação entre o crescimento da população, a disponibilidade de recursos e as possibilidades da superação do problema através do progresso técnico.

Foi só em meados do século XX que, a partir de preocupações distintas e de maneira mais ou menos independente, alguns historiadores-demógrafos começaram a redescobrir esta faceta sociológica e comparativa do pensamento maltusiano²⁸. Durante a década de 1960, o historiador E.A. Wrigley, baseando-se numa releitura atenta de Malthus e nos estudos de ecologia animal de Wynne-Edwards²⁹, formulou nas suas aulas em Cambridge, e depois em *Population and History* (de 1969), um modelo da interação entre o sistema demográfico e os salários reais numa economia de mercado.

Tal como na análise inicial de Malthus, Wrigley constrói o seu esquema através de um contraste entre um sistema em que a dinâmica da população é determinada pela mortalidade, ou seja, pelo freio positivo, e um sistema em que este papel regulador é desempenhado pela nupcialidade, operando como freio preventivo³⁰ (1969: 48-49 e *passim*). Nos termos do primeiro modelo, que Wrigley, no seguimento de Malthus, denomina por situação “irlandesa”, o comportamento demográfico da população – por exemplo, em relação à idade ao casamento – obedece a padrões culturais inflexíveis, sem ter em linha de conta a disponibilidade efetiva de recursos. Se, por qualquer razão, o crescimento da população se tornar superior ao dos recursos, as condições de vida deteriorar-se-ão até ao ponto em que a mortalidade começa a aumentar, acabando por estabelecer um novo equilíbrio, com condições de vida mais próximas do mínimo de subsistência. Isto constitui, para Wrigley, um *regime demográfico de alta pressão*. No caso do segundo modelo, os jovens, tal como na Inglaterra pré-industrial, ingressavam no mercado do trabalho assalariado durante a adolescência, tornando-se independentes em relação à casa paterna e deixando de ter obrigações económicas em relação a ela. A partir de então, as suas poupanças destinam-se-iam à constituição do pecúlio necessário para poderem casar e estabelecer um agregado doméstico independente³¹. Em períodos de prosperidade, quando os salários reais eram mais altos,

esse pecúlio podia ser acumulado mais rapidamente, e por mais pessoas: casava-se mais, e mais cedo. Quando, pelo contrário, a situação económica se deteriorava, os salários reais eram mais baixos e a acumulação do mesmo pecúlio seria mais lenta, havendo alguns que acabariam, por terem deixado passar a idade normal para casamentos, por permanecer celibatários. Como Malthus havia previsto, com um tal sistema o funcionamento do freio preventivo não só evitava que o crescimento da população fosse incontrolado, como adequava o mesmo à taxa de crescimento dos recursos efetivamente disponíveis para o seu sustento. Em termos demográficos, o tamanho da população refletia a relação entre natalidade e mortalidade. A natalidade era determinada por uma nupcialidade socialmente controlada, que por sua vez refletia – através dos salários reais – a relação entre a população existente e os recursos. Estes dependeriam da conjuntura económica, do andamento do comércio exterior e de quaisquer outros fatores que influenciassem as condições de vida da população, mas o equilíbrio estabelecia-se a um nível em que a disponibilidade de recursos estava ainda muito longe de atingir o seu limite, em que havia um excedente que podia ser canalizado, através da elevada propensão à poupança dos jovens adultos, para investimentos produtivos na agricultura ou nas manufaturas. A esta configuração de variáveis demográficas, sociológicas e culturais Wrigley deu o nome de *regime demográfico de baixa pressão*.

Mais influente, talvez, sobretudo em termos do impulso que deu à análise comparativa dos regimes demográficos, foi o ensaio publicado alguns anos antes pelo demógrafo britânico John Hajnal³² sobre o “modelo europeu de matrimónio” e o seu papel determinante como regulador da dinâmica dos sistemas demográficos da Europa ocidental. No final do século XIX, e aparentemente desde o século XVI, havia na Europa dois modelos de casamento distintos. A oeste de uma linha imaginária que corria de Trieste a Leningrado (hoje São Petersburgo),

homens e mulheres casavam-se bastante tarde (aos 24-25 anos, ou mais) e uma proporção considerável de cada geração permanecia definitivamente solteira. Retomando a análise de Malthus, Hajnal sublinhou como um modelo matrimonial deste tipo podia funcionar como regulador da dinâmica da população. A leste da mesma linha, pelo contrário, o casamento era precoce (antes dos 21 anos) e universal³³. O modelo de casamento tardio parecia estar associado à família restrita (nuclear ou troncal) da Europa ocidental, onde “os homens casam tarde porque [...] têm de esperar para terem de que viver”, enquanto o modelo oriental corresponderia a um sistema de família patriarcal, no qual os noivos podiam, após o casamento, ser incorporados a unidades preexistentes, sem terem – como na Europa ocidental – de se preocupar com as condições de viabilidade de um agregado doméstico independente³⁴.

Um terceiro autor que contribuiu, embora inicialmente de forma indireta, para uma releitura sociológica de Malthus foi Peter Laslett. Tendo-se interessado pelas características da vida social na Inglaterra pré-industrial, Laslett descobriu, com alguma surpresa – porque a opinião consensual era de que a família tradicional em toda a Europa tinha sido de tipo “patriarcal” – que a dimensão média do agregado doméstico na Inglaterra era reduzida e que a esmagadora maioria dos agregados correspondia ao modelo da família nuclear³⁵.

Esta descoberta veio encaixar com as discussões sobre os mecanismos sociais subjacentes ao “modelo europeu de matrimónio”. Das discussões havidas em Cambridge na primeira metade da década de 1970, nas quais participaram Peter Laslett, Richard Wall, E.A. Wrigley, Roger Schofield e John Hajnal³⁶, emergiram dois conjuntos de resultados: por um lado, começaram a ser elaborados, a partir das formulações iniciais de Malthus, modelos de diferentes tipos de *regime demográfico* no contexto europeu; por outro, deu-se início a uma tentativa de estabelecer uma tipologia regional

das estruturas familiares europeias e das suas relações com os modelos de casamento.

No seu livro de 1969, como vimos, Wrigley procurara formalizar modelos de um *regime demográfico de alta pressão*, derivado da caracterização malthusiana do caso irlandês, no qual não havia mecanismos sociais de controle do acesso ao casamento capazes de limitar o crescimento da população; e de um *regime demográfico de baixa pressão*, correspondente ao funcionamento do freio preventivo malthusiano, no qual a dinâmica da população era controlada através de mecanismos que limitavam o acesso ao casamento. O contraste, que corresponde ao espírito da primeira edição de Malthus, deriva mais da existência (ou não) desses mecanismos que da sua natureza. Entretanto, os primeiros resultados das investigações coordenadas por Laslett, bem como as cautelosas sugestões de Hajnal quanto à eventual relação entre estrutura familiar e modelo de casamento, apontavam no sentido de se procurar dar a tais modelos uma maior consistência sociológica. O primeiro resultado foi um artigo de Roger Schofield³⁷, que procurou formalizar a natureza das relações entre variáveis demográficas e o seu “ambiente” socioeconômico em quatro contextos distintos: numa economia camponesa, em que o principal meio de acesso a uma posição econômica era a herança; numa economia de mercado, em que a variável reguladora era o nível dos salários reais na agricultura; numa economia de mercado na qual existisse, para além da agricultura, um setor proto-industrial; e, por fim, numa economia de mercado aberta em que os fluxos migratórios podiam afetar a oferta de mão-de-obra e, por conseguinte, o nível dos salários reais na agricultura e/ou no setor proto-industrial³⁸.

As investigações de Laslett sobre as estruturas familiares da Inglaterra pré-industrial, por outro lado, bem como as discussões havidas com John Hajnal durante a estadia deste em Cambridge em 1974/5, deram origem à formulação daquilo que ficaria conhecido como a “hipótese Hajnal-

Laslett” quanto à existência de uma relação de *interdependência funcional* entre um sistema de família nuclear, baseado na formação neolocal dos agregados domésticos, e o casamento tardio. Nestes termos, o suporte sociológico do modelo matrimonial europeu identificado por Hajnal em 1965 seria o sistema familiar do Noroeste europeu, onde os jovens só podiam casar depois de terem obtido – através da poupança ou por herança – os meios econômicos necessários, enquanto que o modelo “não-europeu” de casamento precoce e universal, que Hajnal localizava na Europa oriental, estaria enquadrado pelas grandes famílias patriarcais, contendo várias unidades conjugais, que se supunha serem típicas dessas mesmas regiões³⁹.

Não é este o lugar indicado para repetir as muitas críticas de que foram alvo quer a hipótese de interdependência funcional, quer as tipologias regionais que dela foram derivadas⁴⁰. Interessa, sobretudo, assinalar a importância da oposição entre “Ocidente” e “Oriente” que lhes está subjacente, e o modo como esta oposição (que encontramos já delineada em Malthus) é construída quase exclusivamente a partir de um dos seus pólos – o ocidental –, o mais das vezes representado, metonimicamente, pelo caso inglês.

Quer nas formulações iniciais de Malthus, quer na reformulação de Wrigley, a noção de um regime demográfico de baixa pressão é construída a partir da especificidade do caso inglês, no qual as decisões de indivíduos autodeterminados, no contexto de uma economia de mercado, se traduzem no funcionamento de um freio preventivo ao crescimento incontrolado da população. O seu contrário, um regime de alta pressão, é caracterizado a partir da *ausência* desses mesmos traços definidores e constitui uma espécie de imagem invertida dessa representação do Ocidente, na qual fatores diversos (o vício e a miséria, ou, em chave mais sociológica, o peso da tradição, do sistema familiar e do culto dos antepassados) se traduzem na inexistência da responsabilidade individual

e na criação de condições onde apenas a mortalidade (por fome, peste e guerra, ou através do infanticídio) pode refrear o crescimento da população.

Este tipo de oposição abstrata entre Ocidente e Oriente, em que o Oriente é caracterizado etnocentricamente em termos da suposta ausência de traços tidos como definidores da sociedade ocidental, não é novo, e tem profundas raízes na história do pensamento europeu. Traduz-se numa tentativa de explicar o funcionamento das sociedades orientais, ou as diferenças entre estas e a ocidental, em termos dos fatores julgados mais importantes no funcionamento desta última. Neste caso, se o controle da dinâmica populacional no ocidente, e a baixa mortalidade, são atribuídos aos mecanismos que regulam o acesso ao casamento, o crescimento incontrolado da população chinesa, e a sua elevada mortalidade, deveriam ser atribuíveis à falta de tais mecanismos.

Já vimos como na caracterização do caso chinês por parte de Malthus as informações de que dispunha foram interpretadas à luz da explicação que ele propunha para a dinâmica da população inglesa, e como, mais recentemente, mecanismos análogos foram aduzidos pelos autores que se debruçaram sobre a diferença entre regimes demográficos de baixa e de alta pressão ou sobre a especificidade do modelo europeu ocidental de família e casamento⁴¹. Mas cabe perguntar até que ponto uma caracterização do “Oriente” em termos de um modelo especificamente ocidental não correrá o risco de ignorar, ou de deturpar, o sentido de mecanismos especificamente orientais, ou que não têm equivalente no contexto ocidental.

Estudos mais recentes mostraram que toda a tradição maltusiana, desde as sucessivas edições do *Ensaio* de Malthus até os trabalhos mais recentes dos demógrafos-historiadores de Cambridge, tem vindo a manter em vida uma visão profundamente deturpada da história da população chinesa⁴². Para Malthus, como vimos, o que mais chamava a atenção era a

densidade da população chinesa e o caráter aparentemente incontrolado do seu crescimento, a elevada mortalidade, e a ausência de mecanismos de controle do acesso ao matrimônio. Interpretadas à luz da lógica do regime demográfico europeu ocidental, tais características traduzir-se-iam num sistema à deriva, em que o excedente de população era regularmente ceifado pela mortalidade. Mas o que estes estudos mais recentes começaram a revelar era, em primeiro lugar, o caráter parcial e incompleto, e por vezes errôneo, da informação em que se baseavam as interpretações ocidentais; e, em segundo, a existência de outros mecanismos, sem correspondência nas sociedades ocidentais, que constituíam um modo alternativo – ou seja, em que a nupcialidade *não* desempenhava um papel central – de regulação da dinâmica da população.

É verdade que, na altura em que Malthus compôs as edições sucessivas do seu *Ensaio*, a população chinesa tinha estado, após vários séculos de crescimento moderado, a aumentar rapidamente desde há cerca de um século. Estima-se que em 1700 a população rondaria os 160 milhões e que um século mais tarde já atingia os 350 milhões⁴³. Mas a impressão que se tinha na Europa de que a mortalidade na China fosse muito elevada parece ter sido ilusória: durante o século XVIII, a esperança de vida à nascença terá rondado os 30 anos, um valor comparável ao de muitas zonas da Europa à mesma época, e ao longo dos últimos três séculos não parece ter ocorrido um aumento significativo da mortalidade ou da frequência das crises demográficas. Antes pelo contrário, e dando razão mais a Ester Boserup que a Malthus, o aumento da densidade da população terá induzido um progresso técnico significativo, que permitiu um aumento aproximadamente proporcional da produção agrícola.⁴⁴

Por trás desta evolução surpreendente – se atendermos aos pressupostos e temores maltusianos – estava o funcionamento de um regime demográfico específico que assegurava uma medida significativa de

controle sobre a dinâmica da população. Este sistema tinha quatro características principais.

Ao contrário do que supunha e previa Malthus, não era através de um nível muito baixo da esperança de vida da generalidade da população, ou através de fomes e carestias, que se dava a incidência da mortalidade. Na China, o próprio freio positivo era socialmente controlado, e assumia a forma, quase desconhecida na Europa, do infanticídio seletivo, sobretudo feminino. O infanticídio masculino era raro, mas em determinadas regiões e épocas o infanticídio podia atingir até 40% dos nascimentos femininos. Em compensação, as filhas que à nascença eram poupadas passavam a ser objecto de atenção especial em termos de alimentação e outros cuidados, com níveis de mortalidade significativamente mais baixos que os dos meninos.

Esta atenção especial relacionava-se com a segunda característica principal deste regime demográfico, que era um resultado direto da primeira. O infanticídio seletivo introduzia uma distorção muito marcada na relação de masculinidade, que desequilibrava por completo o mercado matrimonial. Consequentemente, o acesso ao matrimónio de homens e mulheres era altamente diferenciado. Tal como descrito por Malthus, o matrimónio feminino era precoce e universal. Mas face ao desequilíbrio do mercado matrimonial, que tornava as mulheres escassas e valiosas, o acesso dos homens ao matrimónio era restrito e socialmente controlado. Tal como na Europa ocidental, os homens casavam-se tarde, e um número muito significativo via-se condenado ao celibato⁴⁵. Havia, assim, na China tradicional, duas pautas independentes e diferenciadas de nupcialidade⁴⁶.

Apesar de a população feminina ser proporcionalmente menos numerosa, com uma nupcialidade feminina intensa o nível da fecundidade geral dependia crucialmente do nível da fecundidade matrimonial. E a terceira característica saliente do regime demográfico chinês era, justamente, o nível relativamente baixo da fecundidade matrimonial.

Enquanto que na Europa ocidental os intervalos protogenésicos eram em geral curtos, havendo em algumas sociedades, como a inglesa, uma proporção muito significativa de concepções pré-matrimoniais, na China tradicionalmente as relações sexuais só tinham início algum tempo após o casamento, cessavam significativamente antes do fim do período fértil da mulher, e eram, no intervalo, relativamente infrequentes. Apesar da baixa idade média das mulheres ao casamento, a taxa de fecundidade matrimonial (TMFR), que na Europa ocidental variava entre 7.5 e 9.0, situava-se normalmente, na China tradicional, abaixo de 6.0.

Por último, e a refletir a elevada importância atribuída na China à continuidade da linhagem e à produção de herdeiros para manterem o culto dos antepassados, a sociedade chinesa desenvolveu um conjunto de práticas – entre as quais a mais significativa era, sem dúvida, a circulação de herdeiros excedentários entre linhagens através da adoção – destinadas a conciliar as restrições à reprodução biológica da população com a necessidade, culturalmente definida, de assegurar a continuidade de todas as linhagens.

Segundo Lee e Wang, estas quatro características principais definem, em conjunto, um modelo demográfico no qual cada linhagem podia controlar a sua reprodução através da prática seletiva do infanticídio, do celibato masculino, do controle da atividade sexual no interior do casamento, e do parentesco fictício, e no qual havia várias formas possíveis de reação a situações de crise coletiva.

Como salientam esses autores⁴⁷, o sistema chinês permitia uma multiplicidade de escolhas, não apenas no domínio da nupcialidade – como no modelo maltusiano – mas em relação a outras variáveis também, e isto em função de circunstâncias e objetivos quer individuais, quer coletivos, refletindo duas características fundamentais da herança histórica chinesa: o papel do culto patrilinear dos antepassados, e a importância da burocracia estatal e de objetivos coletivos na organização da vida privada.

A análise da sociedade chinesa à luz de pressupostos individualistas só podia levar, como levou, a uma visão distorcida da realidade.

IV

Escrevendo em 1981 sobre o futuro da história da população, E. A. Wrigley delineou uma perspectiva abrangente: “Para que o estudo histórico da população possa vir a ocupar um espaço intelectual próprio no âmbito da ciência histórica não será suficiente promover uma vaga crescente de estudos sobre os comportamentos demográficos no passado. Será também preciso elaborar, de maneira complementar, conceitos estruturantes que estabeleçam conexões entre as características da população e o seu contexto socioeconômico e que tenham em devida conta a sua interação mútua”⁴⁸.

O conceito de *regime demográfico*, que, como vimos, está estreitamente associado às perspectivas neo-maltusianas que têm vindo, nos últimos quarenta anos, a ser desenvolvidas por Wrigley e seus colegas em Cambridge, é um bom exemplo desse tipo de conceito estruturante. Foi utilizado, inicialmente, para designar, com os termos *regime demográfico de alta* (ou de *baixa*) *pressão*, situações em que o mecanismo predominante de regulação da dinâmica populacional fosse, respectivamente, o *freio positivo* da mortalidade ou o *freio preventivo* do controle sobre o acesso ao matrimónio⁴⁹. Posteriormente, o conceito tem vindo também a ser utilizado⁵⁰ para designar modelos específicos, geralmente de carácter regional, de interação entre variáveis demográficas e socioeconômicas, e, em particular, para decifrar e explicitar as conexões entre crescimento populacional, controle da nupcialidade e o contexto econômico e social⁵¹.

Nestes termos, e exceto no caso limite do “modelo chinês” imaginado por Malthus – que corresponderia, se alguma vez tivesse existido na sua

forma pura, a uma situação de reprodução biológica não controlada socialmente – qualquer regime demográfico, de alta ou de baixa pressão que seja, pressupõe um modelo específico de relações sociais. Na sua forma mais completa, o conceito de regime demográfico descreve nada menos do que três conjuntos de mecanismos mediante os quais se estabelece e se mantém um equilíbrio demográfico:

- os mecanismos específicos de controle demográfico (a mortalidade, a nupcialidade, uma combinação de ambas, ou o controle direto da fecundidade matrimonial);

- os arranjos familiares subjacentes às pautas de nupcialidade (regras e convenções quanto à formação, perpetuação e dissolução dos agregados domésticos); e

- as relações e instituições sociais mais amplas – mercados, regimes de acesso à terra, práticas de herança, possibilidades de emigração temporária ou permanente, etc. – subjacentes ao funcionamento do sistema familiar e que se reproduzem, ao mesmo tempo que os indivíduos e as famílias, mediante um processo socialmente regulado⁵².

Implícito no esquema de Malthus, como pressuposto institucional, estava o contexto socioeconômico e cultural da Inglaterra do seu tempo, a oposição entre regimes demográficos de baixa e de alta pressão traduzindo-se no contraste entre uma visão estilizada (ou idealizada) da sociedade inglesa e o seu contrário imaginado. Como vimos, esta contraposição abstrata continuou, até há bem pouco tempo, a influenciar a percepção ocidental da demografia chinesa⁵³. Um conceito estruturante de regime demográfico que pudesse servir para organizar análises comparativas teria, obviamente, que evitar a tentação etnocêntrica de se utilizar como ponto de partida um modelo ocidental das relações entre o individual e o social⁵⁴, devendo, antes, ser construído a partir de processos sociais tanto quanto possível de caráter universal.

Uma solução seria a de se partir de um processo – como o de *reprodução social* – que fosse, logo de início, definido em termos que assegurassem a sua universalidade e aplicabilidade em contextos culturais e históricos diversificados, decompondo-o, em seguida, num conjunto de elementos constitutivos que pudessem, pela sua própria generalidade, servir para definir os termos de uma análise comparada⁵⁵. A reprodução biológica de uma população humana é sempre um processo socialmente organizado, mas o modo específico como este processo se organiza, e em particular as instituições através das quais se impõe algum tipo de coerência ao comportamento reprodutivo dos indivíduos, pode variar de uma sociedade a outra.

Haveria, neste contexto, em primeiro lugar, que distinguir três características fundamentais do processo de reprodução social em qualquer sociedade: o *nível institucional* a que a reprodução se organiza como processo social coerente; o *contexto econômico* que lhe serve de suporte; e os *princípios organizativos de reprodução* através dos quais os recursos (materiais e simbólicos) se transmitem de geração em geração.

Em segundo lugar, haveria que considerar, em cada caso, o *modo de adequação entre os aspectos biológicos e sociais do processo de reprodução* e, em particular, a forma como são levados em linha de conta os efeitos do que se chamou *lotaria demográfica* – do fato de, em condições de fecundidade não controlada, as variações na dimensão da família poderem influenciar, ou mesmo comprometer, a transmissão de posições sociais e recursos materiais de uma geração a outra⁵⁶.

E, finalmente, haveria que examinar como as diferentes situações que resultam da conjugação destes três elementos configuram outros tantos *modos de reprodução da unidade social primária*⁵⁷, a cada um dos quais, por sua vez, podem corresponder um ou mais *tipos de família*.

Alguns exemplos permitem ilustrar a utilização comparativa deste quadro conceptual.

A sociedade rural inglesa, que serviu como ponto de partida para as análises de Malthus, apresentava-se, na altura, como um caso muito atípico dentro do contexto europeu. A reprodução social, organizada ao nível da pessoa individual e submetida à lógica do mercado impessoal, era sobretudo uma questão de comportamentos e decisões individuais. Embora se trate, tal como o mercado competitivo da teoria económica, de uma situação-limite, em determinados contextos o grau de submissão das relações sociais à lógica do mercado faz do indivíduo o *lugar de produção do sentido da ação social* (na qual se incluem, obviamente, os comportamentos reprodutivos), e as oportunidades de cada um dependem menos do grupo a que pertence ou da sua origem social que das suas capacidades pessoais e ação no mercado⁵⁸. Nestas condições, é o mercado que se encarrega da distribuição de recursos entre indivíduos, e de indivíduos entre posições sociais. O fato de todos terem as suas oportunidades sociais e económicas determinadas pela sua posição e ação no mercado, e não pela sua origem social, elimina a necessidade de outros mecanismos de ajuste. A forma característica da unidade doméstica é a que corresponde à família nuclear, e as condições de sua formação e reprodução traduzem-se num controle *social* sobre a nupcialidade que se apresenta, ao nível das representações, como resultante de *decisões individuais*⁵⁹. Trata-se, como já se disse, de uma situação excepcional e, por conseguinte, pouco indicada como ponto de partida para análises comparativas.

Bastante semelhante a este modelo inglês, ao ponto de ser frequentemente confundido com ele, é o caso do que poderíamos chamar *modelo familiar neolocal da Europa continental*, que pode ser encontrado em muitas regiões europeias, sobretudo nas mediterrânicas. Neste caso, a reprodução social é organizada ao nível da *unidade social primária*, através da *transmissão (ou devolução⁶⁰) de património*. Essa transmissão obedece a uma *lógica de descendência*, em que todos os herdeiros são contemplados de maneira igualitária⁶¹, e dá origem a novas unidades de *tipo nuclear*. Uma vez

que cada uma dessas unidades é criada com base em quatro parcelas de património, cuja transmissão ocorre à morte dos dois pais do marido e da mulher, esse processo dá-se no contexto de uma rede de solidariedade e entreaajuda com base no parentesco⁶². Apesar de aparentemente individualista, na realidade este sistema não o é, e as decisões a respeito do acesso de cada filho ao casamento são tomadas em função dos interesses do grupo – ou seja, da unidade social primária⁶³. As formas específicas assumidas neste contexto pelo *freio preventivo* maltusiano são variadas, e poderão refletir a importância relativa, na economia de cada unidade doméstica, do património próprio, de meios de produção arrendados, e do trabalho assalariado. Sistemas deste mesmo tipo, embora com características próprias, têm sido identificados em diferentes zonas de Europa. Assim, se na Espanha este sistema se traduz (em comparação com padrões do Norte da Europa) em idades relativamente baixas de acesso ao casamento para homens e mulheres, sistemas aparentemente idênticos em termos morfológicos traduzem-se, nas zonas latifundiárias da Sicília e em partes da Grécia, em idades ao casamento muito mais baixas para as mulheres. Nestes casos, as mulheres tipicamente não trabalham nos campos, e o pai e irmãos dedicam-se em primeiro lugar – através do produto da própria exploração agrícola e, eventualmente, do trabalho assalariado – a reunir um dote para as filhas e irmãs, e só quando estas tiverem sido colocadas começam a preparar o casamento dos filhos e irmãos. Aqui, o casamento feminino é muito precoce em termos europeus (18-21 anos), o dos homens muito mais tardio⁶⁴. Outra variante, ainda, é a que encontramos na Sardenha, onde as filhas não recebem dote, participam ativamente nos trabalhos da exploração agrícola ou agro-pastoril, têm um estatuto muito mais igualitário (esta não é, ao contrário da Sicília e de boa parte do Sul de Itália, uma cultura machista de ‘honra e vergonha’), e casam, como os homens, a idades relativamente tardias⁶⁵.

Em todas estas variantes a conjuntura económica incide sobre a nupcialidade, mas os mecanismos específicos podem ser variáveis.

Num sistema em que, à semelhança do anterior, *a reprodução é organizada ao nível da unidade social primária* – neste caso, da “casa” – através da *devolução de património*, mas onde essa devolução se processa através de uma *lógica de sucessão e não de descendência*, as coisas passam-se de maneira bastante diferente. Neste tipo de sistema, que encontramos em várias zonas da Europa, mas tipicamente à volta dos Pireneus e em parte da Europa central, o objetivo é assegurar a continuidade da unidade social primária, ou casa, encontrando quem substitua o pai no seu papel (socioeconómico) de chefia. Isto faz-se designando um dos filhos, geralmente o primogénito, como herdeiro e sucessor, e dando uma das filhas como mulher para o herdeiro de outra unidade social primária. Na sua forma pura, o sistema só pode funcionar bem se cada casal tiver um filho e uma filha. Havendo filhos a mais (ou a menos), as coisas complicam-se e, por esta razão, este tipo de sistema raramente funciona de forma isolada. Na aldeia pirenaica de Montailou, nos séculos XIII-XIV⁶⁶, os filhos excedentários iam para pastores nas montanhas, e ficavam solteiros. As filhas excedentárias ficavam para tias na aldeia. No Norte de Portugal, nos séculos XVIII e XIX, os filhos excedentários eram enviados ao Brasil, de onde podiam eventualmente voltar, ricos, para casar e fundar um agregado neolocal, embrião de uma futura casa⁶⁷. Na Catalunha, onde os filhos segundos eram condenados a escolher entre ficarem na casa, como solteiros, sob a autoridade do irmão herdeiro, ou tentarem (por exemplo, com o produto do trabalho assalariado ou da emigração temporária) fundar um novo agregado neolocal, o funcionamento do sistema dava origem a dois subsistemas relativamente independentes: um, de famílias troncais baseadas na transmissão do património a um herdeiro único, o outro de famílias nucleares, cuja dinâmica era extremamente sensível à conjuntura económica. Há indicações, por exemplo, de que a transição demográfica

na Espanha terá tido início justamente no subsistema nuclear do sistema catalão, em resposta às condições da conjuntura econômica de finais do século XVIII: estas – e, em particular, o desenvolvimento de atividades proto-industriais – terão provocado um aumento súbito da nupcialidade e, a seguir, um movimento compensatório de limitação da fecundidade que aos poucos, num processo imitativo de difusão de inovações, se terá propagado às zonas circunvizinhas através dos canais de sociabilidade e de interação econômica⁶⁸. Em todos estes sistemas, que foram o ponto de partida para a elaboração dos modelos, já referidos, de Mackenroth e Dupâquier, a lógica do grupo sobrepõe-se claramente à autonomia individual, e as decisões relativas aos indivíduos dependem, como já se disse, da posição destes no interior do grupo.

Uma situação radicalmente diferente é a que corresponde a sistemas em que a reprodução social se organiza ao nível de uma unidade mais ampla, como seja uma linhagem ou – genericamente – uma comunidade. No contexto europeu, o exemplo mais conhecido é o da *žadruga* balcânica, estudada na Sérvia por Joel Halpern⁶⁹ e Eugene Hammel⁷⁰, entre outros⁷¹. Uma *žadruga* é uma espécie de grande “família patriarcal”, com o seu chefe, com todos os seus filhos e todos os seus netos, e com as mulheres dos filhos e – eventualmente – dos netos também. O casamento de algum jovem traduz-se na importação, para a *žadruga*, da sua noiva. O casamento de uma mulher traduz-se na sua transferência para a *žadruga* do marido. Os casamentos traduzem relações entre linhagens e a criação de uma força de trabalho coletiva, e dependem da autoridade da geração mais velha – em última análise, do patriarca de cada uma das linhagens envolvidas. Duas *žadrugas* demasiado pequenas podem fundir-se, uma que se torna demasiado grande pode cindir-se, e, em termos gerais, a aleatoriedade da reprodução biológica ou “lotaria demográfica” é compensada pela redistribuição de pessoas entre grupos. Em muitos casos, este tipo de sistema corresponde a situações de fronteira (com abundância de terras)

ou de pastorícia – em qualquer caso, situações onde o que conta é a capacidade de trabalho do grupo e em que o crescimento deste não é limitado pela disponibilidade de recursos (por exemplo, de terras). Apesar de este tipo de sistema, marcado pela ausência dos mecanismos de freio preventivo característicos da Inglaterra ou Europa ocidental, ter estado na origem do modelo “oriental” de Hajnal, parece evidente que se trata, não de uma situação de reprodução incontrolada, mas de um outro modo de organização social da reprodução.

Uma variante ocidental deste mesmo tipo de sistema, que serve para sublinhar os seus fundamentos socioeconômicos – no caso, a maior importância dos processos de organização do trabalho em relação a preocupações quanto à devolução de patrimônio, é o subsistema que encontramos naquelas zonas da Itália do Centro-Norte, e em particular da Toscana, onde a forma dominante de exploração da terra era a *mezzadria*⁷². Nesta forma de parceria, o proprietário celebrava um contrato (anual e renovável) com o chefe de uma família, mediante o qual este se empenhava a fornecer a força de trabalho necessária para o cultivo da exploração. Esta força de trabalho era familiar, composta pelo chefe, pelos seus filhos solteiros e casados, e pelas respectivas mulheres e crianças. A força de trabalho devia corresponder às exigências da exploração, e o agregado familiar – que, por vezes, tinha uma estrutura muito complexa – devia, por conseguinte, possuir um número equilibrado de homens, mulheres e crianças. Qualquer desequilíbrio poderia comprometer, aos olhos do proprietário, a eficiência da família enquanto unidade de trabalho e levar à não renovação do contrato. Pelas consequências que poderia ter sobre o equilíbrio entre homens e mulheres, e posteriormente, com o nascimento das crianças, sobre o número de bocas improdutivas, o casamento de qualquer dos filhos do chefe estava sujeito à autorização prévia do proprietário. Muitos contratos previam que o casamento não autorizado de um dos filhos pudesse ter como consequência a não renovação do contrato

e a expulsão da família da exploração⁷³. Nestas condições, não será de surpreender que a idade média ao casamento de membros de famílias de *mezzadri* fosse relativamente elevada. Um estudo de reconstituição demográfica⁷⁴ indica ter sido a fecundidade (e, por trás desta, a nupcialidade) a determinar, em grande parte, a dinâmica da população nestas zonas da Toscana. A importância comparativa desta conclusão deriva do fato de o sistema familiar nesta zona ser completamente diferente do inglês, mas ter igualmente funcionado como contexto para o controle social, através da nupcialidade, da dinâmica da população. Poderemos ainda admitir que a pressão dos proprietários sobre os *mezzadri* terá sido mais forte em épocas de conjuntura econômica difícil, e que esta pressão, juntamente com as dificuldades dos próprios *mezzadri*, poderá ter tido um efeito negativo sobre a nupcialidade. A confirmar-se esta hipótese, teríamos outro modelo em que a influência do sistema familiar sobre a dinâmica dos comportamentos demográficos depende, em grande parte, do conjunto de funções desempenhadas pelo agregado doméstico, mas em que a existência dessa relação não passa nem por decisões individuais nem pelo conjunto de mecanismos associados a um sistema familiar de tipo inglês.

O mesmo esquema de análise poderia ainda servir para enquadrar algumas das características mais salientes do regime demográfico chinês. Apesar de faltarem informações suficientemente detalhadas para enquadrá-lo no mesmo esquema que os outros, poderia dizer-se, na esteira de Lee e Wang, que na China o processo de reprodução se encontra organizado em parte ao nível do Estado – que intervinha (e intervém) frequentemente em assuntos relacionados com a reprodução –, em parte ao nível da linhagem, cuja continuidade patrilinear importa assegurar, em parte ao nível das famílias mais imediatas, que devem assegurar-se que o número de mulheres, e por conseguinte a proporção entre braços e bocas no interior da família, não compromete a sua própria subsistência. Cada linhagem podia, como se disse, tentar controlar a sua reprodução

intervindo sobre a mortalidade (através do infanticídio seletivo de crianças femininas e dos cuidados especiais dispensados às restantes), sobre a nupcialidade (através do celibato masculino, apesar de este – dada a escassez de mulheres – não influir muito, ao contrário do Ocidente, sobre a fecundidade), sobre a fecundidade (através do controle exercido sobre a atividade sexual no casamento) e, ainda, sobre as consequências da “lotaria demográfica”, através do parentesco fictício e da circulação de pessoas entre as linhagens.

Convém, finalmente, mencionar ainda o fato de em vários dos sistemas mencionados ter sido também praticada a limitação voluntária da fecundidade matrimonial, que a teoria da transição demográfica costuma associar à afirmação do individualismo e à primazia das decisões individuais. Se esta associação poderá eventualmente ser válida para o caso da paróquia de Colyton, na Inglaterra, onde – segundo Wrigley⁷⁵– houve no século XVII um recurso significativo à contracepção, talvez seja mais difícil dizer o mesmo a respeito da difusão da limitação de nascimentos nos séculos XVIII e XIX na França rural, em que as regiões cuja baixa de fecundidade era comentada por autores contemporâneos – que a atribuíam às consequências do *Code Napoléon* – eram justamente aquelas em que predominavam formas de família troncal, e onde a reprodução estava subordinada aos interesses da casa⁷⁶. Talvez tenham funcionado aqui mecanismos semelhantes aos que parecem ter existido na Catalunha. Na Hungria, no final do século XIX, é muito provável que se tenha verificado um recurso bastante significativo à contracepção em algumas regiões, onde os camponeses reagiram a uma conjuntura difícil adotando estruturas domésticas mais complexas, com os casais novos a residirem junto com os pais, e – segundo se dizia na região na altura – com as sogras impondo às noras a limitação, por abstinência ou *coitus interruptus*, da sua fecundidade⁷⁷. Aqui, claramente, vemos a força da subordinação do

indivíduo ao grupo, mesmo num contexto de limitação da fecundidade conjugal.

No seu livro sobre a população da China, Lee e Wang insistem que o regime demográfico chinês não se caracterizava, como tinha sido imaginado por Malthus, pela falta de controle sobre o processo de reprodução. Segundo estes autores, na China o controle era exercido ao nível do grupo, enquanto que na Inglaterra – “no Ocidente”, dizem eles – esse controle terá sido uma consequência e manifestação do individualismo. Mas o que o conjunto de exemplos aqui apresentados revela é que também esse contraste, uma espécie de perspectiva maltusiana ao contrário, não tem razão de ser. Estes exemplos representam um *campo de diferenças* estruturado a partir de conceitos gerais como a *organização social da reprodução* e dos diferentes aspectos (por exemplo, nível de integração) nos quais este pode ser decomposto analiticamente. Deste ponto de vista, o individualismo inglês não é nenhuma espécie de norma ou padrão, apenas um caso entre outros. Marx dizia que o homem não é por natureza um indivíduo isolado: é, antes, um animal social que *só se pode individualizar em sociedade*. Neste sentido, a nossa tarefa é a de procurar identificar os mecanismos sociais subjacentes a essa individualização, tal como ela se deu na Inglaterra, e tal como tem vindo a se dar em boa parte do mundo de hoje.

V

Em termos metodológicos, o recurso ao conceito de *regime demográfico* representa uma tentativa, antes de mais, de procurar a lógica de um sistema, evitando uma caracterização etnocêntrica das situações como consequência das decisões de indivíduos racionais. Desde os clássicos do século XVIII e XIX, entre os quais podemos contar Malthus, a economia tem desenvolvido modelos que incorporam uma grande medida de

dedução a partir de pressupostos individualistas. Por vezes, como vimos nos exemplos a que me referi no início desta exposição, a estilização dos fatos transforma-se em caricatura da realidade social. Este individualismo metodológico, quando aplicado à questão da relação entre população e desenvolvimento, ou mesmo no contexto de análises da transição demográfica, tem levado a resultados decepcionantes, sobretudo em relação à sua adequação a situações concretas. Será talvez altura de procurarmos desenvolver um enquadramento alternativo para as análises comparativas que continuam a ser necessárias.

Artigo recebido em março de 2014

Aprovado em abril de 2014

NOTAS

* Centro em Rede de Investigação em Antropologia/ Instituto Universitário de Lisboa. Conferência pronunciada na XVII Reunião Anual da Associação Brasileira de Estudos de População “População e Desenvolvimento: decifrando conexões”. Caxambu, 20-24 setembro 2010.

¹ BOSERUP, Ester. *The Conditions of Agricultural Growth: the Economics of Agrarian Change under Population Pressure*, Allen and Unwin, London, 1965.

² A melhor e mais completa edição moderna das obras de Malthus é a de Wrigley e Souden (WRIGLEY, E. A e D. SOUDEN (Orgs), *The Works of Thomas Robert Malthus*, W. Pickering, London, 1986, 8 vols), que inclui, nos primeiros três volumes, a 1ª edição (1798) e a 6ª (1826) do *Essay on the Principle of Population*, bem como uma indicação das alterações introduzidas entre a 2ª edição (1803) e a 6ª. Para facilitar a consulta, contudo, preferi indicar, nas citações do *Ensaio* de Malthus, as subdivisões do texto original.

³ Para uma comparação sistemática das características formais das análises de Malthus e de Boserup cf. LEE, Ronald. ‘Malthus and Boserup: a dynamic synthesis’, em Coleman e Schofield (Orgs), 1986, 96-130.

⁴ Para uma excelente visão de conjunto das discussões em curso nessa época, cf. F. H. HAHN e R. C. O. MATTHEWS, 'The Theory of Economic Growth: a Survey', *The Economic Journal*, LXXIV (1964), 779-902. Era frequente ouvirem-se queixas de que esse tipo de abordagem pouco ou nada tinha a ver com os problemas do desenvolvimento na vida real.

⁵ HARROD, R. F. *Towards a Dynamic Economics*, Macmillan, London, 1948; SOLOW, R. M. 'A Contribution to the Theory of Economic Growth', *The Quarterly Journal of Economics* LXX/1, (1956), 65-94.

⁶ ROMER, P. 'Increasing returns and long-term growth', *Journal of Political Economy*, XCIV, (1986), 1002-1037; ROMER, P. 'Endogenous technological change', *Journal of Political Economy*, XCVIII, (1990), S71-S102; ROMER, P. 'The Origins of endogenous growth', *Journal of Economic Perspectives*, VIII, 1994, 3-22.

⁷ GALOR, Oded e David N. WEIL, 'Population, Technology and Growth: From Malthusian Stagnation to the Demographic Transition and Beyond', *American Economic Review*, XC, (2000); Oded GALOR, 'The Demographic Transition and the Emergence of Sustained Economic Growth', *Journal of the European Economic Association*, III, (2005a); GALOR, Oded. 'From Stagnation to Growth: unified growth theory', em P. Aghion e S. Durlauf (Orgs), *Handbook of Economic Growth*, vol. 1A, North-Holland, Amsterdam, 2005b.

⁸ Segundo Galor (2005b: 229), "a crescente importância do capital humano no processo de produção levou as famílias a aumentarem o investimento no capital humano dos seus filhos, o que acabou por resultar no início da transição demográfica."

⁹ STRULIK, Holger e WEISDORF, Jacob. 'The Simplest Unified Growth Theory', Leibniz Universität Hannover, Discussion Paper N° 375, 2007.

¹⁰ KALDOR, Nicholas. 'Capital Accumulation and Economic Growth', em F. A. Lutz e D. C. Hague, (Orgs), *The Theory of capital*, Macmillan, London, 1961, 177-222.

¹¹ Na França, e em alguns outros países, tornou-se frequente, a partir do século XIX, designar como "maltusiana" a prática da contraceção, o que não pode deixar de considerar-se, à luz do pensamento e dos pressupostos de Malthus, como um contrasenso. Mesmo o termo "neo-maltusiano" é discutível, porque escamoteia a sua condenação explícita da contraceção. O mesmo poderá dizer-se da utilização do termo "pré-maltusiano" para descrever populações que (ainda) não praticavam a contraceção.

¹² O sistema familiar na Inglaterra era um sistema *neolocal*, em que os noivos, ao casarem-se, fundavam um *novo* agregado doméstico. Apesar de ter feito várias viagens pela Europa à procura de material comparativo para as sucessivas edições do seu *Ensaio*, e de ter analisado outras formas de restrição ao casamento, o ponto de partida para as reflexões de Malthus foram sempre as formas de acesso ao matrimónio que vigoravam na sociedade inglesa do seu tempo.

¹³ Um decréscimo no nível dos salários reais traduzir-se-ia numa redução da nupcialidade e, por conseguinte, da fecundidade. Inversamente, um aumento no nível dos salários e dos recursos disponíveis para cada casal levaria à antecipação dos casamentos e a um aumento da fecundidade.

¹⁴ SCHOFIELD, Roger. 'Family structure, demographic behavior, and economic growth', em J. Walter e R. Schofield (Orgs), *Famine, disease and the social order in early modern society*, Cambridge University Press, Cambridge, 1989, 291-2.

¹⁵ Em relação à Irlanda, por exemplo, Malthus afirmou que “o emprego em grande escala da batata permitiu um grande aumento [da população] durante o século passado. Mas o pouco custo desta raiz nutritiva, e a quantidade diminuta de terra que, com este tipo de cultura, é capaz em anos normais de produzir alimento suficiente para uma família, juntamente com a ignorância e o estado deprimido do povo, que os levou a fazer o que queriam sem outro horizonte que a mera subsistência imediata, encorajaram os casamentos a tal ponto, que a população cresceu muito além do que a indústria e os recursos atuais do país permitiriam; com a consequência, naturalmente, de que as classes mais baixas se encontram no estado mais empobrecido e miserável. Os limites à população são, evidentemente, principalmente do tipo positivo, e resultam das doenças provocadas pela pobreza esquelética, pelas cabanas úmidas e miseráveis, por vestirem-se mal e com roupa insuficiente, e pelas fomes periódicas”. Ver Robert MALTHUS, *An Essay on the Principle of Population*, J. Johnson, London, 1798. (6th edition, 1826, II.10.38).

¹⁶ LANDRY, A. 'Les trois théories de la population', *Revue Scientia*, 1909. Este texto foi posteriormente retomado e desenvolvido em LANDRY, A. *La Révolution démographique*, Sirey, Paris, 1934. Ver GIRARD, Alain. 'Adolphe Landry et la démographie', *Revue Française de Sociologie*, XXIII/1, 1982.

¹⁷ COALE, A. J. 'The Demographic Transition Reconsidered', *International Population Conference, Liège*, I, Ordina, Liège, 1973.

¹⁸ Não será o caso, aqui, de passar em revista as tentativas de identificação de tais fatores. Para uma visão de conjunto dos resultados – de resto, bastante decepcionantes – do grande projeto de Princeton sobre a transição na Europa, cf. COALE, A. e WATKINS, S. (Orgs), *The Decline of Fertility in Europe*, Princeton University Press, Princeton, 1986.

¹⁹ Para uma discussão crítica da gênese e evolução da teoria da transição demográfica, ver sobretudo SZRETER, Simon. 'The Idea of demographic transition and the study of fertility change: a critical intellectual history', *Population and Development Review*, XIX/4, 1993 e SZOŁTYSEK, M. 'Science without Laws? Model Building, Micro Histories and the Fate of the Theory of Fertility Decline', *Historical Social Research*, XXXII/2, 10-41, 2007. Ver também a tentativa de Watkins de recentrar a análise nos mecanismos sociais e políticos que poderiam ter influenciado a difusão de práticas de limitação da fecundidade, por oposição às análises centradas “nas decisões de indivíduos isolados nos seus quartos de dormir”, ou seja, em atitudes e emoções (WATKINS, S. *From Provinces into Nations. Demographic Integration in Western Europe 1870-1960*, Princeton University Press, Princeton, 1991, p. 67).

²⁰ Não é este o lugar para examinarmos as implicações teóricas do individualismo metodológico. Para uma excelente discussão recente, ver PIZZORNO, A. *Il velo della diversità. Studi su razionalità e riconoscimento*, Feltrinelli, Torino, 2007.

²¹ WRIGLEY, E. A. 'Elegance and Experience: Malthus at the Bar of History', em Coleman e Schofield, 1986.

²² "[...] Na Irlanda, em Espanha e muitos países de clima mais meridional, o povo está em um estado tão degradado que propagam a espécie sem pensar nas consequências [...]. A miséria, em todas as suas diferentes formas, constituirá a forma predominante de freio contra o seu aumento" (Robert MALTHUS, *An Essay on the Principle of Population*, 1826: IV.VIII.25).

²³ Idem, 1826: II.I.13.

²⁴ Note-se que, em relação à China, Malthus adota uma posição mais analítica, e menos moralista, do que em relação à Irlanda ou à Espanha (Idem, 1826: I.XII. 1-38).

²⁵ Idem, (1826: I. XII.4).

²⁶ Idem, 1826: I. XII.4.

²⁷ WRIGLEY, E. A. 'Malthus: un modèle économique pré-industriel', em A. Fauve-Chamoux (Org), *Malthus hier et aujourd'hui*, C.N.R.S., Paris, 1984.

²⁸ Entre estes, convém referir Gerhard Mackenroth (Gerhard MACKENROTH, *Bevölkerungslehre*, Springer, Berlin, 1953), que elaborou um modelo de sociedade camponesa onde o acesso ao matrimónio era determinado pela sucessão à direção de uma exploração agrícola ou outra *posição* econômica; Göran Ohlin (Göran OHLIN, 'Mortality, Marriage and Growth in Pre-industrial Populations', *Population Studies*, XIV/3, 1961), que estudou o papel da nupcialidade como variável reguladora; e Jacques Dupâquier (Jacques DUPÂQUIER, 'De l'animal à l'homme: le mécanisme autorégulateur des populations traditionnelles', *Revue de l'Institut de Sociologie* 2, 1972), cujo modelo de "sistema demográfico de antigo regime", em muitos aspectos, se apresenta como síntese das análises anteriores do funcionamento de uma economia (camponesa ou artesanal) na qual o número de posições econômicas é limitado e o acesso ao casamento e à procriação legítima está condicionado à obtenção (por sucessão ou outra via) a uma dessas posições.

²⁹ WYNNE-EDWARDS, V. C. *Animal Dispersion in Relation to Social Behaviour*, Oliver and Boyd, London, 1962.

³⁰ WRIGLEY, E. A. *Population and History*, Weidenfeld and Nicolson, London, 1969, p. 48-49 e *passim*.

³¹ Os criados de lavoura, na Inglaterra pré-industrial, residiam na exploração agrícola onde trabalhavam, sendo-lhes descontado do salário o custo da sua alimentação. O restante, que lhes era normalmente pago no final, ou na altura da renovação, do seu contrato anual, podia assim ser destinado ao estabelecimento do novo agregado doméstico. A época da renovação dos contratos, a festa de Michaelmas no início do Outono, era também a época dos casamentos nos meios rurais. Ver KUSSMAUL, A. *Servants in husbandry in early modern England*, Cambridge University Press, Cambridge, 1981; KUSSMAUL, A. 'Time and Space, Hoofs and Grain: the seasonality of marriage in England', em R.I. Rotberg e T.K. Rabb, *Population and Economy. Population and History from the Traditional to the Modern World*, Cambridge University Press, Cambridge, 1986.

³² HAJNAL, J. 'European Marriage Patterns in Perspective', em D.V. Glass e D.E.C. Eversley (Orgs), *Population in History*, Edward Arnold, London, 1965.

³³ Havia indicações de que na Europa meridional o modelo era em alguns aspectos parecido com o da Europa oriental.

³⁴ Idem. p. 133.

³⁵ LASLETT, P. e WALL, R (Orgs), *Household and Family in Past Time*, Cambridge University Press, Cambridge, 1972.

³⁶ Laslett, Wall, Wrigley eram todos membros do Cambridge Group for the History of Population and Social Structure, fundado em 1964; Hajnal, da London School of Economics, passou um período de licença sabática em Cambridge em 1974-75.

³⁷ Roger SCHOFIELD, 'The Relationship between demographic structure and environment in pre-industrial western Europe', em W. Conze (Org), *Sozialgeschichte der Familie in der Neuzeit Europas*, Ernst Klett, Stuttgart, 1976.

³⁸ O ponto de partida para a reflexão de Schofield – inicialmente apresentada num colóquio na Alemanha em 1975 – foi o já referido modelo de Mackenroth, o qual tem a sua origem na caracterização feita por Malthus da operação do freio preventivo numa economia camponesa. Em certo sentido, pode dizer-se que os restantes modelos apresentados por Schofield correspondem a uma tentativa de explicitar os pressupostos implícitos da discussão malthusiana do caso inglês. Mais do que um esboço de análise *comparativa* das diferentes modalidades de freio preventivo, o ensaio de Schofield – inserido no programa de pesquisa do Cambridge Group sobre a história da população inglesa entre os séculos XVI e XIX – constitui uma tentativa de apresentar e aprofundar o caso inglês como tipo ideal, suscetível de ser comparado com o tipo ideal de um *regime demográfico de alta pressão* (Irlanda, China, etc.) em que a dinâmica da população fosse controlada pelo freio positivo da mortalidade. Neste sentido, corresponde à formalização sociológica do modelo de *regime de baixa pressão* apresentado por Wrigley em 1969 (*Population and History*, London, Weidenfeld and Nicolson, 1969). Foi só num texto mais recente (1989) que Schofield viria a ensaiar uma análise realmente comparativa dos regimes demográficos da Europa ocidental. Ver SCHOFIELD, Roger. 'Family structure, demographic behavior, and economic growth'.

³⁹ LASLETT, P. 'Characteristics of the Western Family considered over Time', em *Family Life and Illicit Love in Past Generations: Essays in Historical Sociology*, Cambridge University Press, Cambridge, 1977; LASLETT, P. 'Family and Household as Work Group and Kin Group: Areas of traditional Europe Compared', em Wall, Robin e Laslett (Orgs), 1983; HAJNAL, J. 'Two kinds of pre-industrial household formation system', *Population and Development Review*, VIII/3 (1982). Na formulação inicial laslettiana (1972), as famílias troncais de algumas zonas da Europa continental eram consideradas como *complexas* e contrastadas com o modelo neolocal inglês. Para Hajnal, mais sensível à problemática malthusiana, a família nuclear e a família troncal seriam duas variantes de um mesmo tipo, em que o casamento dependia do acesso à chefia de uma unidade doméstica. Esta ambiguidade está refletida na indefinição geográfica das tipologias regionais propostas pelos dois autores, que em qualquer dos casos têm como dimensão principal o contraste entre uma Europa "ocidental" (de contornos incertos) e um "Oriente" europeu e extra-europeu.

⁴⁰ Ver os textos a seguir e a bibliografia ali citada. ROWLAND, R. 'Nupcialidade, família, Mediterrâneo', *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, V/2 (1987b),

128-143; ROWLAND, R. 'Household and Family in the Iberian Peninsula', *Portuguese Journal of Social Science*, I/1 (2002a), 62-75; ROWLAND, R. 'Régimes démographiques et systèmes familiaux au Portugal: entre la «Méditerranée» et l'«Occident»', *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, XLIII (2002b), 209-229.

⁴¹ Para além os textos de Wrigley, Schofield, Hajnal e Laslett já referidos, ver: MACFARLANE, A. *Marriage and Love in England: modes of reproduction, 1300-1840*, Blackwell, Oxford, 1986; MACFARLANE, A. 'Individualism Reconsidered', em *The Culture of Capitalism*, Oxford University Press, Oxford, 1987, 191-222. Veja-se também a discussão mais geral em GOODY, J. *The East in the West*, Cambridge University Press, Cambridge, 1996.

⁴² O que se segue baseia-se no estudo pioneiro de Lee e Wang, que sintetiza a profunda revisão da demografia chinesa levada a cabo nas últimas décadas. Ver James Z. LEE e WANG Feng, *One Quarter of Humanity: Malthusian Mythology and Chinese Realities*, Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1999.

⁴³ LEE, J e Feng, W. *One Quarter of Humanity: Malthusian Mythology and Chinese Realities*, p. 28.

⁴⁴ Idem, p. 37.

⁴⁵ Estas características do modelo de nupcialidade eram acentuadas por limitações ao recasamento de mulheres e pela prática, em meios sociais restritos, da poliginia.

⁴⁶ Atendendo a que a fecundidade de uma população depende essencialmente da nupcialidade feminina, a existência de limitações no acesso dos homens ao casamento terá pouco impacto, em si, sobre a dinâmica da população. Nas sociedades europeias, muitos dos mecanismos de controle do acesso ao casamento incidiam diretamente apenas sobre a nupcialidade masculina, devendo-se a outros fatores (por exemplo, a manutenção de uma diferença de idades "normal" entre cônjuges) a sua incidência indireta sobre a nupcialidade feminina e, por conseguinte, sobre a fecundidade (cf. Rowland, 1987b). No caso da China, o desequilíbrio no mercado matrimonial tornava as pautas de nupcialidade masculina e feminina independentes uma da outra, eliminando este efeito indireto da nupcialidade masculina sobre a fecundidade e fazendo com que o controle social da fecundidade tivesse que ser exercido através de outros mecanismos.

⁴⁷ LEE, J e WANG, Feng. *One Quarter of Humanity: Malthusian Mythology and Chinese Realities*, p. 09.

⁴⁸ WRIGLEY, E. A. 'Population History in the 1980s', *Journal of Interdisciplinary History*, XII/2, 1981, p. 207.

⁴⁹ Idem, 1969.

⁵⁰ SCHOFIELD. 'The Relationship between demographic structure and environment in pre-industrial western Europe'; SCHOFIELD, Roger. 'Family structure, demographic behavior, and economic growth'.

⁵¹ A necessidade de um conceito abrangente deste tipo decorre, obviamente, do fato de a nupcialidade ser a menos "pura" das variáveis demográficas, e de a sua definição ter de levar em conta o papel desempenhado pela família (e instituições com ela relacionadas) na reprodução tanto dos indivíduos em si, quanto do conjunto de papéis e de relações sociais que asseguram a sua integração na sociedade.

⁵² Será oportuno recordar, a este propósito, que o mecanismo de *freio preventivo* descrito por Malthus pressupõe um quadro institucional deste tipo – no caso, uma economia de mercado em que os indivíduos dependem do trabalho assalariado – e que nem todos os mecanismos sociais de acesso ao matrimónio correspondem a este mecanismo maltusiano.

⁵³ O mesmo poderá dizer-se em relação a outras zonas do mundo extra-europeu.

⁵⁴ Não será este o lugar indicado para encetar uma discussão sobre o carácter etnocêntrico de análises baseadas no individualismo metodológico. Cf., para além da discussão mais geral do problema em Rowland (*Antropologia, história e diferença: alguns aspectos*. Afrontamento, Porto, 1987a), as perspicazes considerações de PIZZORNO, A. *Il velo della diversità. Studi su razionalità e riconoscimento*.

⁵⁵ O que se segue reproduz, de maneira abreviada, a caracterização analítica das relações entre família e reprodução social desenvolvida num ensaio sobre o papel da família na transição demográfica em Espanha. Ver ROWLAND, R. 'Familia y transición demográfica', em Franciso Chacón Jiménez e Joan Bestard (Orgs), *Historia de la Familia en España*, Cátedra, Madrid, 2011, p. 624-637.

⁵⁶ WRIGLEY, E. A. 'Fertility strategy for the individual and the group', em Charles Tilly (Org), *Historical Studies of Changing Fertility*, Princeton University Press, Princeton, 1978.

⁵⁷ Sobre o conceito de *unidade social primária*, cf. HAMMEL E. A. 'On the *** of Studying Household Form and Function', em R. McC. Netting, R.R. Wilk e E.J. Arnould (Orgs), *Households. Comparative and Historical Studies of the Domestic Group*, California University Press, Berkeley, 1984; HAMMEL, E. A. 'Households', Summer School on Nuptiality and the Family, European University Institute, Florence, 1988; João PINA CABRAL, *Os Contextos da Antropologia*, DIFEL, Lisboa, 1991, p. 135-159. Trata-se de um conceito que engloba e permite comparar realidades distintas e culturalmente específicas, como a família nuclear inglesa, a *casa pairal* na Catalunha, a *zadruga* balcânica ou a linhagem tradicional chinesa.

⁵⁸ Sobre a noção de lugar de produção do sentido da ação social e a sua relação com o individualismo e o mercado cf. Robert ROWLAND, 'Robinson por computador? Alan Macfarlane e as origens do individualismo inglês', *Ler História* 5, 1985.

⁵⁹ A bibliografia sobre o sistema familiar inglês é muito extensa. Veja-se, entre outros, os seguintes textos e a bibliografia ali citada: LASLETT, P. 'Characteristics of the Western Family considered over Time'; MACFARLANE, A. *The Origins of English Individualism*, Blackwell, Oxford, 1978; MACFARLANE, A. *Marriage and Love in England: modes of reproduction, 1300-1840*; MACFARLANE, A. 'Individualism Reconsidered'; Robert ROWLAND, 'Robinson por computador? Alan Macfarlane e as origens do individualismo inglês'; KUSSMAUL, A. *Servants in husbandry in early modern England*; BONFIELD, L. 'Normative Rules and Property Transmission: reflections on the link between marriage and inheritance in early modern England', em Lloyd Bonfield, Richard Smith e Keith Wrightson (Orgs), *The World We Have Gained. Histories of Population and Social Structure*,

Blackwell, Oxford, 1986; SCHOFIELD, Roger. 'Family structure, demographic behavior, and economic growth'.

⁶⁰ Utilizo aqui o termo “devolução” para designar a transmissão entre gerações de patrimônio (e dos direitos e obrigações que este implica). Cf. GOODY, J. *Production and Reproduction: a comparative study of the domestic domain*, Cambridge University Press, Cambridge, 1976.

⁶¹ Sobre as implicações dos diferentes sistemas de devolução do patrimônio no contexto europeu, cf. as sínteses de LE ROY LADURIE, 'Structures familiales et coutûmes d'héritage en France au XVIe siècle: système de la coutûme', *Annales, E.S.C.* XXVII/4-5, 1972; e AUGUSTINS, Georges. *Comment se perpétuer? Devenir des lignées et destins des patrimoines dans les paysanneries européennes*, Université de Nanterre, Paris, 1989.

⁶² Para uma análise destas redes em Granada, cf. James CASEY, J. e Bernard VINCENT, B. 'Casa y familia en la Granada del antiguo régimen', em James Casey *et al.*, *La familia en la España mediterránea*, Crítica, Barcelona, 1987.

⁶³ Cf. Giovanni LEVI, 'Famiglia e parentela: qualche tema di discussione', em Marzio Barbagli e David I. Kertzer (Orgs.), *Storia della famiglia italiana, 1750-1950*, Il Mulino, Bologna, 1992, para uma discussão das implicações da inserção da família nuclear numa rede de parentesco mais ampla, com referência a variados exemplos italianos.

⁶⁴ Para análises desta variante do sistema na Sicília e na Grécia, cf. FAZIO, Ida. 'Les femmes et les règles du jeu: nuptialité, transmission de la propriété et travail dans la Sicile rurale (début du XIXe siècle)', *Mélanges de l'Ecole Française de Rome. Italie et Méditerranée*, CX/1, 1998; e Franghiadis, 1994. FRANGHIADIS, A. 'Dowry, Capital Accumulation and Social Reproduction in 19th Century Greek Agriculture', em Stuart WOOLF (Org), *The World of the Peasantry / Le Monde de la paysannerie*, European University Institute, 1994.

⁶⁵ BARBAGLI, Marzio. *Sotto lo stesso tetto. Mutamenti della famiglia in Italia dal XV al XX secolo*, (2ª ed.), Il Mulino, Bologna, 1988, p. 525-568; OPPO, Anna. '«Dove non c'è donna non c'è casa»: lineamenti della famiglia agro-pastorale in Sardegna', em Marzio Barbagli e David Kertzer (Org), *Storia della famiglia italiana, 1750-1950*, Il Mulino, Bologna, 1992.

⁶⁶ A vida social desta aldeia, e em particular a lógica de funcionamento do sistema familiar e o papel nele desempenhado pela casa, ou *ostal*, foram reconstituídos por Le Roy Ladurie (*Montaillou, village occitan de 1294 à 1324*, Gallimard, Paris, 1975) a partir de documentação da Inquisição medieval.

⁶⁷ BRANDÃO, M. F. *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal. O caso de Mosteiro no século XIX*, Afrontamento, Porto, 1994; ROWLAND, R. 'Velhos e Novos Brasis', em F. Bethencourt e K. Chaudhuri (Org.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. IV, Círculo de Leitores, Lisboa, 1998, p. 324-347.

⁶⁸ ROWLAND, R. 'Família y transición demográfica', em Francico Chacón Jiménez e Joan Bestard (Orgs), *Historia de la Familia en España*, Cátedra, Madrid, 2011.

⁶⁹ HALPERN, J. Town and Countryside in Serbia in the nineteenth century, social and household structure as reflected in the census of 1863', em Laslett e Wall (Orgs), 1972.

⁷⁰ E.A. HAMMEL, 'The *zadruga* as process', em Laslett e Wall (Orgs), 1972.

⁷¹ Situações análogas podiam ser encontradas, no século XIX, em outras zonas da Europa oriental. Cf. Peter CZAP Jr., ‘«A large family: the peasant’s greatest wealth»: serf households in Mishino, Russia, 1814-1858’, em Wall, Robin e Laslett (Orgs), 1983. As estruturas familiares da Europa oriental eram, no entanto bastante menos homogêneas do que levariam a supor muitos trabalhos inspirados por Hajnal e Laslett, e as principais características da *zadruga* e instituições análogas eram muito mais consequência das funções da unidade social primária em contextos específicos do que um reflexo da ‘área cultural eslava’ (cf. SZOLTYSEK, M. e ZUBER-GOLDSTEIN, B. ‘Historical Family Systems and the Great European Divide: the Invention of the Slavic East’, *Demográfia* (English Edition) LII/5, 2009).

⁷² Formas análogas, sempre relacionadas com exigências decorrentes da organização do processo de trabalho, têm sido descritas em outras zonas da Itália: cf. DOUGLASS, W. ‘The South Italian Family: a critique’, *Journal of Family History* IV (1980); KERTZER, D. ‘European Peasant Household Structures: some implications from a nineteenth century Italian community’, *Journal of Family History* II, 1977; KERTZER, D. *Family, Political Economy, and Demographic Change. The Transformation of Life in Casalecchio, Italy, 1861-1921*, University of Wisconsin Press, Madison, 1989; DELILLE, G. ‘«Massari» et «braccianti» dans l’Italie des XVIe-XVIIIe siècles’, em G. Da Molin (Org), *La famiglia ieri e oggi. Trasformazioni demografiche e sociali dal XV al XX secolo*, Cacucci, Bari, 1992.

⁷³ DOVERI, A. *Territorio, popolazione e forme di organizzazione domestica nella provincia pisana alla metà dell’Ottocento*, Università de Firenze, Firenze, 1990.

⁷⁴ BRESCHI, M. *La popolazione della Toscana dal 1640 al 1940. Una ipotesi di ricostruzione*, Università di Firenze, Firenze, 1990.

⁷⁵ WRIGLEY, E. A. ‘Family limitation in pre-industrial England’, *Economic History Review* XIX (1966).

⁷⁶ Não houve, em França, correspondência exata entre a cronologia do declínio da fecundidade e as estruturas familiares, havendo algumas zonas de família nuclear onde esse declínio foi relativamente precoce. Mas o declínio também foi precoce em muitas zonas onde predominava a família troncal, ou *famille-souche* (cf. VAN DE WALLE, E. *The Female Population of France in the Nineteenth Century. A Reconstruction of 82 Départements*, Princeton University Press, Princeton, 1974; WRIGLEY, E. A. ‘The Fall of Marital Fertility in Nineteenth-century France: exemplar or exception?’, *European Journal of Population* I (1985), 31-60) e nestas seria difícil imaginar qualquer relação entre o declínio da fecundidade matrimonial e a afirmação do individualismo, ou “modernização”.

⁷⁷ ANDORKA, R e BALAZS-KOVÁCS, S. ‘The Social Demography of Hungarian Villages in the Eighteenth and Nineteenth Centuries (with special attention to Sârpilis, 1792-1804)’, *Journal of Family History*, XI (1986).